



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO DA SILVA QUEIROZ

**ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA DISTRIBUIÇÃO
DA MORADIA EM DOURADOS – MS: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO
DE UMA CIDADE MÉDIA**

**DOURADOS-MS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO EM GEOGRAFIA**

FRANCISCO DA SILVA QUEIROZ

**ANÁLISE DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA DISTRIBUIÇÃO
DA MORADIA EM DOURADOS - MS: APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE
DE UMA CIDADE MÉDIA**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em Geografia (área de concentração: *produção do espaço regional e fronteira*).

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Martinelli
Silva Calixto

**DOURADOS - MS
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Q384a	<p>Queiroz, Francisco da Silva. Análise das desigualdades socioespaciais na distribuição da moradia em Dourados–MS: apontamentos para a análise de uma cidade média. / Francisco da Silva Queiroz. – Dourados, MS: UFGD, 2014. 137f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Cidade. 2. Desigualdade Socioespacial. 3. Moradia. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD –363.5</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Os meus pais, pela vida, por acreditarem, por incentivarem, por nunca desistirem. A Zezé grande amiga, pela força, orientação e compreensão. A todos os Amigos, em especial Bruno Campos, pelas horas “ganhadas” de um bom “papo” e infinitas reflexões.

*O medo da origem ao mal,
O homem coletivo sente a necessidade de lutar,
O orgulho, a arrogância, a glória,
Enchem a imaginação de domínio,
São demônios os que destroem o poder bravio da humanidade,
Viva Zapatas, viva Santino,
Viva Zumbi, Antonio Conselheiro,
Todos os panteras negras,
Lampião sua imagem e semelhança,
Eu tenho certeza eles também cantaram um dia.*

Chico Science

QUEIROZ, Francisco da Silva. **Análise das desigualdades socioespaciais na distribuição da moradia em Dourados - MS: apontamentos para a análise de uma cidade média.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas/ Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

RESUMO

A proposta do trabalho é pontuar alguns elementos que possam delinear o panorama das desigualdades socioespaciais na cidade de Dourados/MS, por intermédio de um recorte temporal: a década de 1970. Para tanto, destacamos a ascensão da economia agroindustrial que veio consolidar a cidade de Dourados à condição de média, proporcionando importante influência para com seu entorno, fator que desencadeia em significativas relações de interdependência. Sendo assim, a partir da década de 1970, as formas de produção, apropriação e uso do espaço urbano de Dourados reforçam o processo de desigualdade socioespacial. Na medida em que se eleva o preço da terra, as condições de uso vão se subordinando às formas de apropriação capitalista, levando a cidade a ser “invadida” pela necessidade de reprodução ampliada do capital, que se apropria e tenta sobrepor-se a necessidade de uso e reprodução da vida. Essa é a lógica que determina o acesso diferenciado à terra no interior da cidade, onde a propriedade privada impõe suas condições de troca e de acumulação, em detrimento de uma produção espacial que priorize as relações de uso. A cidade, tanto produto material quanto imaterial, é a representação das ambições contemporâneas de um modelo de sociedade desigual e contraditória. Inerente a produção do espaço está o modo de produção capitalista, que seleciona, retém e se apropria do espaço como mercadoria, subordinando as funções de uso pela troca, manipulando a política de produção e consumo do espaço aos interesses privados. Todavia, buscamos analisar a produção desigual do espaço da cidade de Dourados, tomando como objeto a questão da moradia, na tentativa de resgatar o cotidiano, as vivências e as dificuldades dos que estão na cidade, mais que parecem não ter direito a ela, que vivem às “margens” do processo de produção do espaço.

Palavras-chave: Cidade; Desigualdades Socioespacial; Moradia

QUEIROZ, Francisco da Silva. **Analysis of socio-spatial inequalities in the distribution of habitation in Dourados - MS: notes for the analysis of an average city.** Dissertation (Master's degree in Geography) – Faculty of Humanities/Federal University of Grande Dourados, 2014.

ABSTRACT

The proposed work is to score some elements that can outline the scenery socio-spatial inequalities in the city of Dourados/MS, through a temporal cut: the 1970s. To this end, we highlight the rise of agro-industrial economy that came to consolidate the city of Dourados in average condition, providing important influence to its surroundings, factor that triggers in significant relationships of interdependence. Thus, from the 1970s, the forms of production, appropriation and use of urban space of Dourados reinforce the process of socio-spatial inequality. To the extent that raises the price of land, the conditions of use will be subordinating to forms of capitalist ownership, leading the city to be "invaded" by the need for expanded reproduction of capital, which appropriates and tries to outweigh the need of use and reproduction of life. This is the logic that determines the differentiated access to land in inner city, where private property imposes its conditions of exchange and accumulation, to the detriment of a spatial production which prioritize usage relations. The city, both material and immaterial product, is the representation of contemporary ambitions of an uneven and contradictory model of society. Inherent in the production of space is the capitalist mode of production, which selects, retains and appropriates space as a commodity, subordinating the functions of use by exchange, handling the politics of production and consumption of space to private interests. However, we analyze the unequal production of city space of Dourados, taking as object the issue of housing, in an attempt to rescue the daily life, the experiences and the difficulties of those who are in town, but seem to have no right to it, living the "margins" of the production process of the space.

Keywords: City; Socio-spatial Inequalities; Habitation

SUMÁRIO

Lista de quadros -----	09
Lista de Fotos -----	10
Lista de Figuras -----	11
Lista de Tabelas -----	13
INTRODUÇÃO -----	14
CAPÍTULO I: NAS MARGENS DO “DIREITO À CIDADE”: DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO A (RE)PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES -----	19
1.1 Exclusão e desigualdade socioespacial na produção da cidade -----	22
CAPÍTULO II: AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS DE UMA CIDADE MÉDIA - DOURADOS-MS -----	29
2.1 - As áreas de ocupação em Dourados: caracterização e trajetória -----	41
2.2 – As desigualdades nas formas de uso e ocupação da terra urbana em Dourados: uma breve caracterização a partir do mapeamento -----	58
CAPÍTULO III: AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA PRODUÇÃO/ DISTRIBUIÇÃO DA MORADIA EM DOURADOS -----	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	93
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA -----	96
APÊNDICE -----	101
Apêndice I -----	102
Apêndice II -----	112
Apêndice III -----	117
ANEXO -----	118
Anexo I -----	119
Anexo II -----	121
Anexo III -----	122
Anexo IV -----	125
Anexo V -----	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dourados/MS (2001-2004) - projetos e programas habitacionais ----- 37

Quadro 02 - Dourados (2014) - áreas de ocupação “irregular” ou favelizadas ----- 40

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Acampamento próximo ao Jardim Guaicurus (2010) -----	44
Foto 02: Acampamento próximo a Sitioca Campina Verde (2010) -----	46
Foto 03: “Assentamento Conquista”, próximo ao Jardim Pelicano (2010) -----	47
Foto 04: Ocupação próxima ao Jardim dos “Bem-Te-Vis” (2010) -----	48
Foto 05: “Barraco” do Acampamento Brasil 500, próximo à Vila Bela (2010) -----	50
Foto 06: Ocupação da Rua Wanilton Finamore, Jardim dos Estados (2010) -----	51
Foto 07: Acampamento “Portelinha”, ocupantes erguendo seus barracos na rua (2010) -----	52
Foto 08: Acampamento “Portelinha”, após o processo de reintegração de posse (2010) -----	53
Foto 09: Acampamento “Portelinha” (padrão de ocupação) (2010) -----	55
Foto 10: Acampamento “Portelinha” (padrão de ocupação) (2010) -----	56
Foto 11: Acampamento “Estrela Guassu” (2014) -----	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Dourados -----	14
Figura 02: Dourados (2009) Distribuição espacial dos loteamentos sociais em Dourados 2009 -----	38
Figura 03: Dourados (2014) Valores do IPTU por m ² gerado no ano de 2013 e válido para tributação em 2014 -----	39
Figura 04: Dourados (2010) Localização de 12 áreas de ocupação -----	43
Figuras 05: Dourados-MS (2000) Domicílios sem banheiro -----	60
Figura 06: Dourados – MS (2010) Domicílios sem banheiro. -----	62
Figura 07: Dourados – MS (2010) Domicílios com quatro banheiros ou mais. -----	64
Figura 08: Dourados – MS (2000) Domicílios ligados à rede de esgoto. -----	65
Figura 09: Dourados – MS (2010) Domicílios ligados à rede de esgoto. -----	66
Figura 10: Dourados - MS (2000) Habitantes por Domicilio. -----	68
Figura 11: Dourados – MS (2010) Habitantes por Domicilio. -----	69
Figura 12: Dourados – MS (2000) Chefes de família sem rendimentos. -----	70
Figura 13: Dourados – MS (2010) Chefes de família com rendimento até 02 salários mínimos. -----	71
Figura 14: Dourados – MS (2000) Chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos. -----	73
Figura 15: Dourados – MS (2010) Chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos. -----	74
Figura 16: Dourados – MS (2010) Chefes de família analfabetos. -----	75
Figura 17: Dourados – MS (2000) Chefes de família com baixa escolaridade (até 04 anos de estudo). -----	76
Figura 18: Dourados – MS (2000) Inclusão/ Exclusão Social. -----	78
Figura 19: Dourados – MS (2010) Inclusão/ Exclusão Social. -----	79
Figura 20: Dourados – MS (2014) Evolução do cadastro de famílias sem moradia própria no município (2004-2010) -----	83

Figura 21: Dourados - MS (2014) Produção anual Unidades Habitacionais de interesse social a partir da década de 1990, em Dourados-MS. ----- 83

Figura 22: Dourados - MS (2014) Loteamentos Sociais entregues e em construção (2011 - 2012 - 2013) ----- 86

Figura 23: Dourados – MS (2010) Levantamento de imóveis em situação de coabitação familiar e improvisação domiciliar urbana em Dourados - Censo de 2010 ----- 87

Figura 24: Dourados – MS (2014) Ocupação Estrela Guassu ----- 90

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Dourados-MS (1940-2010) - evolução populacional do município -----	34
Tabela 02 - Microrregião de Dourados-MS (1940 – 2000) população por situação de domicílio -----	35
Tabela 03 - Dourados (2005) Inadequação Fundiária, adensamento excessivo, domicílios sem banheiro e carência de infraestrutura -----	58
Tabela 04 - Unidades habitacionais a construir, de acordo com o cenário desejável --	84
Tabela 05 - Loteamentos Sociais produzidos em Dourados a partir de 1990 -----	85
Tabela 06 - Quantidade de unidades em construção – 2011, 2012 e 2013 – por loteamentos sociais e Programas de Financiamento Habitacional -----	85
Tabela 07 - Quantidade de unidades em análise– 2011, 2012 e 2013 - por loteamentos sociais -----	86

INTRODUÇÃO

A proposta do trabalho é pontuar alguns elementos que possam delinear o panorama das desigualdades socioespaciais na cidade de Dourados/MS, por intermédio de um recorte temporal: a década de 1970. Para tanto, destacamos a ascensão da economia agroindustrial que veio consolidar a cidade de Dourados à condição de média¹, proporcionando importante influência para com seu entorno, fator que desencadeia em significativas relações de interdependência.

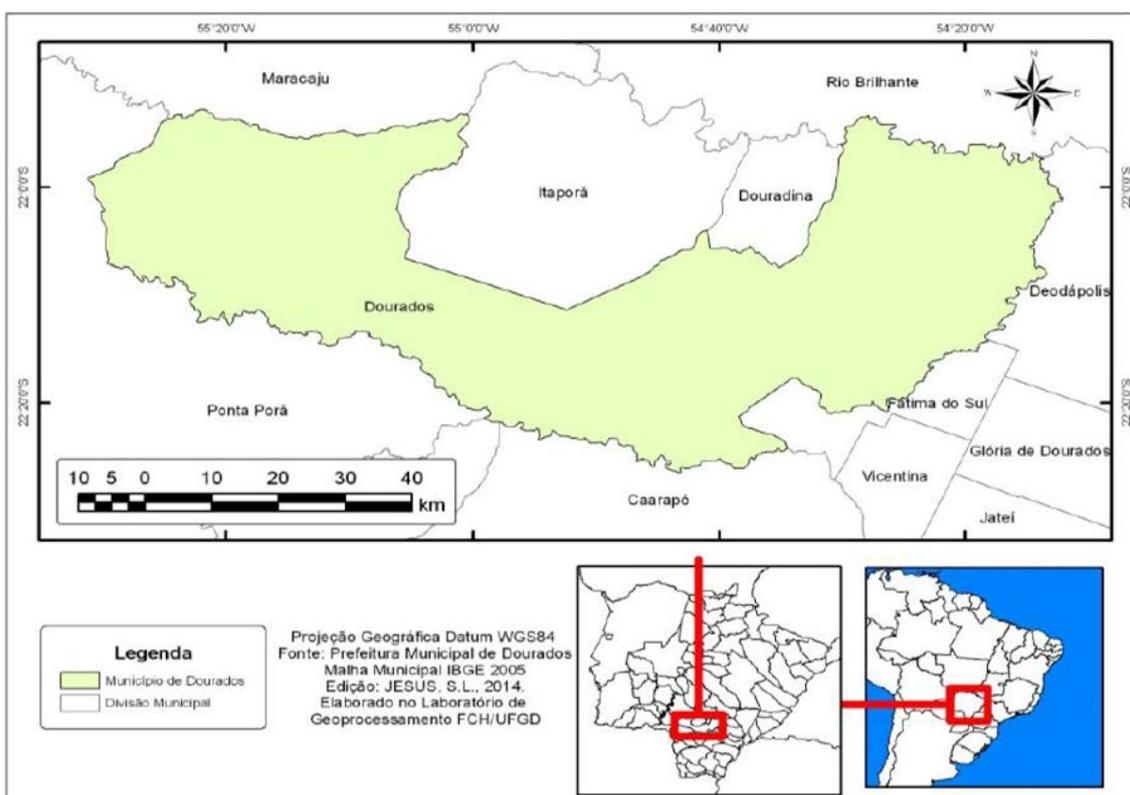


Figura 01: Localização do município de Dourados.

Embora consideremos Dourados uma cidade que se destaca por sua importância regional, no que se refere, principalmente, ao comércio e à prestação de serviços, acreditamos ser importante ressaltar que também se caracteriza por quadros de desigualdades socioespaciais.

O período que compreende 1970 a 1980 foi marcado por mudanças significativas no processo de apropriação e (re)produção do espaço urbano de

¹ Termo que referencia a cidade de Dourados como importante centro polarizador da sua região, tanto no âmbito econômico, quanto na prestação de serviços públicos e privados em geral.

Dourados². Nesse contexto, cresceram os interesses produtivos ligados ao sistema agrícola ou agroindustrial, redefinindo a dinâmica da divisão territorial do trabalho, o que possibilitou uma nova relação entre a cidade e o campo, causando a expropriação do homem do campo e o decorrente crescimento populacional na cidade.

Neste processo de tecnificação do campo e conseqüente expropriação dos trabalhadores e/ou pequenos proprietários rurais, Dourados recebeu um contingente populacional significativo. Parcelas consideráveis de pequenos produtores rurais não se adequaram ao novo modelo de produção de monocultura, o que, propiciava uma nova dinâmica na divisão do trabalho regional, evidenciando-se outra demanda ocupacional da cidade.

Nesse contexto, vale destacar as poucas iniciativas públicas de produção habitacional para suprir as novas demandas de uso e ocupação do solo urbano.

No Brasil, há uma tendência crescente de o Estado subsidiar a reprodução da força de trabalho através de planos de habitação popular, implementados nos últimos anos pelo BNH. Na medida em que tais planos aumentam a demanda solvável por espaço para morar sem que a oferta de serviços urbanos cresça na mesma proporção o preço do solo aumenta, frustrando os objetivos inicialmente proposto. O resultado tem sido que a parte da população mais carente de condições adequadas de habitação não é atendida (SINGER, 1978, p.28).

No que se refere à contrapartida do governo a essa nova demanda local, destacou-se o papel do Banco Nacional da Habitação (BNH), cujos fundamentos e objetivos seriam solucionar os problemas habitacionais da população de menor poder aquisitivo. Contudo, na prática, esses financiamentos foram majoritariamente dirigidos ao atendimento das necessidades habitacionais da população de classe média. Ampliando, ainda mais, as desigualdades socioespaciais principalmente no que se referia à questão da moradia (CALIXTO, 2000).

No caso de Dourados, o BNH acabou por beneficiar, com seus programas, os profissionais de mão de obra especializada que atendiam as demandas impostas pela introdução de novas relações de trabalho e produção no campo, tais como: agrônomos, veterinários, comerciantes, médicos, bancários etc.

Numa análise sobre o papel do BNH, Santos (1993) aponta que:

²A cidade de Dourados, a segunda maior em termos populacionais do estado (200.729 habitantes / IBGE - 2012), localiza-se ao Centro-Sul de Mato Grosso do Sul, destaca-se pela atração que as atividades comerciais e de serviços exercem sobre a população da circunvizinhança. Sua dinâmica populacional se intensificou principalmente a partir da década de 1970, quando a cidade recebe o que podemos chamar de aparato “técnico-científico-informacional”, advento da então expansão das atividades agrícolas.

O mito do direito à propriedade da casa levou, num primeiro e longo momento, que se construíssem casas e apartamentos em benefício da classe média. Mesmo assim, os preços geralmente eram – e são – exorbitantes. Mais exorbitantes, ainda, quando os imóveis são construídos com o dinheiro público acumulado com a contribuição obrigatória de todos os trabalhadores (1993, p.45).

Sendo assim, a partir da década de 1970, as formas de produção, apropriação e uso do espaço urbano de Dourados reforçam o processo de desigualdade socioespacial, pois, além de ter um valor de uso, acirra-se, neste contexto, o valor de troca da mercadoria terra.

Na medida em que se eleva o preço da terra, as condições de uso vão se subordinando às formas de apropriação capitalista, levando a cidade a ser “invadida” pela necessidade de reprodução ampliada do capital, que se apropria e tenta sobrepor-se a necessidade de uso e reprodução da vida.

Essa é a lógica que determina o acesso diferenciado à terra no interior da cidade, onde a propriedade privada impõe suas condições de troca e de acumulação, em detrimento de uma produção espacial que priorize as relações de uso.

Em contrapartida, é nesse cenário que surgem na cidade de Dourados, as primeiras manifestações de áreas de ocupação ou/ favelas, pois para os que não podem pagar pela mercadoria terra, não resta alternativa a não ser ocupar, de forma considerada “irregular”³, terrenos públicos ou particulares na cidade, “invadindo” as propriedades, que, historicamente, “tomaram” para seus domínios as condições de uso e/ou da reprodução da vida.

Assim, as áreas de ocupação, que verificamos em Dourados, ultrapassam o sentido estático das formas quantitativas ou dos estereótipos que o senso comum acredita caracterizar como favela. Nesse sentido, é importante considerar o qualitativo, na tentativa de apreender os conteúdos que impossibilitam o “direito à cidade”.

No entanto, inerente a produção do espaço está o modo de produção capitalista, que seleciona, retém e se apropria do espaço como mercadoria, subordinando as funções de uso pela troca, manipulando a política de produção e consumo do espaço aos

³ Conforme apontado por Calixto (2008, p. 121), neste texto: [...] O termo *irregular* será apresentado entre aspas, uma vez que a chamada irregularidade está ligada ao aspecto jurídico, ou seja, a ocupação considerada irregular ou favela se refere à ocupação de determinada área sem título de propriedade, caracterizando uma posse ‘ilegal’ do ponto de vista jurídico. Contudo, se partirmos do pressuposto de que é uma maneira de assegurar a possibilidade de uso do espaço urbano ou de garantir o direito à cidade, a questão não pode ser reduzida ao seu caráter jurídico e, sendo assim, o termo precisa ser repensado.

interesses privados. Neste sentido, partimos de um recorte na tentativa de referenciar as desigualdades, principalmente no que se refere ao acesso a moradia.

Percorrendo um pouco da história da cidade de Dourados, principalmente a partir da década de 1970, quando se intensifica a participação do município na produção agrícola nacional, já se observava um quadro de desigualdade na produção socioespacial.

Neste contexto, os investimentos, tanto públicos quando privados, atendendo as novas demandas do mercado (universidades, bancos, comércio agrícola e serviços especializados), não tinham como foco principal a preocupação em atender a população “pobre”, aqueles que se colocavam as “margens” desse processo.

Vale destacar que, além de uma atenção dada a história, desenvolvemos, desde 2008⁴, trabalhos de campo, constatando, analisando e registrando o complexo universo dos que vivem um cotidiano marcado pela dificuldade de acesso a moradia.

Assim, buscamos analisar a produção desigual do espaço da cidade de Dourados, tomando como objeto a questão da moradia, na tentativa de resgatar o cotidiano, as vivências e as dificuldades dos que estão na cidade, mais que parecem não ter direito a ela, que vivem às “margens” do processo de produção do espaço.

Assim, o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

No **Capítulo I** buscamos resgatar os referenciais teóricos, abordando, em particular, a produção desigual do espaço e o papel da ideologia dominante, que escamoteia as necessidades de uso, que inverte a ordem das ações do Estado aos interesses das classes dominantes.

Destacamos o papel da propriedade privada, que se apresenta como um dos principais empecilhos ao direito à moradia e aos serviços urbanos básicos, diferenciando as formas de uso e ocupação do espaço.

No **Capítulo II**, consideramos importante referenciar, mesmo que brevemente, baseando-nos em alguns autores, o conceito de cidade média. Não menos importante, destacamos as funções e papéis regionais da cidade de Dourados no sul do estado de Mato Grosso do Sul.

⁴ Ver QUEIROZ, Francisco da Silva. **As fronteiras do caminho: ocupação de áreas urbanas e desigualdade socioespacial em Dourados-MS**. Dourados, 2010. Monografia (Bacharelado em Geografia) – FCH/UFMGD.

Todavia, o fato de se destacar regionalmente não priva Dourados de apresentar quadros preocupantes no que se refere às desigualdades socioespaciais, principalmente quando tratamos da questão do acesso à moradia.

Por fim, ilustramos com mapas os eixos de exclusão social na cidade de Dourados, uma produção técnica que retrata a realidade encontrada em campo. Os mapas têm como base os Censos Demográficos de 2000 e 2010 e foram produzidos a partir de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O material nos permite também uma análise comparativa entre o Censo 2000 e 2010, demonstrando o quadro evolutivo das contradições socioespaciais no decorrer de uma década.

Por sua vez, no **Capítulo III**, tratamos de questões relacionadas à desigualdade e exclusão socioespacial na cidade de Dourados, referenciando mais uma vez a propriedade privada como um dos elementos que impossibilita o acesso à moradia.

Neste capítulo também trazemos quadros, figuras e imagens na tentativa de retratar as diferenciadas formas de ocupação da cidade, especialmente, a partir da década de 1970, período em que há a ascensão da economia agroindustrial, demandando novas necessidades de uso do espaço e implicando no surgimento de áreas de ocupação consideradas irregulares.

E, por último, apresentamos a **Bibliografia Consultada, Apêndices e os Anexos**.

Partindo de tais preocupações, esta pesquisa também visa contribuir para o entendimento do processo de redefinição intraurbana das cidades médias, procurando apreender as dinâmicas que configuram as contradições socioespaciais de Dourados, a partir da análise da questão da moradia. Para cumprirmos tal intento, utilizamos também como método de investigação a plataforma de dados do Censo Demográfico de 2010.

CAPÍTULO I

**NAS MARGENS DO “DIREITO À CIDADE”: DA PRODUÇÃO DO
ESPAÇO A (RE)PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

O espaço geográfico é condição, meio e produto das relações sociais. Assim, dialeticamente, recriamos o espaço e, neste processo, imprimimos as marcas do nosso tempo.

Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se quiser exprimir assim. Portanto, há uma *história do espaço*. (Como do tempo, dos corpos, da sexualidade etc.). História ainda por escrever. O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - *produção* (da organização espacial própria a cada sociedade) - *criação* (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o *décor*). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da *simultaneidade*; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade [...] (LEFEBVRE, 2006, p.6).

O movimento dialético entre espaço e tempo, permite as transformações. Portanto, mesmo que o velho resista, ele nunca mais será o mesmo. Novos desígnios de usos recriam conteúdos, redefinindo formas a partir de outras funções no espaço. Nesse sentido:

Essa produção de um novo espaço, o perspectivo, não se separa de uma transformação econômica: crescimento da produção e das trocas, ascensão de uma nova classe, importância das cidades etc. Mas o que efetivamente se passou não teve a simplicidade de um encadeamento causal. O espaço novo foi concebido, engendrado, produzido para e pelos príncipes? Por ricos mercadores? Por um compromisso? Ou pela cidade enquanto tal? Mais de um ponto permanece obscuro. A história do espaço (como a do tempo social) está longe de ser esgotada. (LEFEBVRE, 2006, p. 6-7).

Como entre um tempo e outro exige uma transição, no espaço produzido não pode ser diferente, uma parte é inerente á outra, pois o espaço é produto do movimento das relações sociais. E por mais que os resultados desta produção fazem-se fiel a classe dominante a história nunca estará pronta e acabada.

Sabemos que as áreas de ocupação são produtos da lógica diferenciada de acesso à terra que articula-se às formas de produção da cidade capitalista, haja vista que é produto inerente e só existe a partir dela.

Historicamente, o modo de produção capitalista, por ser contraditório, produz cidades, ao tempo em que (re)produz essas áreas, resultantes da apropriação desigual do espaço.

A terra é inerente à reprodução humana. No entanto, o mercado de terra permite sua acumulação, desdobrando-se no acesso desigual à cidade.

Sendo assim, as áreas de ocupação são resultados reveladores das contradições e dos conflitos sociais, são as marcas das desigualdades, expressão de luta e resistência dos que anseiam pelo direito de morar, ou, num sentido mais amplo, pelo direito à cidade.

O direito à cidade não pode ser concebido como simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prática sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização (LEFEBVRE, 1991, p.116, Grifo nosso).

Vale ressaltar que a produção da cidade vincula-se, de forma geral, à lógica dos interesses dominantes, homogeneizando as necessidades, na contramão da realidade em que vivemos, uma sociedade plural e diversa.

O processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados “minorias”. O fazer a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social (CAMPOS, 2005, p.19. Grifo nosso).

O *fazer*, utilizado por Campos (2005), remete-nos à importância de jamais pensarmos a chamada *massa* separada da cidade. Uma vez que são os trabalhadores das periferias (de áreas de ocupação ou não) que também *produzem* e se (re)produzem nas cidades, mesmo que às *margens* do processo.

Nesse sentido, a cidade é uma produção contraditória por essência, é o marco das relações de desigualdades, em que os “pobres” das margens invadem o centro e o centro dos “ricos” estão intrínsecos a produção da força de trabalho que ocupam as periferias “pobres” da cidade.

Claro que entendemos as ações de um Estado, de forma contraditoriamente relativa, que ora beneficia parte da população de menor poder aquisitivo, haja vista, considerarmos que, na balança de suas ações não exista um equilíbrio entre os lados.

Hoje, graças aos avanços democráticos, sua composição permite oposições entre grupos de interesses que, concomitantemente, se divergem e se combinam.

Longe de cegas generalizações, sabemos que uma grande parte da população “pobre” mesmo com muito poder de decisão se rende alienados pelo discurso dominante, colocando-se muitas vezes contra seus próprios interesses. Talvez o que falte essencialmente, seja o seu reconhecimento de classe.

1.1 Exclusão e desigualdade socioespacial na produção da cidade

As contradições, inerentes à produção socioespacial capitalista, impulsionam ações de um Estado relativamente democrático, que muitas das vezes, atua com políticas públicas emergentes e ao mesmo tempo investe em áreas de grande interesse do capital.

[...] é necessário afirmar que toda política pública se constitui como uma opção dentre um número infinito de opções/possibilidades. Porém, como opção política, isto é, que envolve conflitos de interesses, seu desenho final é, na maioria dos casos, uma combinação e uma ponderação de diferentes opções, que passam pelo crivo da objetividade. As condições de sua formulação foram historicamente delegadas ao Estado, também crivado de historicidade em suas condições concretas de atuação a cada momento; sua implementação não é neutra em relação aos objetos da política e não é imune às próprias condições da ação (MELAZZO, 2010, p. 15, Grifo nosso).

A cidade, tanto produto material quanto imaterial, é a representação das ambições contemporâneas de um modelo de sociedade desigual e contraditória. Assim, seria ingênuo pensarmos que as decisões tomadas no âmbito das políticas públicas não estão carregadas de intenções e interesses de classe, que ideologicamente transferem discursos, direcionando para o coletivo, demandas restritas de determinados grupos, como se fossem necessidades que abrangessem a maioria da sociedade.

A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência, neste fim de século XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. [...] com a sociedade em movimento – isto é, com a história se fazendo – o movimento do Todo é, ao mesmo tempo, movimento dos elementos de “verdade” e movimento dos elementos ideológicos (SANTOS, 1997, p.102, Grifo nosso).

As definições do que é bom, do ótimo ou do ideal são simbolicamente construídas. Em nossa sociedade, as construções são impulsionadas pelo *status* de valor de mercado, pela moda e pelo valor de troca. O processo é pautado no individualismo, replicando em competição desigual, onde se perde o que é de essencial para o uso, reinando um consumo desenfreado de coisas.

Numa sociedade de classes, em que o campo valorativo que orienta as práticas sociais e conduz as ações cotidianas está altamente pautado pelos interesses e possibilidades inscritos no contexto do consumo dirigido, as distinções e relações entre o individual e o coletivo estão altamente permeadas pelo poder diferenciado de compra no interior dessa sociedade. [...] A competição, ela mesma mola propulsora dessa ordem, leva a uma construção de espaço urbano e de sua representação pautada no processo seletivo de valorização dos diferentes territórios urbanos (na escala das diferentes cidades e na escala de cada uma delas) (SPOSITO, 1999, p.21, Grifo nosso).

Assim, a importância do uso, do pertencimento, do habitar é invadida pelo universo da troca, da produção do espaço como mercadoria.

Nesse processo, Carlos (2004) aponta que o tempo efêmero entra em ação; os objetos se transformam instantaneamente no espaço amnésico; a alienação aparece como elemento controlador dos sonhos, desejos e ambições, de modo que a propaganda invade o cotidiano, reforçando a lógica do consumo material e acelerado das coisas. Assim, valoriza-se sempre o novo, descartando o que não é moda. Os objetos se juntam a uma carga simbólica, criadora das necessidades de tê-los, onde a importância do habitar, que envolve todo um universo de proximidade, de apego pela casa e pelo lugar, se esvazia na racionalidade da acumulação de só mais um bem material.

Os objetos autonomizam-se e suas formas, que antes tinham sido esquecidas durante o uso, erguem-se agora diante do homem, enquanto signo separado do significado. Os objetos que mantêm sua objetividade através do seu uso, na relação direta com o sujeito, tem uma significação social que se perde quando vira signo e entra na troca, provocada pela aceleração da técnica. [...] a separação entre homem e natureza, valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais, volatizando relações sociais. Neste processo, a explosão da cidade produz desabamento das referências, pois as relações perdem sua base. A cidade está alienada como o próprio homem. [...] A função da habitação modifica-se profundamente, de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, uma coisa funcional, objeto de status (CARLOS, 2004, p.60. Grifo nosso).

O valor de troca nega a essência do uso, que legitima o pertencimento e a construção das identidades em relação aos lugares.

No Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, intensifica-se o processo de urbanização, dando nova configuração na divisão do trabalho entre cidade e campo. As cidades, vivenciam o recebimento de significativo contingente populacional, que passa a ocupá-las à mercê de políticas públicas que suprisse essa demanda.

A construção de um projeto para cidade – para a sociedade! – não pode nascer das pranchetas, mas passa e tem de passar, isso sim, pela intervenção dos interessados, e não pela simples consulta, usualmente travestida de “participação popular”.

Diante da complexidade da sociedade urbana, pode-se pressupor que a produção do espaço constitui um elemento central da problemática do mundo contemporâneo, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista – e, por conseqüência, de justificativa das ações do Estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução – quanto do ângulo da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados reais e concretos. As práticas de resistência precisam ser pensadas com o recurso à construção de um olhar teórico visceral e dialeticamente articulado, precisamente, com a práxis, em um movimento que revele o sentido e o fundamento de conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo “direito à cidade” (CARLOS, et al, 2011, p.14).

A propriedade privada (direito garantido constitucionalmente) como forma de acumulação, intensifica e potencializa os conflitos entre uso e troca. Por conseguinte, essa apropriação dimensiona a ocupação e o uso do espaço na cidade, excluindo parcela significativa da população do direito de morar ou de usar a terra, transformando-a em artifício de acumulação para o capital.

Assim, no jogo do mercado de terras, os ganhadores são os jogadores que detêm maior poder de acumulação, em que a impossibilidade de acesso à terra urbana implica em uma das principais formas de diferenciação socioespacial.

O enfrentamento dos “problemas urbanos” requer não apenas a destinação de maiores investimentos à construção de moradias e de infra-estrutura básica, mas transformações que afetem radicalmente o direito “sagrado” da propriedade fundiária, marcada no Brasil pela alta concentração de terras, fruto de uma herança secular. É pela reversão da base dessa desigualdade, começando pelo acesso ao trabalho “digno”, à terra e aos equipamentos e serviços urbanos, através da superação dos limites pela própria lógica da propriedade privada, que se construirá o direito à cidade e à participação democrática na sua gestão (RAMOS et al, 2002, p. 160).

A posse subjuga a função social da terra, assim, a cidade é invadida pela lógica perversa do consumo e o espaço, ele próprio, se transforma em mercadoria.

As formas encontradas por aqueles que tentam assegurar o direito de uso da terra (ou que resistem em não serem tragados pela instituição da propriedade privada) se expressam nas paisagens por meio da resistência e lutas dos movimentos de sem tetos, materializando-se nas ocupações “irregulares” ou favelas.

Nas estratégias de luta pela sobrevivência e pelo direito à moradia, ocupantes de áreas urbanas encontram-se subjugados por uma lógica que se pauta no valor de troca, colocando em confronto um direito garantido juridicamente (a propriedade) e um valor essencial: a necessidade de morar ou/sobreviver. Embora a moradia seja necessária à reprodução humana, o direito de propriedade coloca-se acima dessa condição fundamental.

A cidade, pensada e planejada nos moldes capitalistas é vivida de forma fragmentada, desvinculada das relações de pertencimento ou uso do espaço, negando-se o “direito à cidade” e à reprodução da vida.

O tema em análise estimula-nos a pensar como as territorialidades que se produzem e se vivenciam no interior da cidade, marcadas progressivamente por maior diferenciação socioespacial, levam dadas formas de representação social do espaço urbano, que por sua vez reforçam as dinâmicas de acesso desigual à cidade. Para compreender as dinâmicas que definem as territorialidades urbanas é necessário ter presente que o próprio processo de urbanização é expressão e condição do contínuo processo histórico de diferenciação social. A partir dessa perspectiva, as territorialidades urbanas devem ser analisadas à luz dessa diferenciação social, de tal forma que devemos ampliar essa perspectiva e pensar em uma dinâmica de diferenciação socioespacial, pois é clara a dialética entre processos sociais e formas espaciais (SPOSITO, 1999, p.14. Grifo nosso).

Para Sposito (1999), a cidade como produto que representa as contradições, ao mesmo tempo em que é aglomeração é dispersão e, concomitantemente no mesmo instante em que é fragmentação e justaposição.

Pela lógica de consumo do espaço, *locais* das necessidades (como a casa) são transformados em locais para consumo potencial, subvertendo a ordem da função social e da importância material das coisas.

A cidade resulta da produção desigual e contraditória. Temporalidades e/ou histórias desencontradas se cruzam num espaço de interesses heterogêneos, onde o compartilhar das relações socioespaciais é mediado pela disputa.

As políticas de Estado e seu forte vínculo com a iniciativa privada escamoteiam a população “pobre” com ações mitigadoras, que não dão conta (quase sempre) de resolver os reais problemas estruturais da sociedade. Todavia, a cidade se reproduz possibilitando com que poucos se apropriem de muito e que a maioria sobreviva com o que resta. Assim, a pobreza e a miséria passam a ser vistas como “má sorte”, ou como simples condições “naturais” da vida.

No entanto, o que se observa no Brasil é um planejamento urbano que se configura como um planejamento passivo ou privatista, servindo a interesses de alguns poucos, inclusive do mercado imobiliário, e não aos interesses de toda população, e que, portanto, promove e acentua os processos de exclusão social. Estamos muito distantes de garantir uma equalização de acesso aos bens públicos, bem como à qualidade de vida de toda a população, como o planejamento é apontado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182. Assim, [...] o Poder Público municipal atua como agente ativo e fundamental dos processos excludentes, contribuindo para a sua manutenção e ampliação (VIEIRA, et al, 2010, p.69, Grifo nosso).

Por sua vez, a terra urbana, um bem material que historicamente é umas das principais formas de acumulação capitalista, é a base para a edificação da moradia, sem a qual não se pode morar. Nesse lógica, desconsidera-se a necessidade de uso.

O processo de acumulação/retenção de terras é um dos principais empecilhos ao direito à moradia. Assim, a terra junto aos seus elementos de identidade, pertencimento e uso, é reduzida a exploração pela especulação do mercado.

A ordem da produção industrial gerida pela burguesia passou a ser identificada como a responsável pelo “caos urbano”, que segrega a elite do espetáculo da miséria e, ao mesmo tempo, condenava os operários à exclusão das condições mínimas de sobrevivência. Segundo essa abordagem crítica, foi a ordem capitalista que produziu o “caos urbano” e, ao mesmo tempo, excluiu e escondeu de si própria a miséria nos bairros dos trabalhadores. [...] processo de expropriação de uma classe pela outra. [...] É possível afirmar que, em realidade, não padecemos de falta de planos e de instrumentos. Os instrumentos urbanísticos estão subordinados ao mercado, e os planejadores ficam relegados à gestão e/ ou intervenção do fato *ex post* da função do mercado. E essa subordinação fica patente quando se observa a quase impossibilidade de resolvermos, de uma vez por todas, subordinar a propriedade privada da terra à sua função social (MELAZZO, et al, 2010, p.12-20. Grifo nosso).

À mercê desse processo, que se desencadeia num complexo conflito social, uma parte da população pobre se espreme e se amontoa, sobrevivendo em condições insalubres, (re)afirmando a contradição e a exclusão socioespacial na produção do espaço urbano.

Todavia, as próprias representações denunciam as discrepâncias entre formas e conteúdos. Assim, a cidade se redesenha como o “caos”, lugar dos conflitos sociais, da racionalidade funcional assustadora, onde os trabalhadores não são protagonistas da produção, reduzidos a peças de uma grande engrenagem que domina a divisão do trabalho e que vence a disputa de classe.

As cidades transpiram contradições. Por mais fechado ou elitizado que seja o lugar de moradia do rico, a pobreza se faz presente, mesmo que em suas funções de trabalho pesado e “barato”. Assim, a sociedade capitalista se fundamenta negando a sua própria condição de existência e manutenção.

O espaço se reproduz paradoxalmente. As marcas da riqueza e da pobreza persistem. Inerente ao que é excluído está o incluído, independente de qual seja o processo a interdependência existe até para que se faça jus às desigualdades socioespaciais.

Na cidade de Dourados não é diferente. Para um número significativo de pessoas é negado o direito à moradia. Num levantamento de campo realizado no ano de 2010, constatamos a existência de cerca de vinte áreas de ocupação “irregulares” em variados pontos da periferia da cidade. Grande parte dos ocupantes dessas áreas sobreviviam em condições subumanas, em barracos de lona, fundos de vale e próximo de áreas com esgoto à céu aberto.

Mesmo diante de diversos programas habitacionais que vem contemplando a produção de moradias para a denominada população “pobre”, principalmente nos últimos dez anos, atualmente, ainda existem muitas famílias ocupando áreas de forma irregular no interior da cidade, o que legitima a ineficiência das políticas públicas habitacionais, que não dão conta de suprir a real demanda por moradias na cidade.

Sendo a cidade uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos. Esta disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital [...] A posse de meios de produção é condição necessária e suficiente para a exploração do trabalho produtivo, ao passo que a ocupação do solo é apenas uma contingência que seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem a detém (SINGER, 1978, p.21).

Esses problemas, que começam na impossibilidade ao acesso, e passam pelo acesso precário a moradia, envolvem o universo de centenas de famílias “pobres” na

cidade de Dourados, as quais é negado o acesso a moradia, o que repercute, todavia, na negação do “direito à cidade”.

A cidade, então, se transforma em uma mercadoria que precisa ser vendida e revendida, e a analogia entre a cidade e uma empresa encontrará no planejamento estratégico a formulação apropriada para o esvaziamento das contradições, das disputas e do controle do espaço urbano (MELAZZO, et al, 2010 p.22).

Em Dourados a população “pobre” vivencia esse processo, na medida em que os planos de habitação vão se implantando em localizações distantes e periféricas, onde o metro quadrado de terra é mais “barato”, as desigualdades socioespaciais vão tomando outras formas, ora excluídas do direito a casa, terminam excluídos do direito aos serviços urbanos essenciais, como saúde, educação, transporte coletivo, dentre outros.

Mesmo considerando que vários conjuntos habitacionais contemplaram número considerável de famílias “pobres” na cidade, constatamos atualmente uma grande área de ocupação “irregular” (mais de 1.000 famílias), o que é, no mínimo, inquietante.

Nesse sentido, ainda que sejam consideradas, sobretudo pela grande mídia, como local da qualidade de vida, as cidades médias vão revelando suas contradições socioespaciais.

CAPÍTULO II
AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS DE UMA CIDADE MÉDIA -
DOURADOS-MS

Vale referenciar que as cidades médias estão sendo tomadas como objeto de estudo por um grupo de pesquisadores ligados à rede de pesquisa cadastrada no CNPq, denominada “ReCiMe - Rede de pesquisadores sobre Cidades Médias”. Essa rede de pesquisadores tem como propósito realizar o levantamento de um conjunto de dados que possam oferecer um aprofundamento sobre a realidade dessas cidades, assim como apreender identidades e diferenças entre as cidades denominadas médias.

Devido a essa nova realidade na reorganização da economia brasileira, as cidades assumem nova estrutura, calcada no fornecimento de equipamentos ao campo e na tentativa de atender às novas necessidades da população. Nesse sentido, podemos citar como exemplo a cidade de Dourados, que apresenta uma redefinição socioespacial em função das necessidades do campo e da demanda local e regional (CALIXTO, et.at. 2010, p.88).

Davidovich (1984) destaca a existência de um Brasil urbano não metropolitano, composto por cidades que se articulam em torno de determinadas atividades. A autora ressalta a que, essas cidades constituem-se como locais de moradia da classe média, *locus* do trabalho intelectual e de novos e sofisticados serviços associados aos transportes, à informação, à educação e saúde, ao turismo, à comunicação etc.

Para Ribeiro (2009, p. 126):

[...] as áreas não metropolitanas que se destacam pela nodosidade das atividades econômicas, tanto da esfera produtiva quanto da circulação e consumo, passaram a receber equipamentos urbanos, infraestruturas e empreendimentos que alteraram significativamente suas participações na rede urbana e em suas próprias estruturas, em termos de morfologia e centralidade. Assim, o estudo dessas cidades, as quais podem ser chamadas de “médias”, enquanto noção de porte e nodosidade, contribui com elementos para compreensão dos novos arranjos espaciais e da composição do território brasileiro no sentido de possibilitar diferentes estratégias dos agentes econômicos e de suas relações e articulações com os demais componentes da rede urbana, sobretudo, metrópoles e cidades pequenas.

Santos (1993) aponta as cidades médias como locais em que se concentra a produção técnica e o trabalho científico intelectual.

Ainda que as proposições de Santos e de Davidovich sejam importantes para caracterizar a realidade não metropolitana, vale ressaltar que essas cidades também são marcadas por contradições socioespaciais profundas, a ponto de nos instigar a investigação do *universo* social daqueles que vivem *às margens* desse processo.

Ao assumirem importante papel regional, aglomerando a oferta de bens e serviços, atraindo fluxos (de pessoas, de capitais, de informação) e desenvolvendo

novas funções, as cidades médias ganham complexidade e, neste sentido, também reproduzem a desigualdade, decorrente das diferenciadas formas de apropriação e uso do espaço. Assim, essas cidades também têm sua formação intraurbana marcada pelas desigualdades e exclusão social, expressas, por exemplo, nas condições de moradia.

Sposito (2001) enfatiza a importância da posição geográfica nas relações desempenhadas por essas cidades, especialmente em relação ao consumo, ao seu papel na produção do trabalho e às suas funções para os municípios ao seu redor, considerando a distância dos centros de maior nível hierárquico.

Corrêa (2007, p.25) aponta três dificuldades na conceituação de cidade média. A primeira gira em torno do tamanho absoluto, a segunda tem como foco a escala espacial de referência e, a terceira apresenta o recorte temporal considerado. Assim, torna-se necessário uma contextualização espaço-tempo. Para o autor, a tarefa não é fácil, mas possibilita [...] *“a elaboração de um quadro teórico mais consistente, evidenciando a unidade da cidade como ponto funcional em uma dada rede urbana e como organização, em outra escala, do espaço interno”* (Grifo nosso).

Com base nas premissas elencadas pelos autores citados e tendo em vista os papéis desempenhados pela cidade de Dourados no contexto regional, é inegável sua influência como pólo de atração na porção sul do estado, particularmente nos setores de saúde, educação, serviços, comércio e trabalho.

Contudo, vale ressaltar que essa condição de centralidade, só pode ser entendida a partir das relações/articulações com o conjunto do seu entorno, haja vista as possibilidades múltiplas de relações entre cidades de diferentes padrões ou portes. E, nesse sentido, a acentuação das relações/articulações entre Dourados e as cidades de menor porte, é fundamental para entendermos sua condição de cidade média, tendo em vista exercer papel centralizador no sul do estado de Mato Grosso do Sul, onde os residentes nas cidades menores buscam atividades mais especializadas de serviços e comércio (CALIXTO, et.at. 2010, p.9).

Vale destacar que foi no cenário da expansão de um modelo agrícola, calcado em forte conteúdo de técnica e ciência, que se intensificaram as desigualdades socioespaciais em Dourados, as quais são reproduzidas e ampliadas pela dificuldade de acesso à terra urbana.

A modernização presente no país desde então, contribui para novas formas de organização da sociedade. Grande contingente de pessoas, que se tornam desempregadas no campo, a partir da utilização de máquinas e equipamentos agrícolas, migra para as cidades e contribuem para o surgimento de novos

centros urbanos, ou acarretam transformações nos já existentes, devido às novas exigências oriundas do avanço tecnológico, e nesse caso, tanto a cidade de Dourados, como as cidades do sul do estado estão inclusas (CALIXTO, et.at. 2010, p.87).

Conforme já apontamos, ao mesmo tempo em que as cidades médias agregam importante papel na rede urbana regional, concentrando a oferta de bens e serviços, atraindo fluxos (de pessoas, de informação e de capital), desenvolvendo novas formas e funções, essas cidades se tornam mais complexas, haja vista que refletem as dinâmicas da urbanização contemporânea. E, nesse sentido, também concentram, dentre outras características, a desigualdade socioespacial. Dessa maneira, essas cidades têm sua dinâmica intraurbana alterada em ritmos diferenciados. Seguindo os pressupostos de Ribeiro, destacamos que:

A opção pelo estudo das cidades médias não se apresenta apenas por uma questão de importância demográfica, mas principalmente, pela necessidade de se entender os novos arranjos da rede urbana brasileira e, portanto, os sistemas urbanos a partir de outras perspectivas além da tradicional visão a partir da metrópole, presente na maior parte da literatura da Geografia Urbana. Desta maneira, busca-se compreender as dinâmicas da urbanização contemporânea no Brasil, incorporando processos e formas espaciais, que apesar de apresentarem, em alguns casos, similaridades com as dinâmicas metropolitanas diante da maior amplitude e difusão (escala e escopo) das lógicas do modo capitalista de produção, têm suas especificidades quanto à atuação dos agentes e suas escalas (2009, p.125).

Dourados se sobressai aos demais municípios de sua área de influência⁵ pelo seu contingente populacional, agregando comércio e serviços especializados. Contudo, é impossível não reconhecer na cidade quadros de desigualdades socioespacial, sobretudo no que diz respeito às condições de moradia.

A introdução de um novo modelo agrícola, calcado em um novo conteúdo de técnica e ciência, causou a reordenação da estrutura fundiária, havendo um retraimento ou desarticulação das pequenas propriedades (herança do processo colonizador ocorrido na década de 1940, com a implantação da Colônia Agrícola de Dourados), além de novas formas de inserção como a produção camponesa articulada às demandas da agroindústria (produção leiteira, suinocultura, avicultura, piscicultura, etc.) ocasionando mudanças nas formas de apropriação e de uso da terra. Por pressupor elevado nível de capitalização e relações com o sistema financeiro, a produção familiar teve dificuldades de adaptar-se à lavoura mecanizada (CALIXTO, et.at. 2010, p.14).

⁵ De acordo com dados da Regic (Regiões de influência das cidades - 2007), no período entre 2001 e 2007, Dourados assume novos papéis e funções, gerando uma expressiva interação regional (sobretudo em um raio de mais de 200 km) e o reforço de seu papel na rede urbana (CALIXTO, et.at. 2010, p.21). Ver Apêndice I.

Dentre os desdobramentos desse processo, chama atenção a expansão territorial acelerada, ampliando a periferia urbana e, conseqüentemente, as desigualdades socioespaciais. Assim, como resultado do acesso diferenciado ao espaço urbano surgem as áreas de ocupação consideradas “irregulares”, pois o direito de uso se pauta na capacidade de pagamento ou na troca.

Ribeiro (2009) destaca tal processo, ressaltando que se:

[...] observem as cidades médias pelas perspectivas dos novos papéis incorporados nestas últimas décadas; da expansão dos investimentos dos capitais, das novas formas de expansão do território urbano, das novas expressões de centralidades e redefinições das áreas centrais e das dinâmicas de diferenciação socioespacial de uso e apropriação do solo urbano (RIBEIRO, 2009, p.126).

Partindo de um breve resgate, podemos afirmar que as primeiras ocupações irregulares de áreas urbanas em Dourados iniciam-se em meados da década de 1970, momento em que a cidade passou a vivenciar um expressivo processo de crescimento populacional. Segundo dados do IBGE, a população urbana do município em 1970 era de 31.599 habitantes e, em 1980, essa população saltou para 84.849 habitantes, ou seja, em apenas uma década houve um crescimento populacional na ordem de 168,5%. (CALIXTO, 2000).

Assim, coloca-se uma realidade que nos preocupa e que, há pelo menos quatro décadas, denuncia conflitos socioespaciais na cidade de Dourados. As diferenciações nas formas de ocupação do espaço urbano e suas relações com o processo de produção da cidade, por sua vez, definem a partir da lógica capitalista, as fronteiras e limites ao direito de uso à cidade.

Partindo do pressuposto de que a terra é uma mercadoria, cujo acesso é mediado pela troca monetária, consideramos que a ocupação de áreas urbanas (mesmo que sem o título de propriedade) seja uma maneira de assegurar o direito de uso.

Os valores de uso refletem um misto de necessidade e reivindicações sociais, idiosincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares, que, deve dizer-se, não são arbitrariamente estabelecidos pela “pura” soberania do consumidor. Mas, os valores de uso são basicamente formados relativamente ao que deveria ser chamado de “sistema de sustentação de vida” do indivíduo. O valor de uso, concebido em seu sentido cotidiano, “permanece fora da esfera da economia política”. É essencial entender como esse sistema de sustentação de vida opera. Mas, não importa quão sofisticado seja nosso entendimento disto, não podemos criar uma teoria adequada do uso do solo urbano fora dele. Para isso emergir, devemos focar a atenção naqueles

momentos catalíticos do processo de decisão sobre o uso do solo urbano, quando o valor de uso e o valor de troca colidem para tornar o solo e as benfeitorias mercadorias (HARVEY, 1980, p.137).

Essa realidade fez/faz com que Dourados passasse a vivenciar a intensificação de conflitos, de contradições e o surgimento de novas formas de exclusão social, como é o caso das áreas de ocupação “irregular” no interior da cidade. Dessa forma, as mudanças que deram suporte às necessidades de uma nova configuração econômica regional acentuaram uma realidade contraditória, marcada por uma dinâmica de acesso diferenciado à cidade (CALIXTO, 2000).

A produção do espaço urbano recria, constantemente, condições para que se realize o processo de reprodução do capital. Nesse sentido, ela nega a uma parcela significativa da população a possibilidade de uso e, conseqüentemente, de acesso à moradia.

Podemos afirmar que Dourados apresenta um sistema material moderno, importante à fluidez e à integração econômica, porém, também demonstra um quadro de contradições sociais que se revela, por exemplo, em cerca de vinte áreas de favelas encontradas na cidade.

Com base nessa realidade, cabe avaliarmos as formas como a condição de cidade média interfere no processo de apropriação e uso do espaço urbano em Dourados, desencadeando novas formas e conteúdos. Assim, as ocupações de áreas urbanas colocam-se como uma maneira de assegurar o direito à cidade.

Tabela 01 : Dourados-MS (1940-2010) - Evolução Populacional do Município

Ano	População	Urbana	População	Rural	Total
	N.º de habitantes	% sobre o total	N.º de habitantes	% sobre o total	
1940	1.821	12,15	13.164	87,85	14.985
1950	4.730	20,72	18.104	79,28	22.834
1960	16.468	19,38	68.483	80,62	84.955
1970	31.599	39,90	47.587	60,61	79.186
1980	84.849	79,67	21.644	20,33	106/mil
1991	122.856	90,36	13.128	9,64	135/mil
1996	139.695	91,20	13.496	8,80	153/mil
2000	149.679	90,90	14.995	9,10	164/mil
2010	181.005	92,33	15.030	7,66	196/mil

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de Mato Grosso - 1940, 1950, 1960 e 1970

IBGE - Censo Demográfico de Mato Grosso do Sul -1980, 1991 e 2000

IBGE - Contagem da População de Mato Grosso do Sul – 1996

IBGE - Censo Demográfico – 2010

Org.: CALIXTO & QUEIROZ (2010)

Essa realidade vai impor e registrar uma nova etapa no processo de produção do espaço urbano. A **Tabela 01** nos oferece um demonstrativo da evolução populacional da

cidade de Dourados. Junto ao crescimento populacional e resultante desse processo, a cidade passa a receber maiores fluxos de ideias, produtos, informações e capital, admitindo, também, um excedente de desempregados no campo, como já destacado. Santos (2008, p.52) afirma que:

A união entre a ciência e a técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado graças, exatamente à ciência, a técnica e à informação torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território.

Dourados destaca-se como principal centro urbano da região na prestação de serviços para o campo e para o atendimento de sua nova demanda populacional. É nesse sentido que Corrêa reforça a importância das cidades médias serem compreendidas no contexto da rede urbana e em seu papel de “nó”. O autor enfatiza que uma das principais particularidades das cidades médias intercala-se entre uma “[...] *específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intraurbano*” (2007, p.23).

Quando consideramos a microrregião de Dourados (**Tabela 02**), também notamos inversão nos números da população rural, sobretudo nas décadas 1970 e 1980, período, como já mencionado, de significativas mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo.

Tabela 02 : Microrregião de Dourados-MS (1940 – 2000) População por Situação de Domicílio

Ano	População Rural		População Urbana		Total
	N.º de habitantes	% sobre o total	N.º de habitantes	% sobre o total	
1940	39.376	82,06	8.605	17,94	47.981
1950	44.203	77,17	13.072	22,82	57.281
1960	143.175	77,50	41.554	22,49	184.729
1970	275.329	72,08	106.630	27,92	381.959
1980	220.190	42,78	294.494	57,22	514.684
1991	180.244	29,08	439.577	70,92	619.821
1996	130.841	21,83	468.464	78,17	599.305
2000	75.787	18,60	331.725	81,40	407.512

Fonte: IBGE – Censos Demográficos
Org.: Maria José Martinelli Silva Calixto

Neste contexto, conforme já pontuado, reforçam-se as desigualdades socioespaciais em Dourados como decorrência da nova demanda por moradia. Essa

realidade leva ao surgimento de áreas de ocupação “irregulares”, sendo essa uma via alternativa para um contingente de população “pobre” impossibilitado de pagar pelo preço da terra urbana.

Como as condições de uso estão subordinadas às formas de apropriação capitalista da terra, faz com que a cidade seja invadida pela necessidade de reprodução das relações de produção ou de acumulação, que se apropriam e tentam sobrepor-se à necessidade de reprodução da vida.

A ironia do momento em que vivemos é que o abandono do debate sobre a “produção do espaço” no conjunto da produção capitalista – como momento de crise do processo de acumulação – coincide com a extensão do mundo mercadoria, isto é, a expansão da propriedade privada do solo urbano e da terra, que transforma a cidade inteira em mercadoria vendida no mercado. Por essa intermediação, a produção da cidade ganha uma nova perspectiva e as estratégias dos empreendedores imobiliários, dos bancos e do Estado orientam suas estratégias de acumulação na produção da mercadoria – espaço. Generaliza-se, assim, a produção do espaço na determinação do “mundo da mercadoria”. Trata-se, também, do momento histórico em que a expansão da mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. É quando a propriedade privada invade-a de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, numa prática sócio-espacial limitada pela norma, como maneira legítima de garantir acessos diferenciados (CARLOS, 2011, p.60-61).

Na cidade de Dourados, o mercado de terras, seletivo por essência, exclui uma significativa parcela da população “pobre” do direito à moradia. Observamos, nas últimas décadas, iniciativas para superar o quadro das necessidades habitacionais na cidade, sobretudo, a partir do ano de 2000 (ver **Quadro 01**), contexto em que Dourados passa a ser alvo de um número considerável de programas habitacionais para a população de baixa renda. Todavia, mediante essa realidade tais iniciativas não vêm dando conta de suprir a atual demanda por moradia.

Quadro 01 : Dourados/MS (2001-2004) - Projetos e Programas Habitacionais

Moradias para famílias com renda de 0 a 02 salários mínimos		
	Projetos	Unidades Residenciais
Programa de Erradicação de Favelas	Estrela Povari	298
	Estrela Hory	94
	Estrela Verá	235
	Valderez/Mariana	92
	Brasil 500	56
	Estrela Porã I, II e III	286
	Yvate	114
Programa Cesta de Material de Construção	Jardim Porto Belo	132
Moradia para famílias com renda de 03 a 06 salários mínimos		
PAR Programa de Arrendamento Residencial	Estrela Pytã	131
Programa Distritos Rurais	Estrela Morotti	28
	Estrela Pyahu	18

Fonte: AgHab – Agência Habitacional Popular.

Org.: QUEIROZ, 2014.

No entanto, além da já mencionada ineficiência dos programas, vale ressaltar a localização desses loteamentos (ver **Figura 01**) destinados a essa população “pobre”, o que reforça ainda mais as desigualdades socioespaciais, haja vista situarem-se, em sua maioria, nas áreas da periferia, desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Analisando a **Figura 02** (Valores do IPTU por m², gerado no ano de 2013, e válido para tributação em 2014), e comparando-a com a **Figura 01** (Distribuição espacial dos loteamentos sociais em Dourados - 2009), confirmamos que os conjuntos residenciais para a população “pobre” são implantados nas áreas periféricas, locais em que coincide, terra “barata”, distância do centro, ausência ou precariedade de infraestrutura e de serviços urbanos.

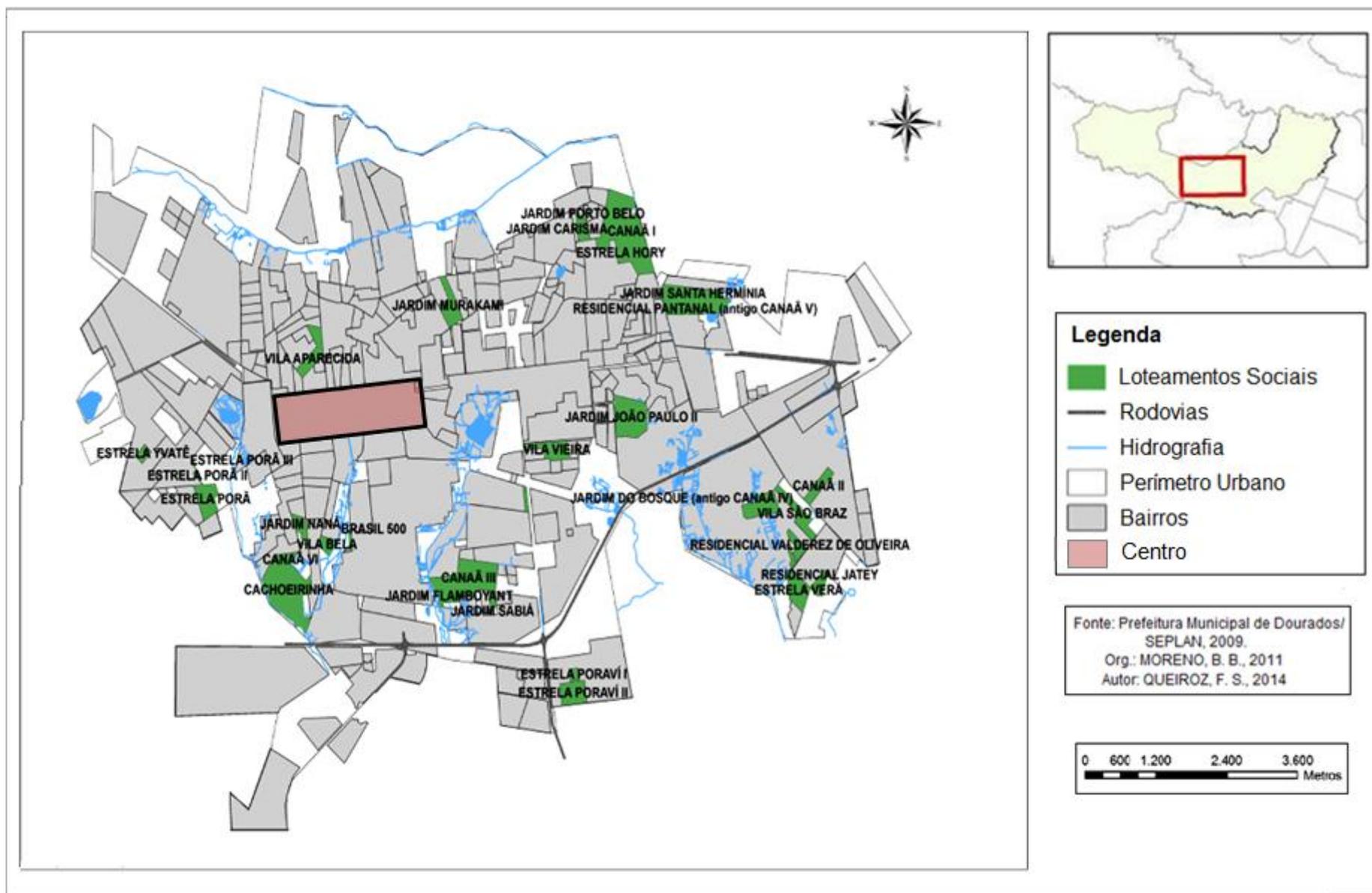


Figura 02: Dourados (2009). Distribuição espacial dos loteamentos sociais.

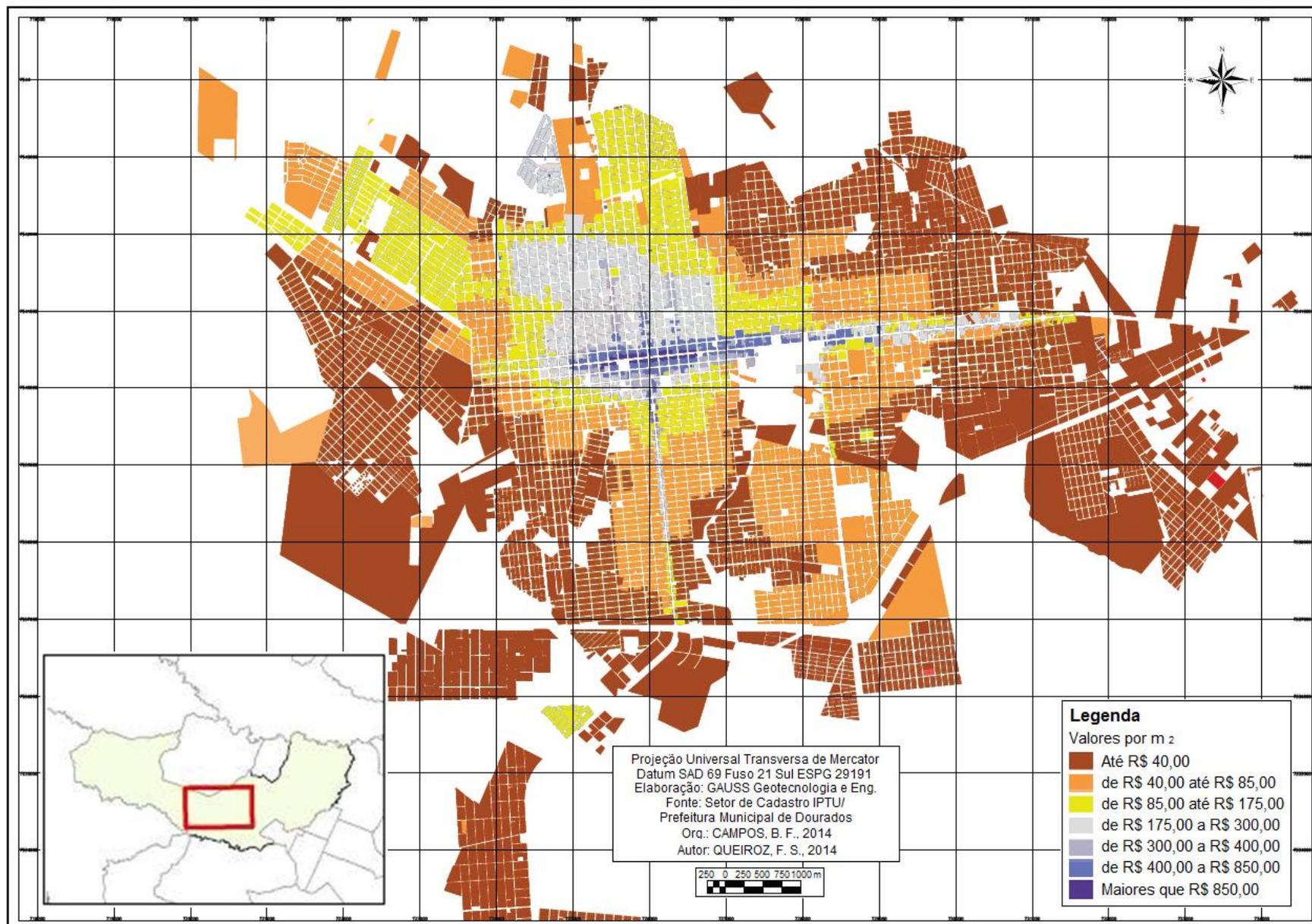


Figura 03: Dourados (2013) Valores do IPTU por m² - 2014.

Conforme já dito, ainda que o número de programas habitacionais ou de loteamentos sociais, direcionados a população “pobre”, seja significativo, a cidade contava no ano de 2010, com aproximadamente vinte áreas de ocupação “irregular” (ver **Quadro 02**). Essa realidade revela que parcela considerável da população ainda enfrenta problemas quanto ao acesso à moradia e que persistem na luta pelo direito à cidade.

Quadro 02 - Dourados (2014) - áreas de ocupação “irregular” ou favelizadas

Área	Ocupação	Número de lotes	Situação
01	Beco Brasil 500	50	-
02	Bom Jesus	55	
03	Brasil 500	56	Em fase de regularização
04	Canaã III (divisa de bairros)	118	
05	Clube social – União Douradense	134	
06	Estrela Sayju	10	
07	Fundos do BNH 4 Plano	41	
08	Jardim Carisma	06	
09	Jardim do Bosque	75	Em fase de regularização
10	Jardim João Paulo II	42	
11	Jardim Murakami	30	
12	Jardim Naná	11	
13	Vila São Braz – quadra 58	28	
14	Jardim Santa Hermínia	20	
15	Vila Anete	53	Em fase de regularização
16	Vila Bela	10	
17	Vila dos Ofícios – Canaã III	24	
18	Vila dos Ofícios – Jardim Oliveira	12	
19	Vila dos Ofícios – Jardim Novo Horizonte	29	
20	Vila dos Ofícios – Vila São Braz	30	
21	Vila dos Ofícios – Vila Mary	26	
22	Vila Mariana	67	Em fase de regularização
23	Vila Valderez	180	
24	Vila Vieira	08	
	TOTAL	1.115	

Fonte: Secretaria de Planejamento - SEPLAN – Prefeitura Municipal de Dourados-MS
Org.: Maria José Martinelli Silva Calixto

Nesse contexto, vale ressaltar que as ocupações de áreas urbanas colocam-se como uma maneira de assegurar o direito à cidade e, dentro dessa lógica, a problemática da moradia deve ser vista a partir da perspectiva do uso.

Corrêa aponta que: [...] “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (1993, p.7).

A produção do espaço urbano recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital. Nesse sentido, ela nega a uma parcela significativa da população a possibilidade de uso. Ainda de acordo com o mesmo autor: “A cidade cumpre, de um lado, o papel de mistificar a realidade social e, de outro, viabilizar a circulação de capital” (CORRÊA, 1997, p.182).

Portanto, entendemos que, apesar das iniciativas de implantação de conjuntos habitacionais estarem presentes na cidade de Dourados, a uma parcela da população é negado o uso da moradia, que permanece às margens desses programas.

Todavia, convém lembrar que tal diferenciação na produção do espaço não é apenas resultado da apropriação privada, mas também de práticas contraditórias por parte do poder público, visando atender as determinações impostas pelo modo de produção capitalista.

A “produção” e, conseqüentemente, a “reprodução do espaço”, atualmente, repousa no fato de que o desempenho capitalista se expandiu. Ao se realizar, tomou o mundo, e esse é o conteúdo do processo de globalização, bem como o fio condutor que nos possibilita compreender em que termos se efetua a redefinição da cidade e da urbanização, de sua explosão, da extensão das periferias; enfim, da construção de um novo espaço. Nessa direção, pode-se questionar o papel da intervenção do Estado, com seus interesses geralmente muito contraditórios com os interesses dos grupos humanos majoritários (CARLOS, et al, 2011, p.13-14).

Desse modo, vão se delineando as dinâmicas de acesso diferenciado à cidade. Nessa perspectiva, o processo de apropriação do espaço urbano realiza-se concretamente por meio da diferenciação.

2.1 - As áreas de ocupação em Dourados: caracterização e trajetória

Como parte inerente à nossa trajetória na pesquisa não podemos deixar de destacar um levantamento de campo que fizemos no ano de 2010, quando tivemos a oportunidade de constatar e registrar algumas das áreas de ocupação na cidade de Dourados.

Fizemos de um extenso trabalho de campo, a partir da observação, contato, diálogo e registro de imagens e dados. Por intermédio de uma breve caracterização,

tentamos apreender algumas situações que revelam uma trajetória de luta, marcada por privações e exclusão socioespacial.

No decorrer desse trabalho de campo, pudemos fazer o contato e dialogar com *moradores/ocupantes* de sete (das cerca de vinte) áreas de ocupação “irregular”, então, existentes. Tínhamos como objetivo, observar as condições de moradia, de vulnerabilidade, de insalubridade e de riscos, em que se encontravam.

Ao analisarmos as áreas de ocupações “irregulares”, seria interessante observar a **Figura 04**, que nos fornece um demonstrativo da localização de 12⁶ das mais de 20 áreas de ocupação da cidade de Dourados, no ano de 2010.

⁶ Informamos que o mapeamento de apenas doze das áreas levantadas deve-se ao fato de não ter sido possível conseguir, inclusive junto a Prefeitura Municipal, a localização precisa dessas áreas.

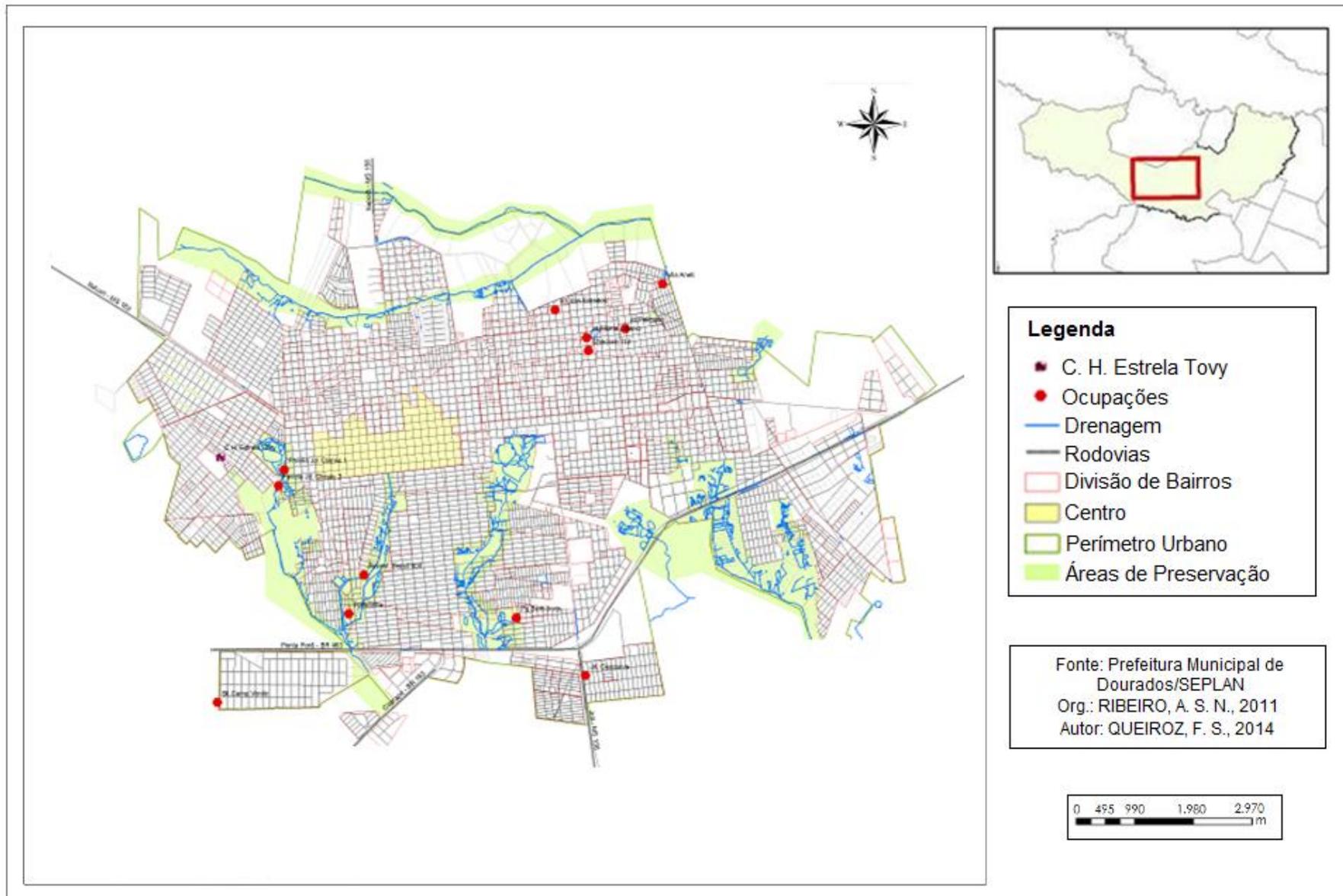


Figura 04 : Dourados (2010) Localização de 12 áreas de ocupação

A **Foto 01** mostra uma área próxima ao Jardim Guaicurus (às margens da rodovia que dá acesso ao Distrito Industrial, saída para antigo Porto Cambira), na porção sudoeste da cidade.



Foto 01: Acampamento próximo ao Jardim Guaicurus. QUEIROZ, 2010.

A área pública foi ocupada por um grupo de “Sem Teto” em 14 de março de 2001. Dentre os vários motivos para ocupação, os moradores declararam, como principal fator, as poucas condições financeiras para a aquisição ou locação de uma casa. Alegaram que no início da ocupação, participavam do movimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na época, lhes ofereceram participar de um cadastro e fizeram uma porção de promessas, desde que contribuíssem com uma taxa mensal que todos os cadastrados deveriam pagar, mas que por motivos de desorganização e atitudes duvidosas do coordenador do movimento, deixaram de participar da organização em 2003.

O referido acampamento contava, em 2010, com aproximadamente 24 barracos e aproximadamente 100 pessoas, entre adultos e crianças, todos acampados em barracos de lona de forma improvisada, em poucas condições de higiene, infraestrutura e

salubridade. Essas pessoas vivenciavam diariamente uma situação de desconforto e insegurança, pois corriam o risco de contraírem variados tipos de doenças, transmitidas por insetos e pela falta de saneamento básico no local.

Outras características representavam riscos aos moradores, como o padrão das ocupações e a irregular localização dos barracos, às margens de uma rodovia movimentada, haja vista a proximidade ao acesso ao distrito Industrial de Dourados. Segundo esses acampados, ocorreram vários acidentes na área com vítimas fatais por atropelamentos. Dentre essas vítimas, três pessoas eram do acampamento, sendo dois adultos e uma criança.

Segundo estes ocupantes, os acidentes ocorreram devido ao intenso tráfego de veículos, principalmente caminhões e ônibus. Outra questão que preocupava é o fato da área se encontrar sob uma rede de energia elétrica, onde, em caso de rompimento de algum dos cabos, os barracos poderiam ser atingidos.

Aliado ao problema de localização da área estava a dificuldade de atendimento médico. O Posto de Saúde mais próximo, localizado no Jardim Colibri, não os atendia, alegando que os mesmos estavam fora da área de cobertura das Equipes de Saúde da Família (ESF).

As famílias só encontravam atendimento médico no Posto de Saúde do Jardim Santo André (a mais ou menos 7 quilômetros da área) ou no Posto de Atendimento Médico (PAM), próximo ao Supermercado Atacadão (a mais ou menos 10 quilômetros de distância). Vale destacar que o único meio de transporte da maioria das famílias era a bicicleta.

Sobre o reconhecimento da área por parte do poder público, os ocupantes nos informaram que, em 2007, houve um processo de cadastramento das famílias, realizado pela Secretaria Municipal de Habitação, inserindo-as nos projetos do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), ligado aos recursos do governo federal, que visa ao deslocamento das famílias que se encontram em favelas e áreas de risco.

Outra área de ocupação (**Foto 02**) que mantivemos contato se encontrava próxima à Sítio "Campina Verde", na Rua Corredor 16, zona Sul de Dourados. A ocupação da área pública se iniciou no ano de 2006 e apresentava aproximadamente 16 famílias (45 pessoas entre adultos e crianças), sendo que 13 eram oriundas de outra ocupação - *Brasil 500*. Segundo os ocupantes, o motivo desse deslocamento foi à superlotação da área que ocupavam anteriormente, o que gerava conflitos por falta de local para se alojarem.



Foto 02: Acampamento próximo à Sítio Campina Verde (zona Sul de Dourados). QUEIROZ, 2010.

Em depoimento, a senhora Leila, uma das ocupantes da área, declarou que há muitos anos vem lutando por uma moradia digna e de direito na cidade de Dourados. Ela tem consciência que o direito não importa quando existe confronto com a incapacidade de pagar pelo preço da terra e, que por esses e vários outros motivos, não será fácil adquirir uma moradia “regularizada”, mas que continuará lutando, afinal, segundo ela, “*brasileiro não desiste nunca*”.

Os moradores afirmaram que se cadastraram nos projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, assim como os ocupantes da área localizada próxima ao Jd. Guaicurus, aguardavam a remoção para o Conjunto Habitacional Estrela Tovy, na zona oeste da cidade.

Sobre os riscos oferecidos aos ocupantes, há a insegurança de morar em barracos de madeira, pois, por se tratar de área aberta⁷ e descampada, era vulnerável a ventos fortes, podendo desabar a qualquer momento. Dentre outros fatores de risco, observou-

⁷ A área se localizava em campo aberto, sem árvores ou construções que serviriam de “quebra ventos”, isso por que estava margeada por áreas de plantação. Segundo depoimentos, em períodos de temporais e chuvas fortes a situação fica *crítica* e muitos dos barracos eram destelhados.

se, também, a inalação de veneno agrícola, utilizado em plantações nas propriedades rurais próximas a área do acampamento.

Também fizemos contato com ocupantes de uma área próxima ao Jardim Pelicano, denominada pelos moradores de “*Assentamento Conquista*” (**Foto 03**) da Associação de Moradores “José Cerveira”. Essa área apresentava características particulares em relação às demais áreas visitadas.



Foto 03: “Assentamento Conquista”, próximo ao Jardim Pelicano. QUEIROZ, 2010.

Ocupada em 2008, essa área se destaca pela organização dos moradores. Verificamos que existe um “escritório” - para os trâmites administrativos de cadastramento das famílias - e um barracão para a realização de reuniões dos acampados. Tanto o “escritório” quanto o barracão são considerados sedes do acampamento.

Segundo o morador Robson Matos da Silva⁸, a área ocupada foi cedida pela Prefeitura de Dourados em caráter provisório. Robson nos informou que, anteriormente, ocupavam uma área do Jardim Monte Líbano (porção nordeste da cidade). No entanto,

⁸ Em nossa visita a área, foi quem se identificou como líder do movimento e da organização dos cadastros das famílias, considerando-se o *elo* de comunicação entre representantes da administração pública e os ocupantes da área. Robson, juntamente com sua família, também é ocupante da área.

ainda hoje, estão na área próxima ao Jardim Pelicano, enquanto aguardam a aquisição, pela Caixa Econômica Federal, da área que ocupavam anteriormente, na qual deverá ser construído um conjunto habitacional que abrigará as mais de 300 famílias (aproximadamente, 3.000 pessoas, já cadastradas no programa do Governo Federal - *Minha Casa Minha Vida*), segundo Robson.

Entramos ainda em contato com ocupantes da área do “*Parque dos Bem-te-vis*”, (**Foto 04**) localizada ao Sul do Jardim Canaã III. O processo de ocupação da área iniciou-se em outubro de 2007. Segundo os moradores, trata-se de uma área pública.



Foto 04: Ocupação próxima ao Jardim dos Bem-Te-Vis, fundos do Jardim Canaã III. QUEIROZ, 2010.

Conforme depoimento dos ocupantes, a área despertou o interesse de algumas pessoas das proximidades, que pagavam seus aluguéis com muita dificuldade ou que, ao constituírem novas famílias, não tinham condições de morar no mesmo terreno com seus familiares. Assim, passaram a ocupar a área que estava “abandonada” há cerca de 20 anos.

Essa ocupação, também apresenta características diferenciadas, como casas de alvenaria com rede de energia elétrica e água encanada. Mensalmente, os moradores pagam pelo fornecimento desses serviços. A área contava com 23 famílias e,

aproximadamente, sessenta pessoas. Porém, apesar dos benefícios, os ocupantes não estão isentas da insegurança e das incertezas, vivenciadas pelo fato de não terem “legalmente” o título de propriedade da casa que moram.

Até o momento, exercem o “direito de uso”, no entanto, por não poderem comprovar judicialmente o direito de posse, pois não há documento de registro dos imóveis, vivem numa situação de insegurança.

Também mantivemos contato com ocupantes da área denominada *Brasil 500* (**Foto 05**), próxima ao Bairro Brasil 500 e Vila Bela. A ocupação da área teve início em 2001 e contava com 18 famílias (aproximadamente 50 pessoas entre adultos e crianças).

A área recebeu este nome por se localizar próxima ao Bairro Brasil 500, que ao ser implantado, não ofereceu número suficiente de casas, pois a demanda de famílias era bem superior ao número de moradias que foram construídas na época. Assim, as famílias que não conseguiram casa, via projeto do Bairro Brasil 500, sem alternativa, passaram a ocupar essa área de preservação ambiental próxima ao bairro.

A área oferecia riscos em períodos de chuva, por se tratar de um fundo de vale. Os moradores se deparavam constantemente com o alagamento dos barracos, somado ao transtorno do esgoto a céu aberto, que oferecia riscos de contaminação e doenças, prejuízos que afetavam, principalmente, aqueles cuja renda familiar já era exígua.



Foto 05: “Barraco” do Acampamento Brasil 500, próximo à Vila Bela. QUEIROZ, 2010.

Também mantivemos contato com ocupantes de uma área localizada no Jardim dos Estados, atrás da escola Municipal Frei Eucário, chamada pelos moradores de “Ocupação da Wanilton Finamore” (**Foto 06**), por se localizar na rua de mesmo nome.

Essa ocupação iniciou-se na metade do ano de 2004 e, na época, chegou a abrigar mais de vinte famílias. No ano de 2010, a área contava com 11 famílias (aproximadamente 35 pessoas entre adultos e crianças). Segundo depoimentos, houve uma intenção do governo municipal em acelerar o processo de remoção da área, devido ao projeto de construção de uma Creche e um Posto de Saúde na área até então ocupada. Essas informações fortaleciam as esperanças dos ocupantes em conseguir uma moradia, pois também, foram cadastrados no projeto de habitação do governo federal (PAC).



Foto 06: Ocupação da Rua Wanilton Finamore, Jardim dos Estados. QUEIROZ, 2010.

Por fim, destacamos o acampamento “Portelinha”, o qual tomamos como objeto de uma análise mais específica, por termos acompanhado seu processo de ocupação desde o início. A área de ocupação denominada “Portelinha”, localizada na porção sul da cidade, entre a Vila Cachoeirinha e o BNH 4º Plano, formou-se no mês de fevereiro de 2008, quando um grupo de aproximadamente sessenta famílias⁹, sem alternativa de moradia, ocupou uma área de 30 mil metros quadrados, abandonada há vários anos. Munidos de enxada e foice, roçaram o terreno, promoveram a demarcação dos lotes com barbantes e armaram os barracos de lona (**Foto 07**).

Mediante a pressão exercida pelo proprietário da área (que era de propriedade particular), o movimento foi se desintegrando, passando a ser contínuo o número de famílias que deixavam o local. Após dois meses de acampamento foi estabelecida a intervenção por meio de um mandado de reintegração de posse, expedido pela Justiça, obrigando os ocupantes a deixar a área e utilizando, de imediato, a repressão policial.

Diante dessa realidade, poucos dias depois, um número significativo de famílias abandonaram seus barracos, deixando de compor este movimento de luta pela moradia.

⁹ Segundo informações dos moradores vizinhos da área, inicialmente a área foi ocupada por cinco famílias, sendo que as demais foram rapidamente se juntando ao grupo inicial.

As famílias que resistiram em sair da área passaram a ser alvo de constantes ameaças. Em visita a área, por ocasião do processo de reintegração de posse, pode-se perceber a aflição e revolta dos ocupantes, durante o processo de desocupação.



Foto 07: Acampamento “Portelinha”, ocupantes erguendo seus barracos na rua. QUEIROZ, 2008.

Na época, em entrevista ao *Jornal Diário MS*, o jardineiro “Teles Centurião”, ocupante da área, afirmou que enquanto muitas famílias não tinham onde morar, a área estava abandonada há vários anos, servindo de esconderijo para ladrões e usuários de drogas. “Agora, depois de tanto tempo abandonada, aparecem várias pessoas se dizendo donos da propriedade”¹⁰.

Essa realidade nos revela que homens e mulheres, que fazem parte da construção e (re)construção da cidade, nela parecem não ter direito a mínimas condições de cidadania, isto é, de ter um *teto*, uma moradia.

Conforme salienta Oliveira (1998), mediante conflitos e contradições, a cidade se redesenha num cenário real carregado de desigualdades sociais.

São os operários em greve por melhores salários, a mostrar que a fábrica não é apenas um prédio. São os “sem morada” da cidade que ocupam terrenos desocupados, vazios, para construir ali, o seu “lugar” na cidade. São

¹⁰ *Jornal Diário MS*, 21 de fevereiro de 2008.

massacrados pela repressão policial. O argumento: “invadiram propriedade privada”. Como se não fosse a propriedade privada que invadiu o direito de morar do trabalhador. Ou seja, chegamos ao ponto em que uma fração reduzida da sociedade pode se dar ao luxo de manter grandes áreas vazias e grandes levas de trabalhadores não têm sequer o direito à moradia. Os trabalhadores da cidade trabalham/produzem os bens e riquezas que na imensa maioria das vezes não consomem. Produziram uma cidade e não têm direito a ela (OLIVEIRA, 1998, p.136).

Apesar do conflito estabelecido e de todas as pressões sofridas, um grupo de sete famílias (com aproximadamente 22 pessoas, entre adultos e crianças), que não tinha alternativa de moradia, resistiu. Por fim, eles foram obrigados a desocupar a área, mas ergueram seus barracos na rua¹¹ (**Foto 08**).



Foto 08: Acampamento “Portelinha”, após o processo de reintegração de posse. QUEIROZ, 2009.

Segundo reportagem do Jornal Dourados Agora (18/04/2008):

O pedreiro Carlos César Palhano, 19 anos, casado, pai de um filho de dois anos e outros dois que ele cria, de sete e três, conta que saiu da casa de dois cômodos na Vila Erondina porque não tinha mais como pagar os R\$ 180,00. O dono pediu a casa, com dois meses de aluguel em atraso. Como não sabia para onde ir, o jeito foi vir para cá. Estamos na rua agora.

¹¹ Trata-se da Rua Gasparino de Matos Carvalho, via sem pavimentação asfáltica e tomada pela braquiária.

Ainda em entrevista ao mesmo Jornal, Vagner Cunha de Souza, funcionário de um aviário, relata que decidiu montar o barraco de lona no local porque foi despejado da casa onde morava, por estar com três meses de aluguel em atraso. Em suas palavras: "*Agora o jeito é obedecer à justiça e acampar na rua*". Contou ainda, que há muitos anos está cadastrado no programa de habitação popular do município e que são poucas as esperanças de conseguir uma casa por essa via.

Essa realidade revela o universo daqueles que vivenciam cotidianamente uma situação de drama e adversidades na luta pelo acesso a moradia. Desvela, ainda, a vida cotidiana dos que não são de "*nenhum lugar, são de lugar nenhum*", não fixam e nem estabelecem laços e raízes com o *lugar*, será que "*nenhuma pátria lhes pariu*"?¹²

Essas famílias, massacradas pela instituição jurídica da propriedade privada, defrontam-se com a necessidade de ocupar um lugar, mesmo que de forma judicialmente "irregular".

Os barracos de lona em condições precárias (conforme podemos observar na **Foto 09**) não apenas evidenciam, mas também denunciam conflitos de várias ordens. Para além da aparência da área, manifesta-se o modo de reprodução da vida daqueles que parecem não ter "direito à cidade".

Em depoimento, alguns dos ocupantes revelam o retrato das trajetórias e caminhos percorridos, de um local a outro em busca de um lugar para morar.

Ao perguntarmos para Eliane Gonçalves, uma moradora de origem indígena, que se encontrava no acampamento "Portelinha", com o esposo e seus quatro filhos, quais os lugares que já morou antes do acampamento, ela nos respondeu que já viveu em mais de dez lugares. Somente em Dourados, chegou a morar em cinco locais diferentes, mas sempre morando de favor. A ocupante nos revelou que sempre teve vontade de ter uma casa que fosse sua, mas suas condições financeiras nunca permitiram isso.

A realidade adversa dessas áreas não é apenas estranha, mas, sobretudo, desafiadora, marcada pela privação, exclusão, desenraizamento e marginalização. Ela expressa uma condição objetiva, concreta, construída pelas relações sociais, lançando os ocupantes das áreas em uma adversidade com o próprio limite ou fronteira do humano.

¹² Trechos de letra da música do Grupo Titãs (*Lugar nenhum*).



Foto 09: Acampamento “Portelinha” (padrão da ocupação).
QUEIROZ, 2008.

Numa condição, caracterizada, muitas vezes, pela doença, pela pobreza, pela dificuldade em ter acesso à escola ou à área de lazer, adultos e crianças vivenciaram os extremos da miséria em “moradia” precária, na rua, numa situação provisória e de risco. Nesta dramática luta cotidiana, essas pessoas tentavam recriar as condições de sua reconstituição, inclusive, como indivíduos.

Os ocupantes dessas áreas, embora estejam na cidade fisicamente, não têm seus direitos assegurados. Assim, encontram-se às margens, em situação precária, dentro de barracos de lona de materiais híbridos (**Foto 10**), sem a mínima condição de segurança e higiene, restringido o acesso aos serviços coletivos públicos, como lazer, cultura, saúde e educação.

Os moradores dessas áreas enfrentam, cotidianamente, a privação do direito de “uso” da moradia, por serem considerados estranhos em um lugar do qual não são donos, sequer de um endereço ou de um espaço físico na cidade, para assim, reproduzir suas condições de existência.



Foto 10: Acampamento Portelinha (padrão da ocupação).
QUEIROZ, 2008.

Os ocupantes de tais áreas são “excluídos” do acesso à cidade, por não terem condições financeiras para a compra e manutenção do título de propriedade da terra urbana, reforçando a condição de fronteira entre morar e habitar.

Segundo Carlos (2001), o habitar é de fundamental importância na construção da identidade do indivíduo como ser histórico e social, embora as formas de apropriação do espaço na cidade tendem a reduzir esse direito fundamental.

O habitar envolve a produção de formas espaciais, materiais, bem como um modo de habitá-las e percebê-las. É um termo poético, porque envolve um tempo de criação nos modos de apropriação, que organiza e determina o uso. Produz limitações, ao mesmo tempo em que abre possibilidades. O habitar – que guarda a dimensão do uso – envolve o corpo no sentido de que o usador tem uma presença real e concreta, restituindo desse modo a presença e o vivido. (CARLOS, 2001 p.219. Grifo nosso).

Isso nos possibilita refletir sobre a situação dos ocupantes de áreas urbanas que não habitam, mas, na medida do possível, moram, haja vista que essa foi a forma encontrada para tentar assegurar o direito de uso da cidade.

As ações locais dos agentes incorporadores¹³ imobiliários têm significativas funções e formas de interferência no processo de diferenciação socioespacial, sendo de suma importância considerá-los na análise do processo de apropriação e uso do espaço urbano na cidade de Dourados.

É necessário compreender a dinâmica do setor imobiliário como resultado de uma relação bastante íntima entre este setor e a política pública, uma vez que a ação/atuação do setor imobiliário é assegurada pela intervenção do poder público, assim como a política pública não está descolada dos meandros da lógica do mercado imobiliário. (CALIXTO, 2000, p.208)

Para Campos, a possibilidade dos:

[...] capitais incorporadores – promotores terem acesso aos ganhos fundiários dependem de suas estratégias ou políticas fundiárias, assim como de características conjunturais, que vão das relações celulares entre os proprietários e os capitais imobiliários até o perfil da distribuição da renda, níveis de emprego, capacidade de financiamento do Estado etc. (CAMPOS, 1999, p.50).

Entre proprietários privados, capitais imobiliários incorporadores e as ações capitalistas do Estado, a terra urbana se torna mercadoria rara para população “pobre” que, em sua medida, vão ocupando a cidade, dando formas e conteúdos.

Esta distorção do papel econômico do solo urbano desencadeia um processo progressivo e auto-alimentado de crescimento periférico:

- a) a aquisição de solo urbano para fins econômicos alheios às necessidades de utilização cria uma demanda adicional puramente especulativa;
- b) a demanda especulativa retira porções consideráveis do solo urbanizado do mercado, elevando artificialmente o seu valor. A elevação dos valores imobiliários encarece a utilização do solo e contribui para a espiral inflacionária;
- c) mas, como existe uma demanda real em crescimento geométrico, acompanhado por investimentos econômicos que elevam a renda da terra, o valor do solo urbano sempre se eleva a taxas maiores do que aquelas da inflação. O efeito final reforça a demanda especulativa, que ganha novos estímulos e realimenta o processo, aumentando a sua velocidade;
- d) uma parte da demanda real é expulsa para áreas cada vez mais distantes, enquanto a retenção especulativa mantém lotes ociosos ou ineficientemente ocupados nas áreas urbanizadas, a marcha urbana se expande a níveis bem maiores do que os requeridos pelo incremento demográfico (BOLAFFI, 1975, p.59).

¹³ Ver CAMPOS, P.A. A Dinâmica Imobiliária: Elementos para o entendimento da espacialidade urbana. Cadernos IPPUR/UFRJ.1999. p. 47-70.

Na medida em que a ocupação do espaço para moradia vem se fazendo necessário, o mercado de terra urbana se utiliza da retenção para ter assegurada a renda. A terra por si só já se “valoriza” pela especulação, cabe então aos novos agentes do capital tirar o máximo de proveito sobre os investimentos públicos de infraestrutura, ampliando ainda mais o preço da terra, através de outros artifícios, como de localização e diferenciação.

2.2 – As desigualdades nas formas de uso e ocupação da terra urbana em Dourados: uma breve caracterização a partir do mapeamento

Ao tratarmos da temática desta pesquisa, também julgamos importante considerar a inadequação fundiária, as condições de adensamento excessivo, assim como as condições socioambientais, domicílios sem banheiro e carência de infraestrutura, conforme apresentado no **Tabela 03**.

Tabela 03: Dourados (2005) Inadequação Fundiária, adensamento excessivo, domicílios sem banheiro e carência de infraestrutura

Município	População	Inadequação Fundiária		Adensamento Excessivo		Domicílio sem banheiro		Carência de Infraestrutura	
		Absoluto	% dos dom. urbanos	Absoluto	% dos dom. urbanos	Absoluto	% dos dom. urbanos	Absoluto	% dos dom. urbanos
Dourados	181.869	1.187	2,86	2.237	5,39	1.294	3,12	30.359	73,10

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Essa realidade se fortalece ao analisarmos as figuras que seguem, resultado de um trabalho técnico realizado com base nos dados coletados pelo IBGE no Censo Demográfico do ano 2000 e 2010¹⁴. (ver **Figuras 05 a 20 e Anexo III**).

¹⁴ Trabalho organizado por membros do grupo de pesquisa do CEMESPP (Centro de Estudos e de Mapeamentos da Exclusão Social para Políticas Públicas) da Universidade Estadual Paulista - campus Presidente Prudente. Coordenador prof. Dr. Everaldo Melazzo.

Nas próximas páginas, apresentaremos os resultados de um trabalho de análise dos dados do Censo Demográfico do IBGE, referente aos anos 2000 e 2010. Trata-se de mapas temáticos, produzidos a partir de variáveis referentes a exclusão/inclusão socioespacial na cidade de Dourados.

Temos a oportunidade de comparar os resultados produzidos num intervalo de dez anos. E as diferenças socioespaciais refletem na análise de todo o material produzido.

As cores fortes nas legendas e nas figuras indicam maior intensidade de ocorrência da informação, tanto negativa, quanto positiva, se for o caso, exceto na figura 09 que ocorre o contrário.

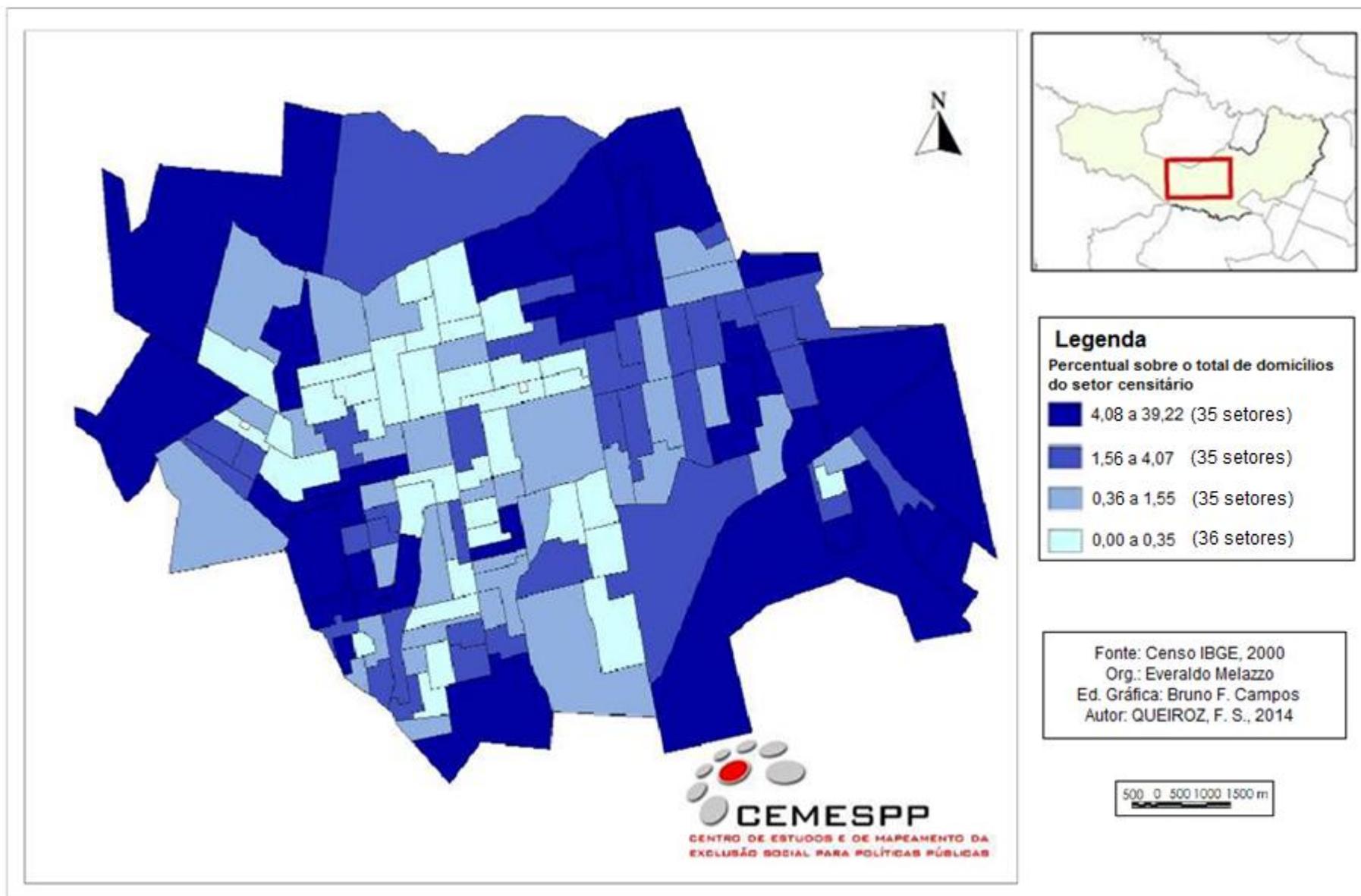


Figura 05: Dourados/MS (2000) – Domicílios sem banheiro.

A **Figura 05** demonstra a distribuição espacial dos domicílios sem banheiro, valendo destacar que, no ano de 2000, nas áreas periféricas havia setores que chegavam a apresentar índice próximo a 40% dos domicílios nessas condições (representados pela cor Azul escuro). Se compararmos com a **Figura 06**, referente a 2010, notamos uma significativa mudança, vários setores eliminaram ou diminuíram suas porcentagens de domicílios sem banheiro, o que reflete melhorias, considerando o quadro anterior.

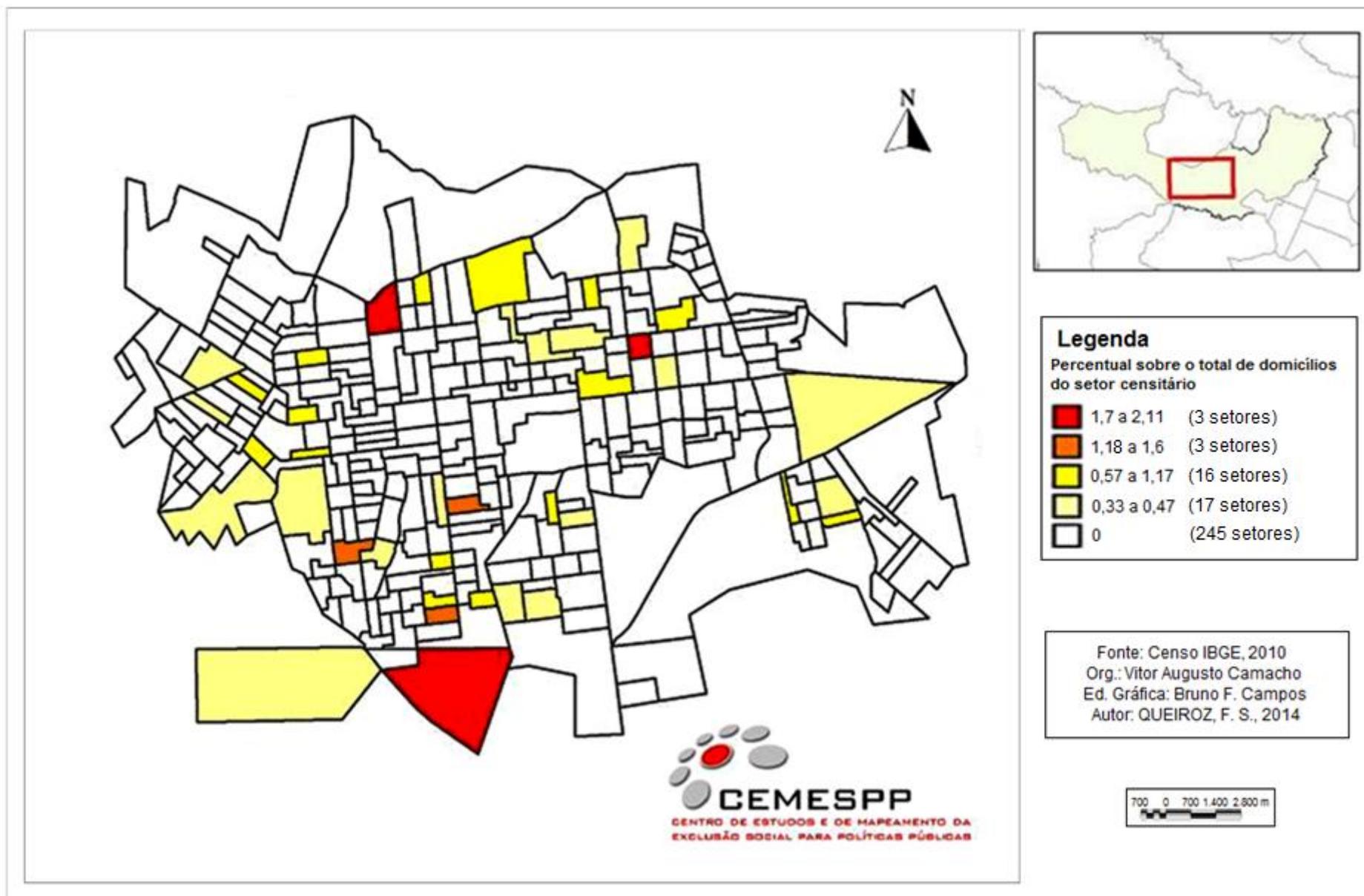


Figura 06: Dourados – MS (2010) – Domicílios sem banheiro.

Se compararmos as **Figuras 05 e 06**, referentes à localização espacial dos domicílios sem banheiros, com a figura que retrata a localização das áreas de ocupações ou favelas (Figura 02), ou até mesmo da localização dos loteamentos sociais voltados para população de menor renda (Figura 01) observamos uma coincidência entre os resultados. Os setores de maior ocorrência de domicílios sem banheiro se localizam próximos as áreas de ocupações e favelas, onde o preço da terra é menor e os serviços de infraestrutura urbana são poucos, são também áreas reservadas para os loteamentos sociais da população de menor poder aquisitivo.

A **Figura 07** demonstra a predominância de domicílios de quatro banheiros ou mais, localizados nas áreas norte e noroeste da cidade, áreas com significativa presença de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, onde se encontra o metro quadrado de terra de maior preço e a população de maior potencial de renda.

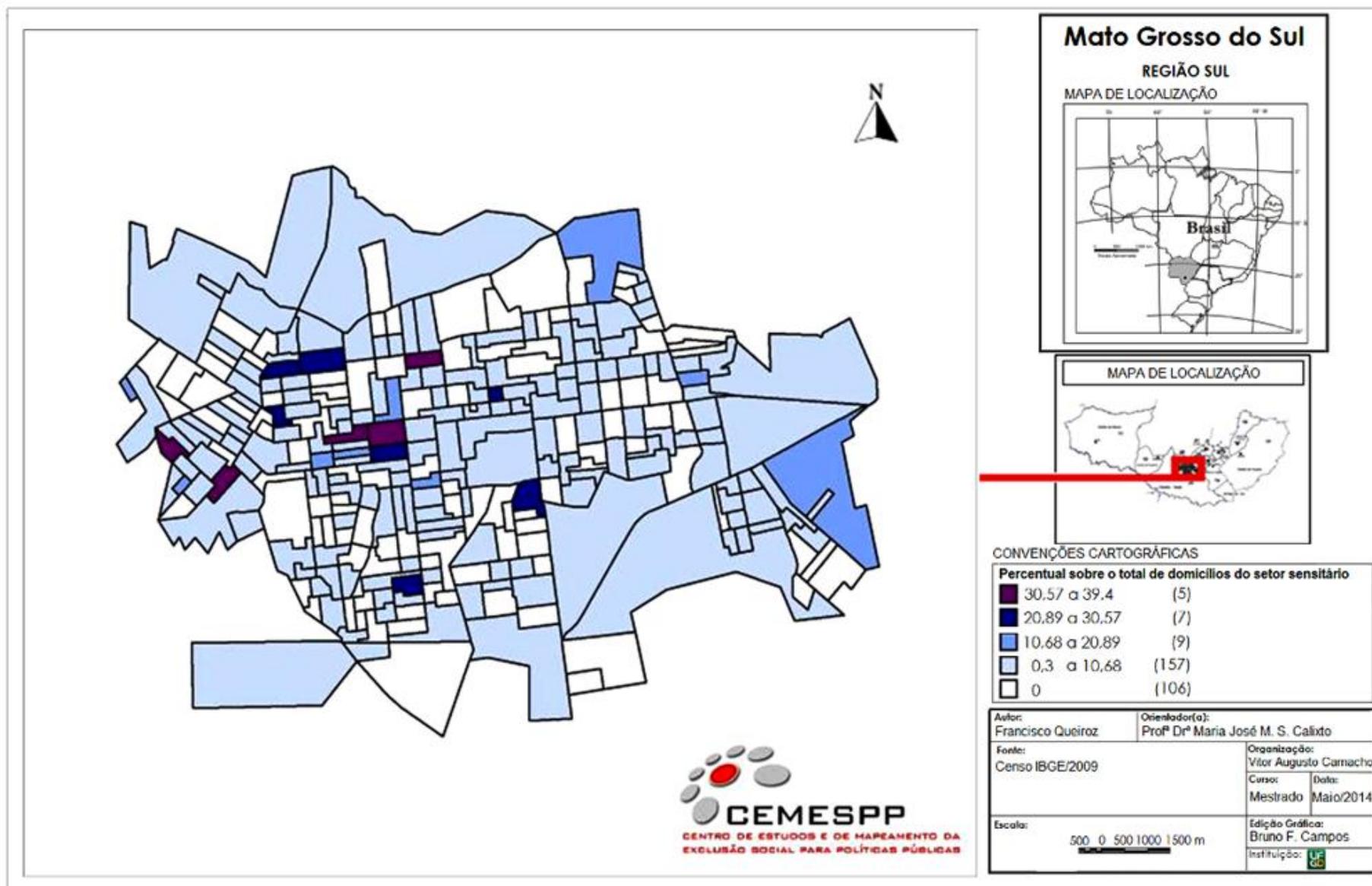


Figura 07: Dourados – MS (2010) – Domicílios com quatro banheiros ou mais.

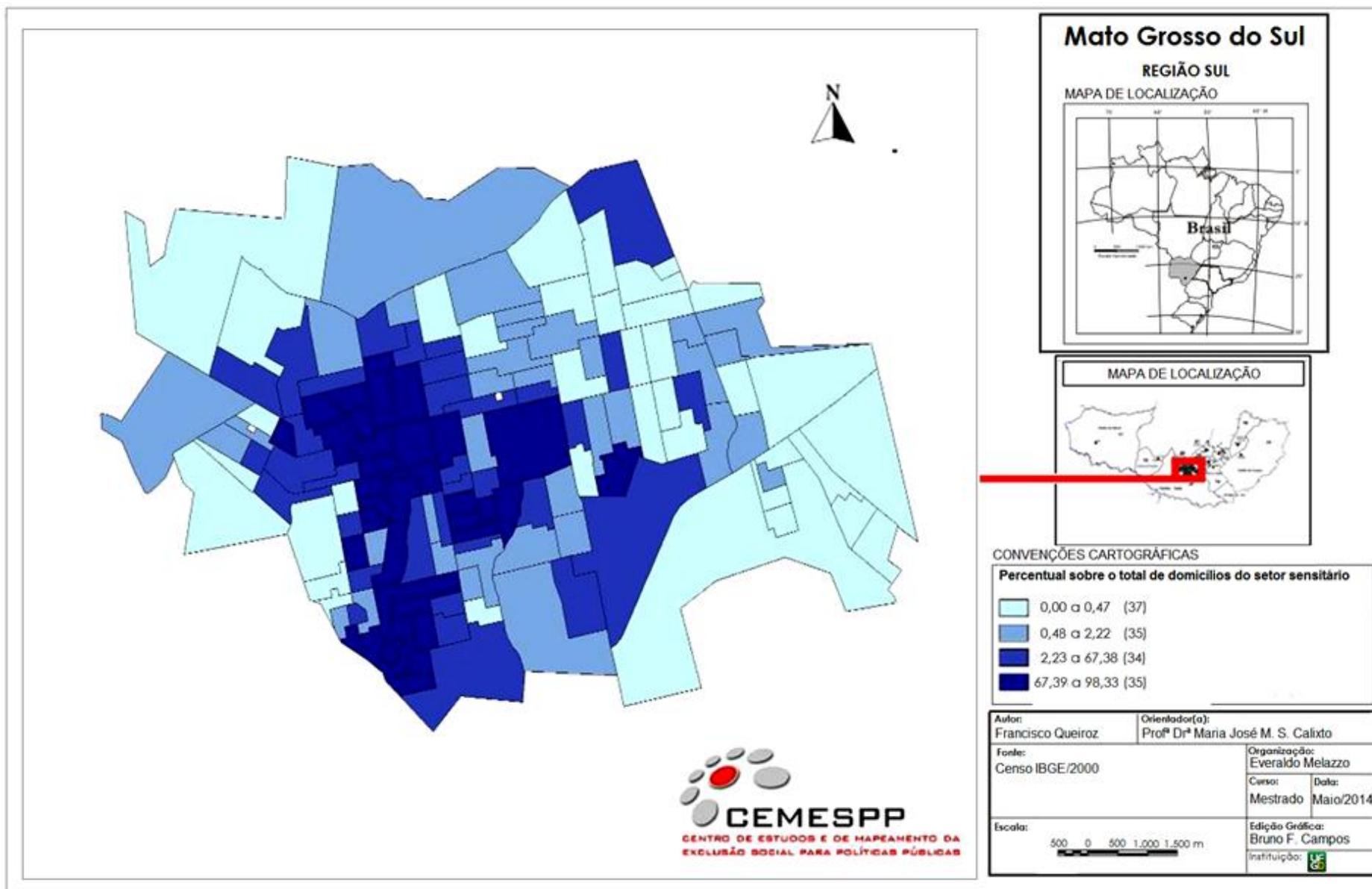


Figura 08 – Dourados – MS (2000) – Domicílios ligados à rede de esgoto

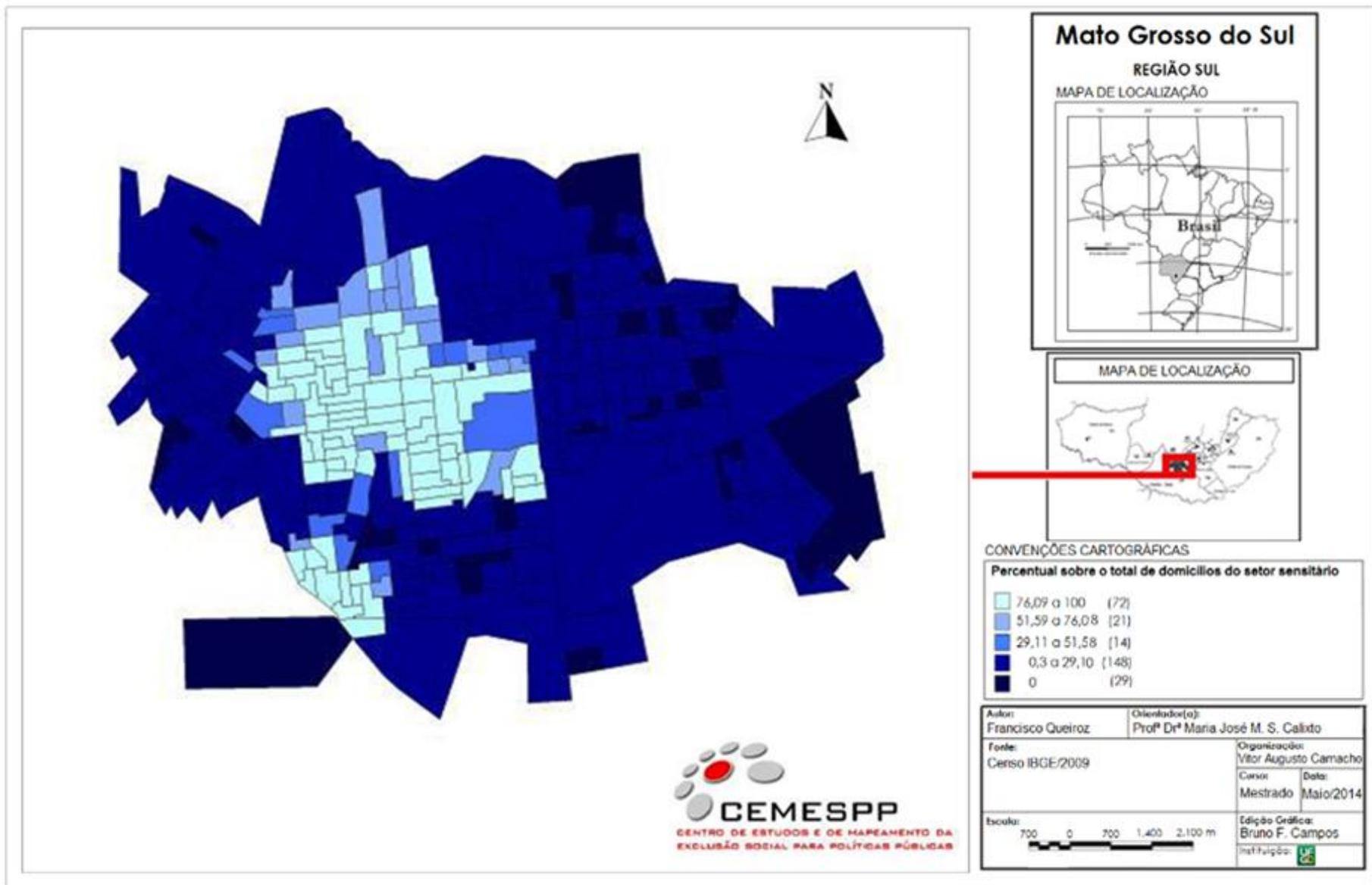


Figura 09: Dourados – MS (2010) – Domicílios ligados à rede de esgoto.

As **Figuras 08 e 09** retratam a realidade da distribuição, por setores, dos domicílios ligados ou não à rede pública de esgoto. Observa-se que é a porção central da cidade a melhor servida por esse tipo de infraestrutura.

Na medida em que se afasta do centro em direção as áreas de periferia “pobre” as cores das figuras mudam, de azul escuro para mais claro na **Figura 08**, e de azul claro para mais escuro na **Figura 09**, retratando outra realidade de inclusão/exclusão socioespacial, com setores que chegam a 100 e 0% de domicílios ligados a rede de esgoto.

Ainda se compararmos as **Figuras 05, 06, 08 e 09** com as **10 e 11**, notamos que são nos setores de maior densidade populacional onde se encontra o maior número de domicílios sem banheiros, ou de domicílios que ainda não estão ligados às redes de esgoto. Nas **Figuras 10 e 11**, percebemos as maiores médias de habitantes por domicílios (densidade populacional) concentradas na periferia “pobre” da cidade, próximos a fundos de vale e córregos, confirmando um problema de infraestrutura e saneamento.

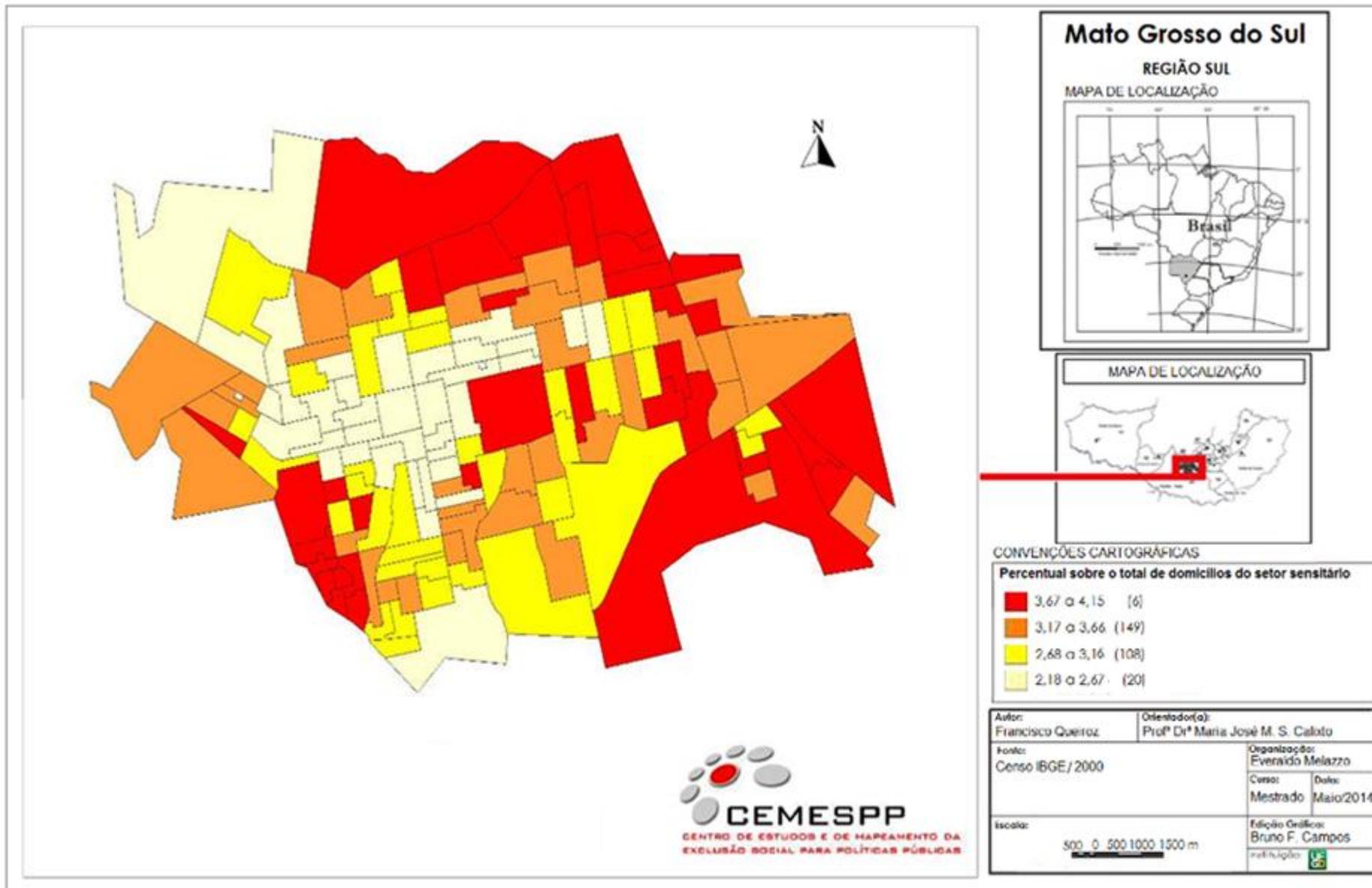


Figura 10: Dourados - MS (2000) Habitantes por Domicílio.

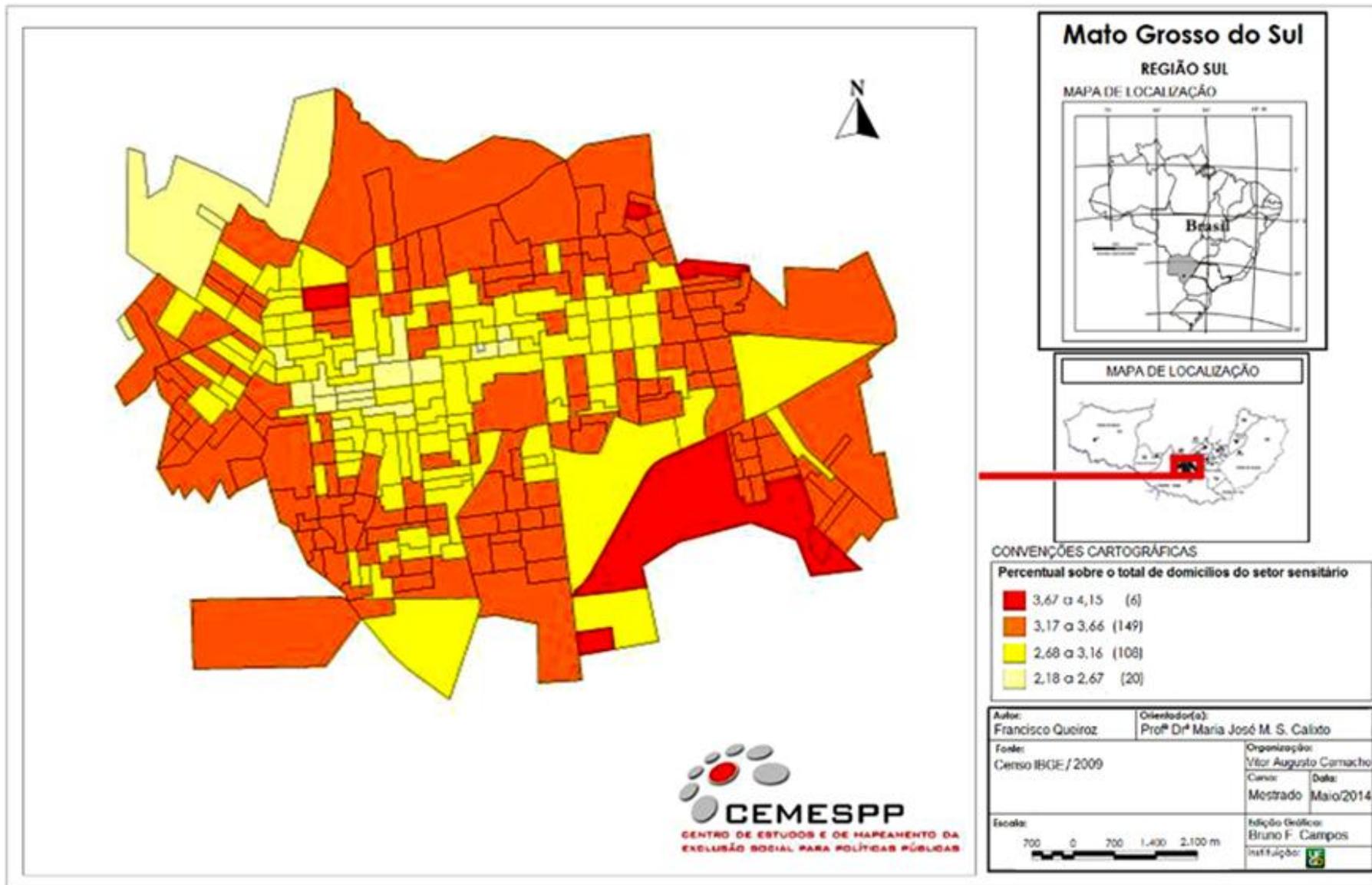


Figura 11: Dourados – MS (2010) Habitantes por Domicílio.

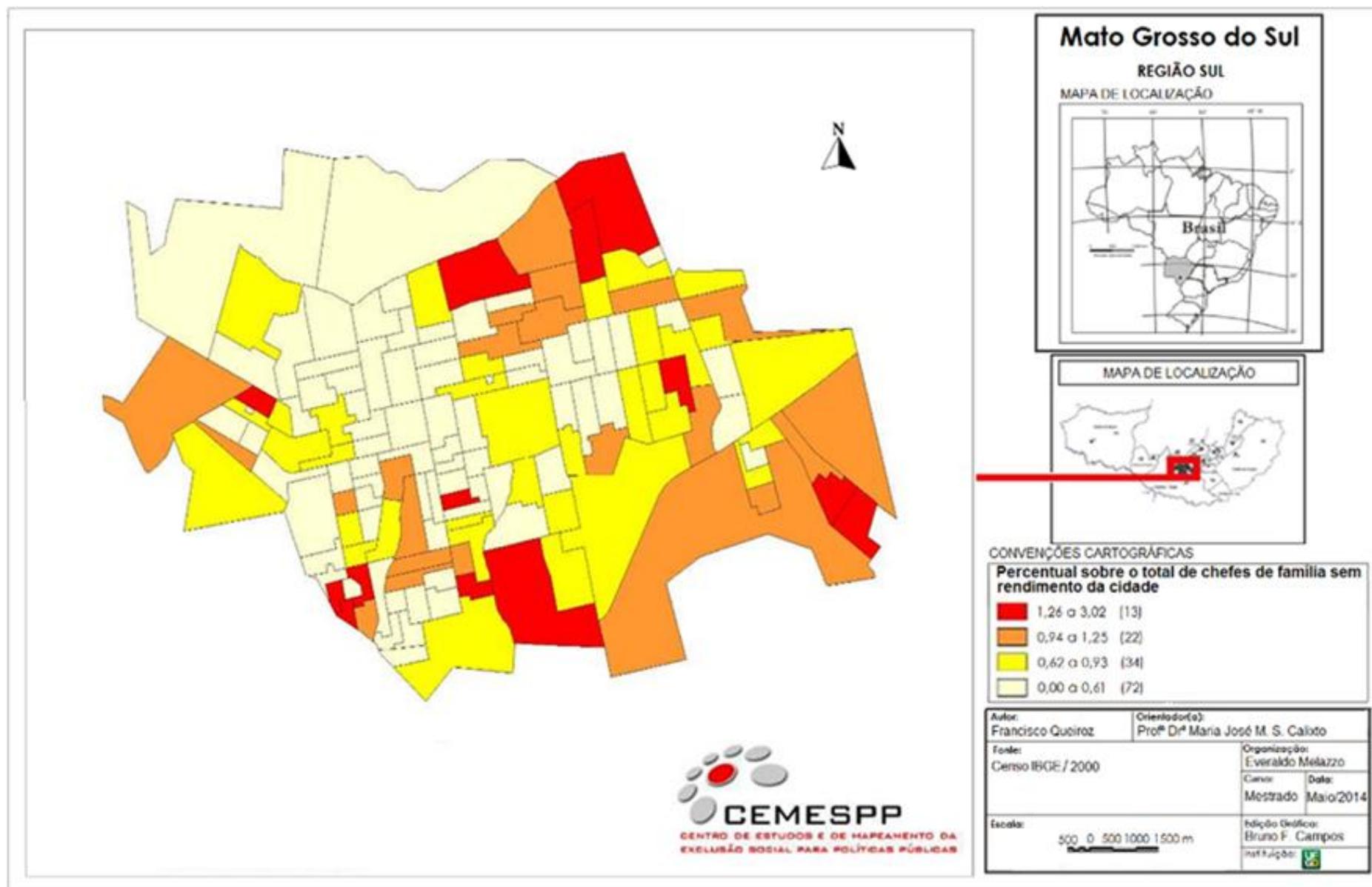


Figura 12: Dourados – MS (2000) – Chefes de família sem rendimentos.

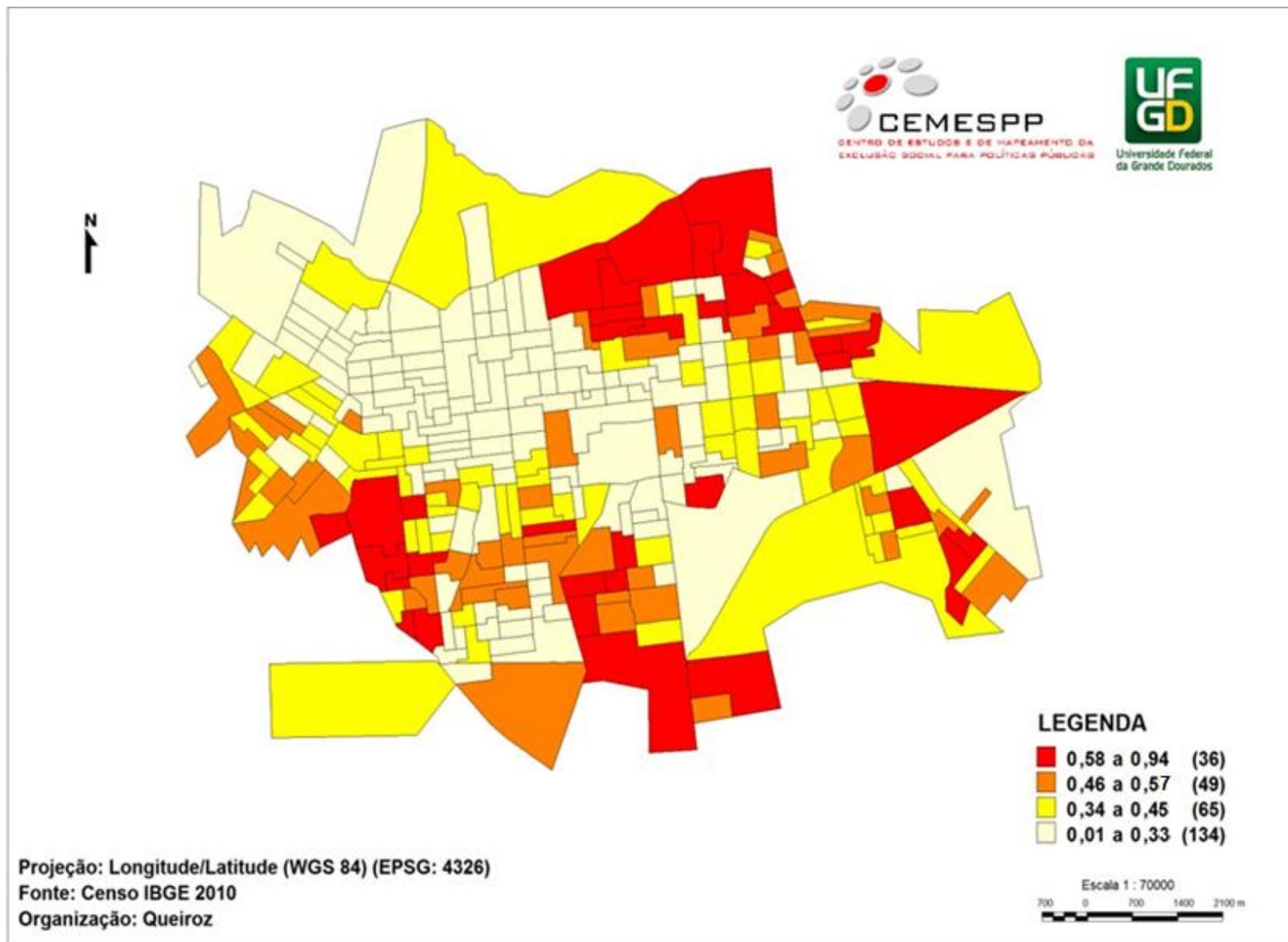


Figura 13: Dourados – MS (2010) – Chefes de família com rendimento até 02 salários mínimos.

Quando analisamos, “A presença de chefes de famílias com baixo ou nenhum rendimento mensal”, percebemos mais um resultado significativo de concentração da exclusão socioespacial nas bordas (áreas de periferia “pobre”) da cidade (**Figuras 12 e 13**).

Por outro lado, se considerarmos os setores ocupados pelos chefes de famílias que apresentam rendimento médio superior a 20 salários mínimos (**Figuras 14 e 15**), tratando-se das áreas de maior preço da terra, sobretudo, com a presença da melhor infraestrutura urbana, concentrando-se nas áreas centrais e nos loteamentos localizados na porção norte e noroeste da cidade.

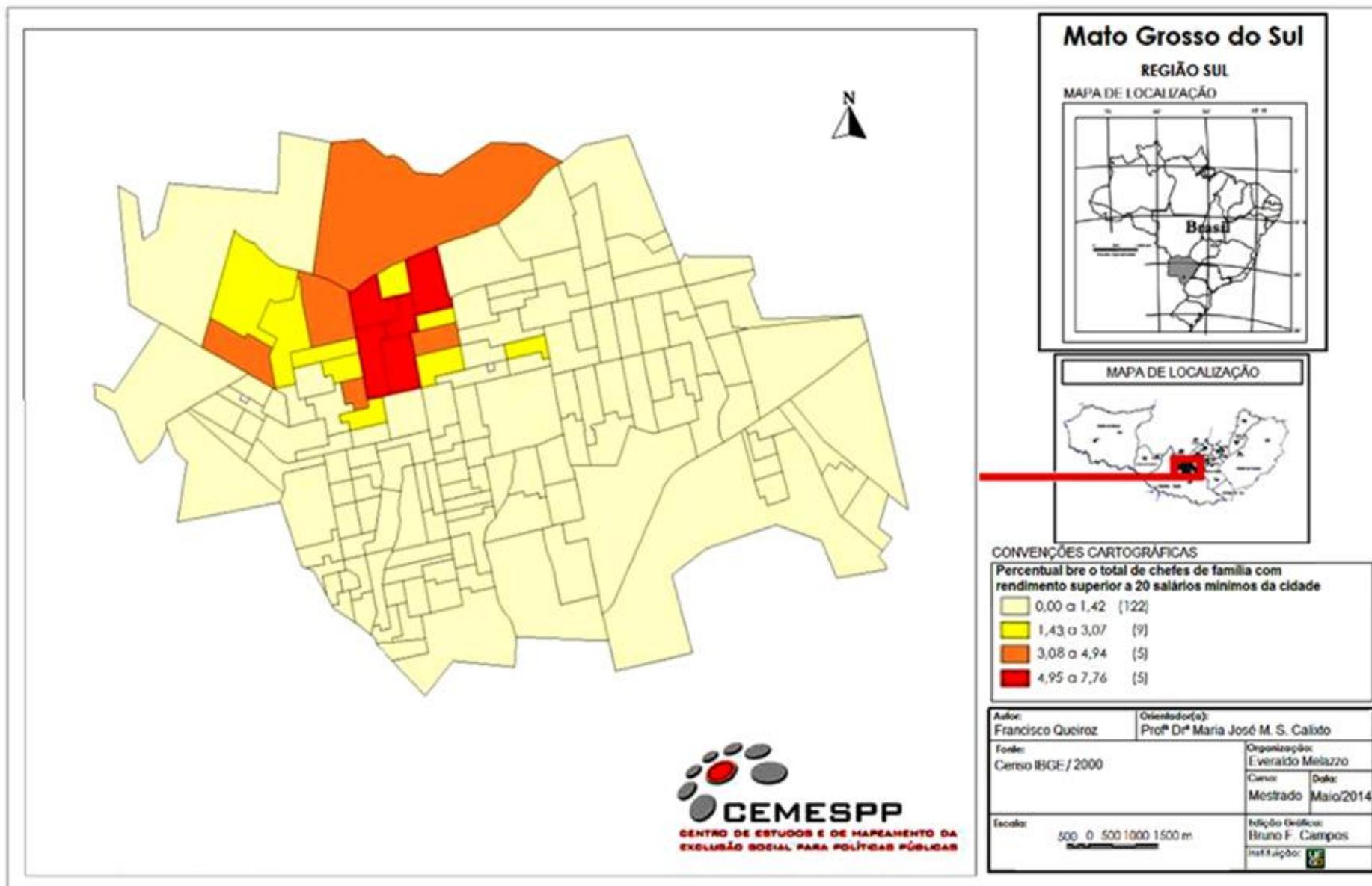


Figura 14: Dourados – MS (2000) Chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos.

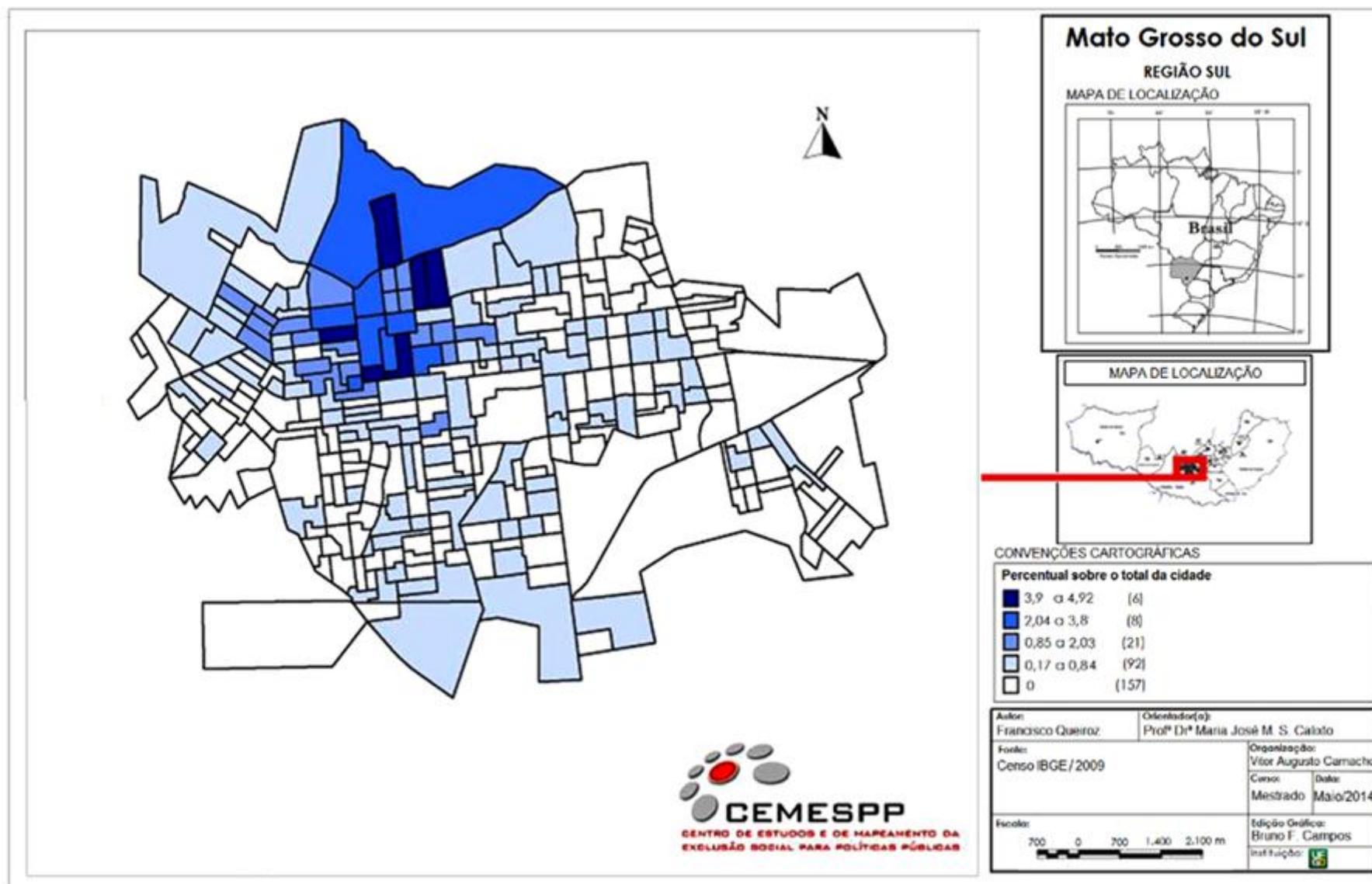


Figura 15: Dourados – MS (2010) Chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos.

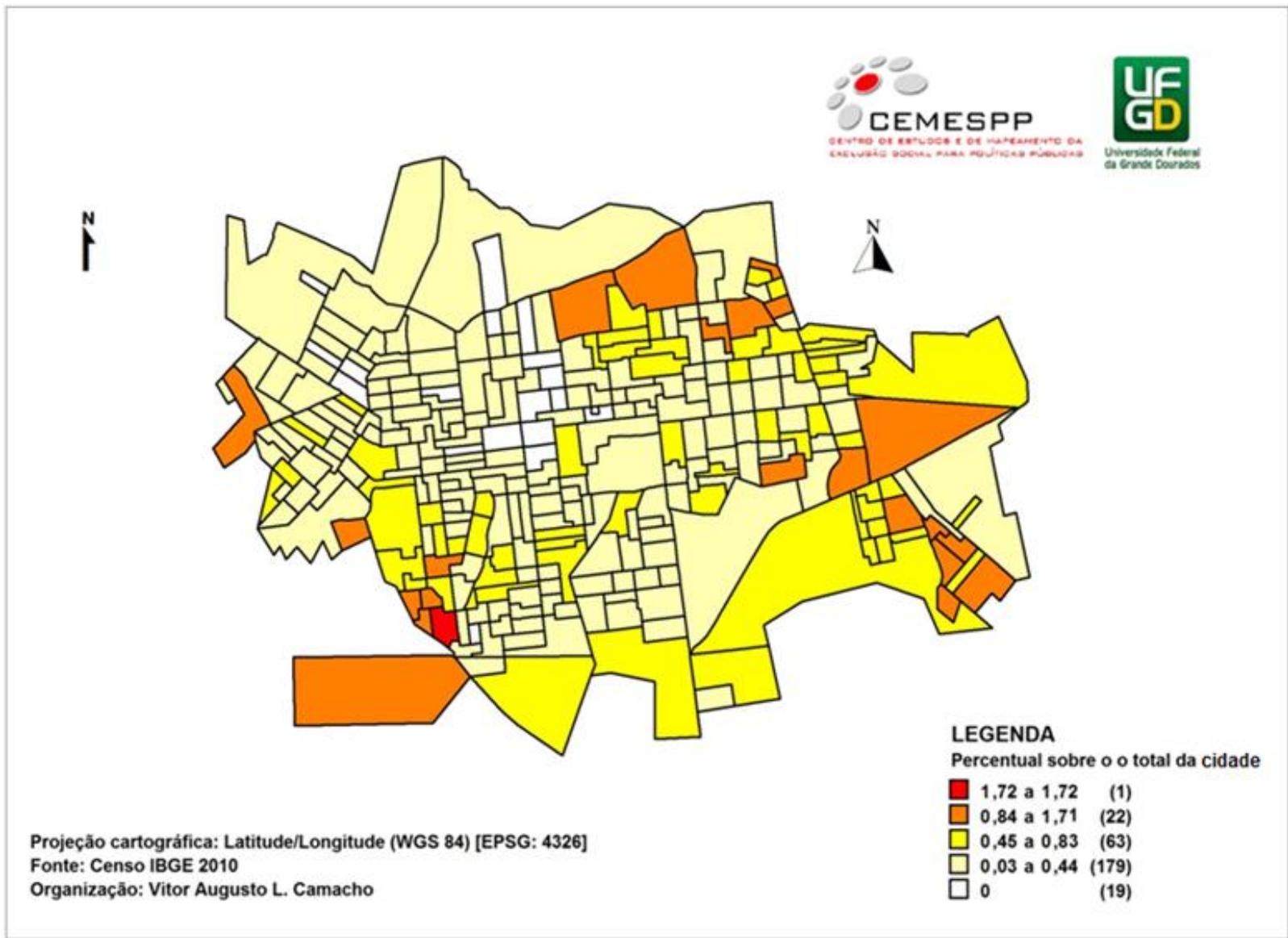


Figura 16: Dourados – MS (2010) Chefes de família analfabetos.

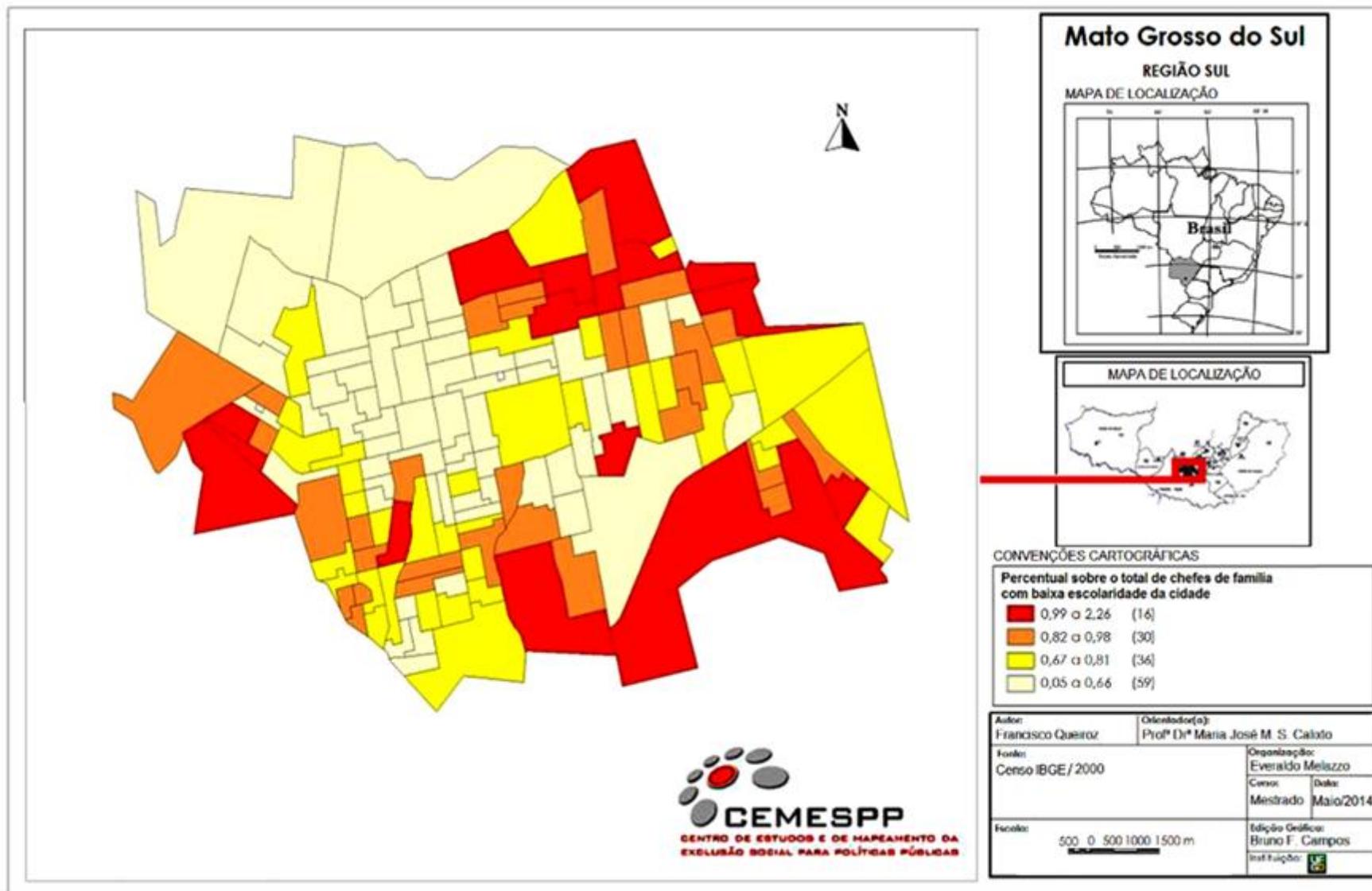


Figura 17: Dourados – MS (2000) Chefes de família com baixa escolaridade (até 04 anos de estudo).

Outro dado importante sobre exclusão socioespacial refere-se às áreas onde se concentram chefes de famílias analfabetos ou com baixa escolaridade (**Figuras 16 e 17**), coincidindo com áreas de localização do menor preço da terra, insuficiente presença de infraestrutura e serviços urbanos, dentre outros.

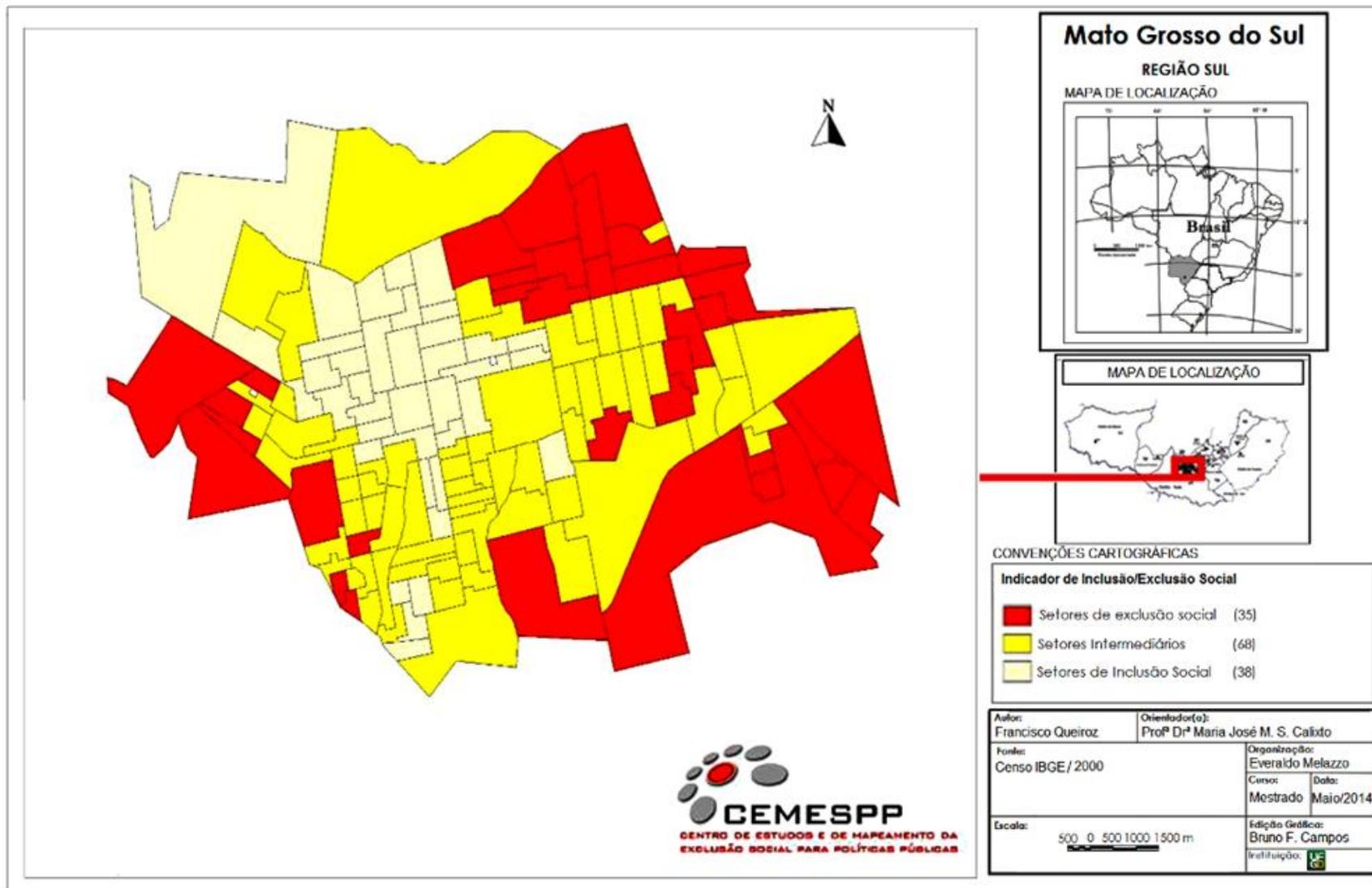


Figura 18: Dourados – MS (2000) Inclusão/ Exclusão Social.

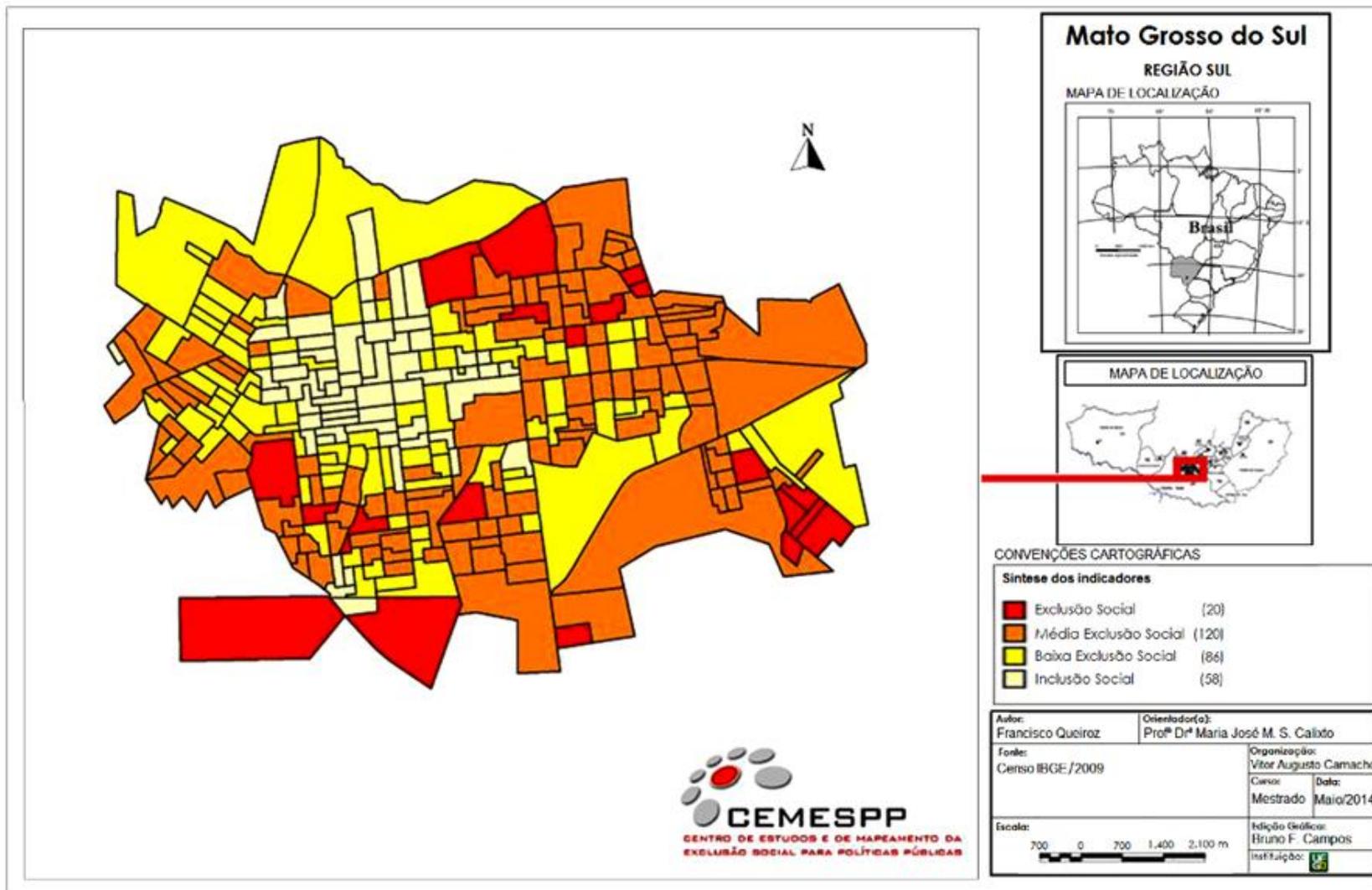


Figura 19: Dourados – MS (2010) – Inclusão/ Exclusão Social.

Por fim, as **figuras 18 e 19**, como síntese, fornecem-nos um panorama geral cidade de Dourados. Todavia, consideramos que utilizamos de estatística para analisar o movimento social, ciente que, os resultados não podem ser a única vertente de reflexão sobre a complexa e contraditória produção do espaço.

Nas últimas figuras, se comparado os dados referentes aos Censos Demográficos 2000 e 2010, não notaremos diferenças significativas, o que legitima as informações constantes nas figuras anteriores, sobre concentração das desigualdades socioespaciais na cidade.

Vale reforçar que a produção das figuras temáticas referentes ao que chamamos de exclusão/inclusão socioespacial, a partir dos dados do Censo 2000 e 2010, permitiram-nos uma reflexão sobre a realidade dos últimos 10 anos na cidade de Dourados, utilizando-se da estatística e das variáveis do universo demográfico. Sem dúvida, os resultados nos propiciam uma aproximação da realidade, o que não elimina a necessidade de estudos mais aprofundados.

CAPÍTULO III

AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA PRODUÇÃO/ DISTRIBUIÇÃO DA MORADIA EM DOURADOS

Neste capítulo, nos atentaremos às contradições socioespaciais em Dourados, tomando como referencial a produção e a distribuição da moradia. Ademais, buscamos oferecer uma contribuição para o debate acerca da diferenciação no acesso à moradia que, por sua vez, reforça as desigualdades socioespaciais.

Vale reforçar que a paisagem urbana expressa as formas encontradas por aqueles que tentam assegurar seu direito de uso, ou mesmo daqueles que resistem em não serem tragados pela propriedade privada ou pelo monopólio de acesso a terra, revelando uma tentativa ou estratégia de luta pela sobrevivência, pelo “direito à cidade”.

Como forma de manifestação do urbano, a paisagem (urbana) tende a revelar a dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano considerado como processo. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, que permite-nos vislumbrar elementos para discussão da evolução da produção espacial, remetendo-nos ao modo pelo qual foi produzida (CARLOS, 1994, p.43).

A dimensão da paisagem urbana, passa pelo embate entre uma lógica que se pauta no valor de troca em detrimento do valor de uso, confrontando-se um direito garantido juridicamente (a propriedade) e um valor essencial: a necessidade de morar, ou num sentido mais amplo, a necessidade de reprodução social. Todavia, o que temos como norma, reafirma o “direito” capitalista na produção do espaço.

Nessa perspectiva, procuramos pontuar dados relacionados à produção de moradia na cidade de Dourados.

Se compararmos a figura referente a evolução do cadastro de famílias sem moradia própria no município entre anos 2004 a 2010 (**Figura 20**), e a figura referente à produção anual de unidades habitacionais de interesse social, considerando também os anos de 2004 á 2010 (**Figura 21**), notaremos uma diferença de quase 15 mil famílias não atendidas pela produção total de casas neste período.

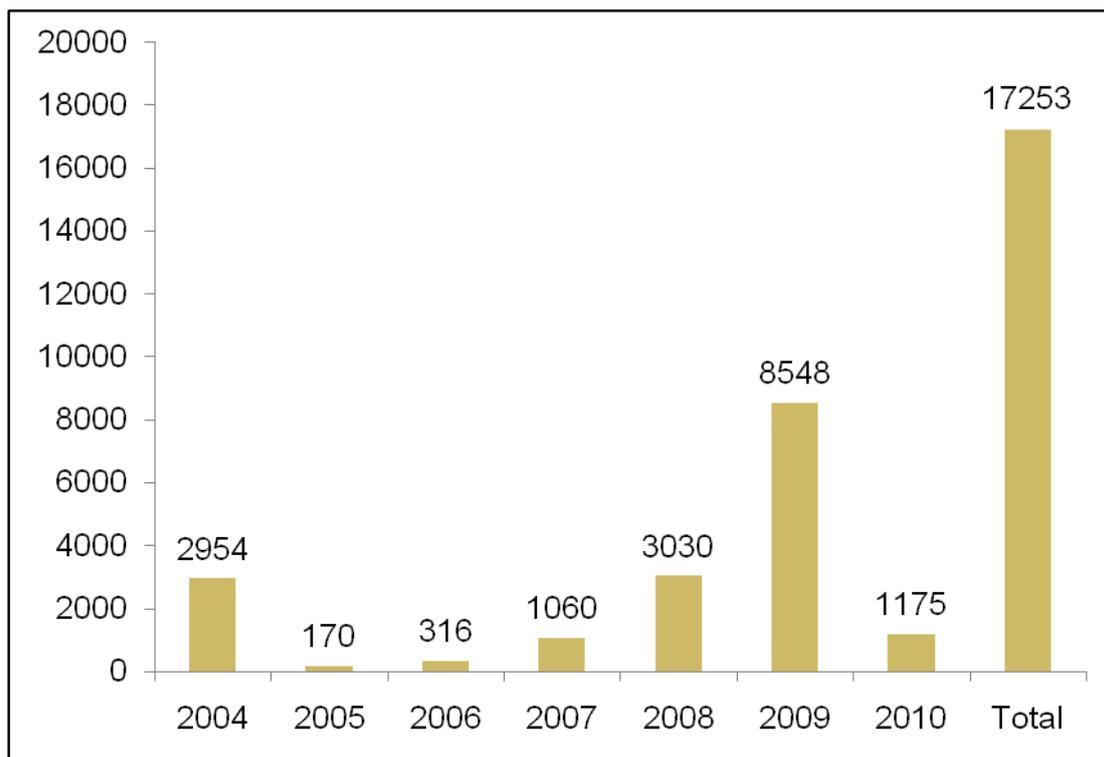


Figura 20: Evolução do cadastro de famílias sem moradia própria no município (2004-2010)
 Fonte: Departamento Municipal da Habitação/Seplan

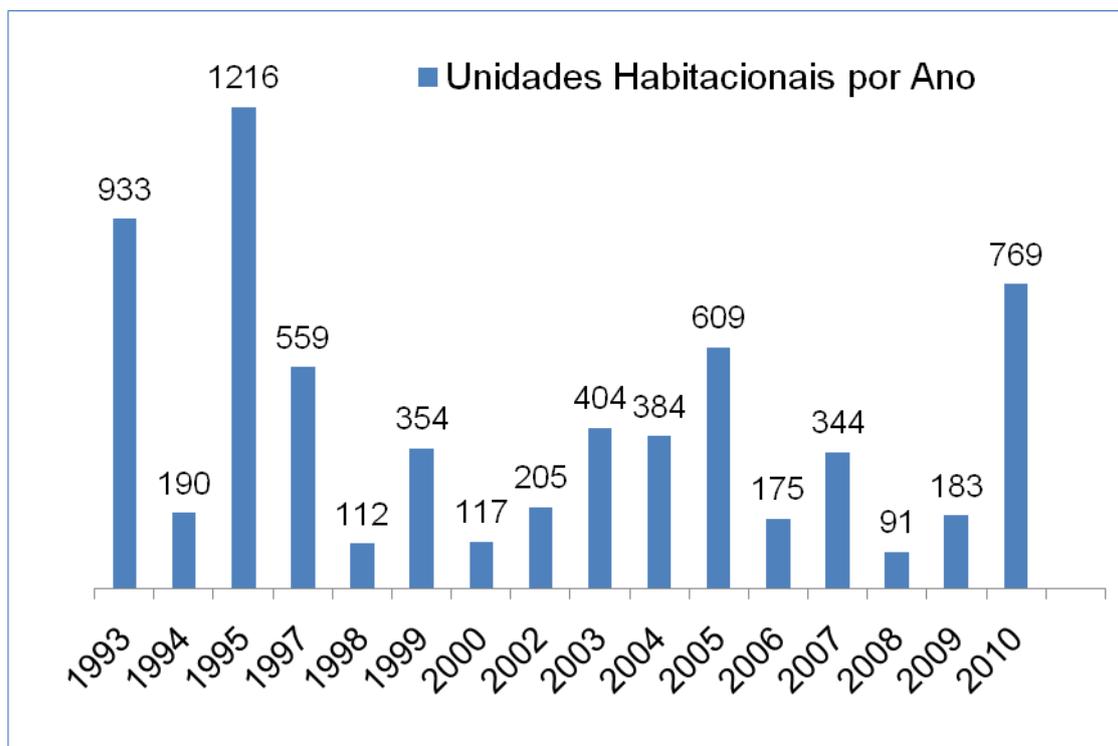


Figura 21: Dourados-MS (1993 a 2010) – Produção de Unidades Habitacionais de Interesse Social
 Fonte: DOURADOS, 2010, Plano Local de Habitação.

Dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social da gestão pública de Dourados, disponibiliza uma projeção referente à produção habitacional (**Tabela 04**), chegando a 12.209 unidades construídas até o ano de 2026, o que, se considerarmos os dados acima, não resolveria nem mesmo a demanda de 2010. Se considerarmos a taxa de crescimento populacional anual, aumentaria ainda mais o número de famílias sem moradia.

Tabela 04 - Unidades habitacionais a construir, de acordo com o cenário desejável

Ano	Pop. Estimada	Taxa de crescimento população	Unidades a construir	Investimentos necessários
2012	199.159	-	734	38.902.000,00
2013	202.263	1,5586	745	39.508.324,32
2014	205.367	1,5347	757	40.114.648,63
2015	208.471	1,5115	768	40.720.972,95
2016	211.575	1,4890	780	41.327.297,26
2017	214.679	1,4671	791	41.933.621,58
2018	217.783	1,4459	803	42.539.945,89
2019	220.888	1,4253	814	43.146.270,21
2020	223.992	1,4053	825	43.752.594,53
2021	227.096	1,3858	837	44.358.918,84
2022	230.200	1,3669	848	44.965.243,16
2023	233.304	1,3484	860	45.571.567,47
2024	236.408	1,3305	871	46.177.891,79
2025	239.512	1,3130	882	46.784.216,11
2026	242.616	1,2960	894	47.390.540,42
Total			12.209	647.194.053,16

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social, Dourados, 2010.
Org.: QUEIROZ. 2014.

Abaixo temos as **Tabelas 05 e 06**, e a **Figura 22**, que revela o montante de unidades habitacionais construídas de 1993 até 2013; das já construídas e entregues e as que ainda estão em construção, com previsão de entrega em 2014. Se somarmos todas as unidades, desde 1993, com as que estão para terminar em 2014, chegaríamos a um total de 8.476 moradias, montante que não atinge, sequer, 50% do total de famílias cadastradas no mesmo período.

Tabela 05 - Loteamentos Sociais produzidos em Dourados a partir da década de 1990.

Item	Programa	Loteamento	Unidades	Ano
01	-----	Canaã I	933	1993
02	-----	Canaã II	190	1994
03	-----	Canaã III	888	1995
04	-----	Canaã IV	328	1995
05	-----	Canaã V	512	1997
06	-----	Canaã VI	47	1997
07	-----	Vilas dos Oficinos	112	1998
08	-----	Vila Mariana	61	1999
09	-----	Vila Valderez	181	1999
10	-----	Vila Anete	46	2000
11	-----	Vila Aparecida	71	2000
12	Tijolo por Tijolo	Porto Belo	132	2002
13	Tijolo por Tijolo - Mutirão	Brasil 500	56	2002
14	Morar Melhor – Itahum	Estrela Moroti	17	2002
15	PSH	Estrela Hory	96	2003
16	PSH	Estrela Poravi I	56	2003
17	PSH	Estrela Poravi II	241	2003
18	PSH – Distrito de Itahum	Estrela Moroti	11	2003
19	PAR	Estrela Pytã	131	2004
20	PSH	Estrela Verã	235	2004
21	PSH – Distrito de Vila Vargas	Estrela Pyahu	18	2004
22	PSH Rural - Reserva Indígena	Estrela Ara Poty	200	2005
23	HBB	Estrela Porã I, II e III	292	2005
24	HBB	Estrela Yvatê	117	2005
25	PAR	Kairós I e II	116	2006
26	PAR	Estrela Itamirim	59	2006
27	PAR	Estrela Itapiri	74	2007
28	PAR	Estrela Itaju I e II	230	2007
29	PSH – Distrito de Vila Vargas	Res. Maria B. Sobrinho	40	2007
30	PAR	Residencial Ponte Branca	91	2008
31	PAR	Res. Ercília de O. Pompeu	183	2009
32	PAR	Res. Jardim Novo Horizonte	161	2010
33	MCMV	Res. Altos do Alvorada I e II	447	2010
34	MCMV	Estrela do Leste	161	2010

Fonte: Plano Local de Habitação de Interesse Social, Dourados, 2010.

Tabela 06 - Quantidade de unidades em construção – 2011, 2012 e 2013 - por loteamentos sociais e Programas de Financiamento Habitacional

Programa	Nome do Conjunto	Nº UM	Localização	Construtora	Para Atender
PAC	Estrela Jupy	73	Jd. das Primaveras	CONEPLAN	Famílias em Áreas de Risco
FNHIS	Ypê Roxo	186	Ao lado do Estrela Porã	ENGEPAR	Acampamento José Cerveira
MCMV	Res. Vila Roma - Aptos	512	Jd. Novo Horizonte	ENGEPAR	Todas Famílias Cadastradas
MCMV	Res. Dioclécio Artuzi III	450	Jd. Guaicurus	LC BRAGA	Todas Famílias Cadastradas
MCMV	Hárrison de Figueiredo I	232	Jd. Guaicurus	COPLAN	Todas Famílias Cadastradas
MCMV	Hárrison de Figueiredo II	240	Jd. Guaicurus	COPLAN	Todas Famílias Cadastradas
MCMV	Hárrison de Figueiredo III	250	Jd. Guaicurus	COPLAN	Todas Famílias Cadastradas
Total		1.943			

Fonte: Setor de Cadastro/Departamento de Habitação/Seplan .

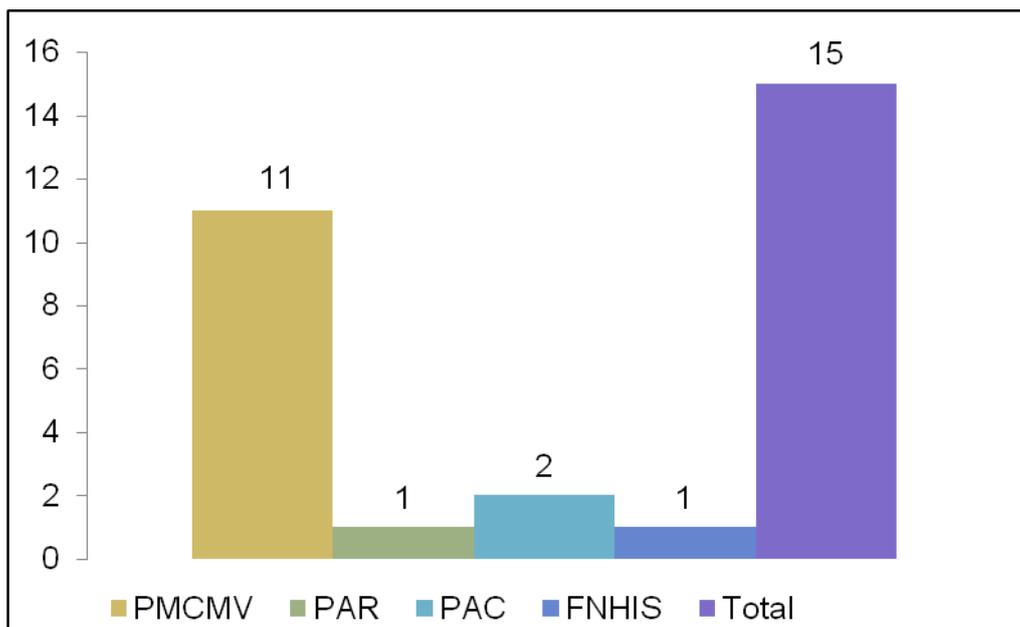


Figura 22: Loteamentos Sociais entregues e em construção (2011 - 2012 - 2013)

Fonte: Setor de Cadastro/ Departamento de Habitação/Seplan.

Org.: QUEIROZ, 2014

Neste contexto, não podemos deixar de destacar, as áreas de loteamentos que estão em análise, para construção de mais 4.720 unidades residenciais (**Tabela 07**), o que se somaria às 8.476 construídas e em construção até 2014.

Tabela 07 - Quantidade de unidades em análise– 2011, 2012 e 2013 - por loteamentos sociais

Programa	Nome do Conjunto	Nº UN	Localização	Construtora	Para Atender
MCMV	Lot. Santa felicidade Campina Verde	149	Joquey Clube	IAPPEC	Famílias associadas à entidade
MCMV	João Carneiro Alves	353	Sitioca C. Verde	CRF	Famílias associadas à entidade
MCMV	I, II e III Estrela Guassu	1.720	Jardim Guaicurus Jardim Clímax	LC BRAGA	Todas as famílias cadastradas
PAC	Res. Filinto Muller	200	Próximo ao Canaã	ENGEPAR	Famílias em Áreas de Risco
MCMV	Área dos Pedroso	1.146	I Fundos do Res.	ENGEPAR	Todas as famílias cadastradas
MCMV	(apartamento) Área do Antônio	688	Deoclécio Artuzi	COPLAN	Todas as famílias cadastradas
MCMV	Corpal(Apto)	464	Jardim Guaicurus	COPLAN	Todas as famílias cadastradas
Total		4.720			

Fonte: Setor de Cadastro/Departamento de Habitação/Seplan - Dourados

Org.: QUEIROZ, 2014.

Se morar é uma condição necessária à reprodução humana, o direito de propriedade não pode estar acima dessa condição fundamental de reprodução. Nesse sentido, a luta pelo direito à cidade tem a dimensão mais ampla da luta pela vida.

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria.

Uma nova contradição fundamenta a produção do espaço nesse período da história: essa produção, como definidora da sociedade, realiza-se socialmente – criação da totalidade da sociedade -, mas sua apropriação é privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se, predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso (CARLOS, 2011, p.60).

Na cidade de Dourados, não diferente de inúmeras outras cidades médias do país, a ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos se concentra, sobretudo, nas áreas periféricas, enquanto a presença de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos aglomera-se nas áreas centrais. Vale destacar ainda que, em Dourados, um número elevado de pessoas, habitam imóveis em situação de coabitação e improvisação domiciliar (**Figura 23**).

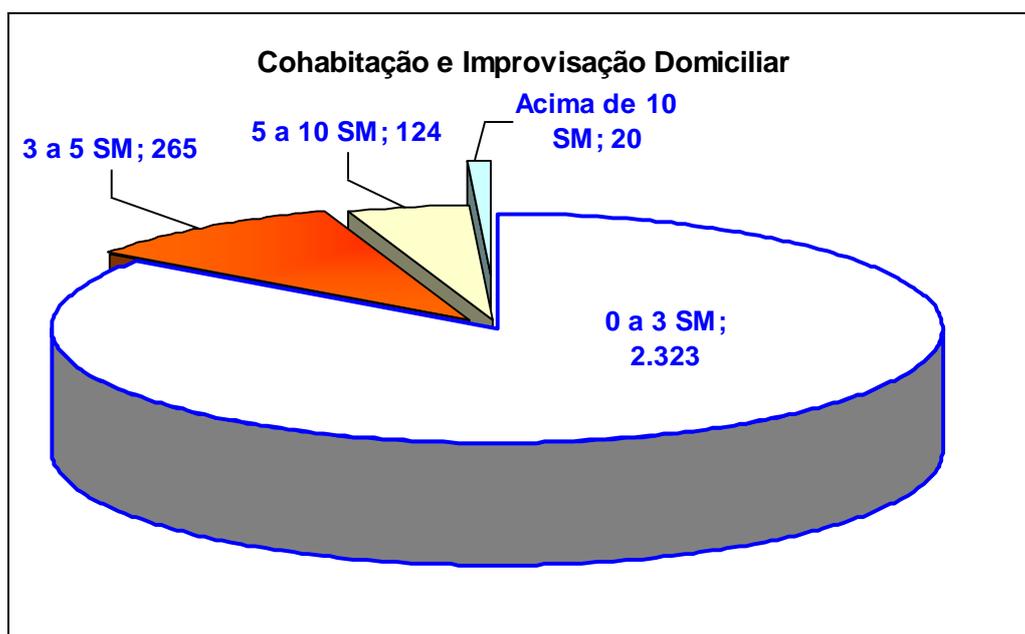


Figura 23: Levantamento de imóveis em situação de coabitação familiar e improvisação domiciliar urbana em Dourados - Censo de 2010

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

Org.: QUEIROZ, 2014.

Todavia, essas áreas distantes, de difícil acesso, sem a presença de equipamentos, infraestrutura e serviços urbanos, influenciam diretamente no preço da terra.

A origem destes lucros extraordinários está no acesso diferenciado que a localização dos terrenos propicia ao uso do *valor de uso complexo* que representa a cidade. Neste sentido, o preço da terra nada mais é do que uma transformação socioeconômica do sobrelucro de localização. Isto significa que é o movimento do capital que confere um conteúdo econômico à propriedade privada da terra urbana. Ela assume o papel de mecanismo de distribuição espacial das atividades enquanto reflexo da concorrência entre os agentes capitalistas pela urbanização privada da cidade. Por outro lado, este movimento dos capitais criará uma série de obstáculos para que o espaço urbano possa gerar os efeitos úteis de aglomeração necessária à reprodução destes capitais (RIBEIRO, 1997. p.49-50).

No jogo do mercado de terras os *ganhadores* são os jogadores com maior poder de barganha, protagonistas que retêm a propriedade privada e acumulação. Portanto, a competição é desigual, dimensionada pelo potencial econômico.

Esse modo de apropriação da terra difunde-se pelas cidades, na lógica da acumulação capitalista, ou mesmo, são expressões de uma heterogeneidade de agentes capitalistas que ativam suas ambições aos lucros, fazendo do uso do espaço os resultados das diferenciações socioespaciais, que tem como produto a manifestação das contradições e dos conflitos urbanos.

Na obra *Planeta Favela*, de *Mike Davis*, observamos um levantamento de dados sobre a transformação assustadora nos países do terceiro mundo, considerados a periferia pobre do planeta, principalmente, no que diz respeito, à concentração dos aglomerados humanos de exclusão, no contexto da atual acumulação capitalista e conseqüente processo de urbanização. Nesse processo, as desejadas cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos, estão, na verdade, sendo dominadas pelas favelas.

No entanto, os projetos de políticas de habitação endereçados à população “pobre”, precisam de uma concepção real do espaço, obedecendo ou partindo da análise das reais demandas e carências.

Por fim, entendemos que os anseios de acumulação capitalista do espaço *mercadoria*, sobre a lógica da retenção/acumulação de terras, sacrificam *sonhos* de pertencimento, onde o próprio pertencimento ou *uso* do espaço enquanto *lugar* se restringe à lógica de domínio, de controle e “poder” privado sobre a terra.

Quando tudo parece “morno” a necessidade aflora. Recentemente, constamos mais um movimento de ocupação na cidade¹⁵. A área batizada de “Estrela Guassu”

¹⁵ Ver anexo II.

(ver **Figura 24** e **Foto 11**) foi ocupada do dia 09 ao dia 14 de janeiro de 2014. Aproximadamente 1.000 famílias ocuparam uma grande área “vazia” a margem da Via Parque, entre o Jardim Clímax e a COHAB II, abrangendo também, toda a área “abandonada” do antigo C.A.D (Clube Atlético de Dourados).

Entre um depoimento e outro, os ocupantes argumentam que, há vários anos, estão cadastrados no Programa Municipal de Habitação Popular e que não podem mais esperar pela casa.

A moradora Criscyelly Espíndola Medeiros de 18 anos, relata ao jornal que, estava com dificuldades de comprar alimentos para sua família, devido ao preço que pagava pelo aluguel da casa em que morava anteriormente, na Vila Cachoeirinha. Assim, a única solução encontrada foi se juntar ao grupo de famílias e ocupar a área.

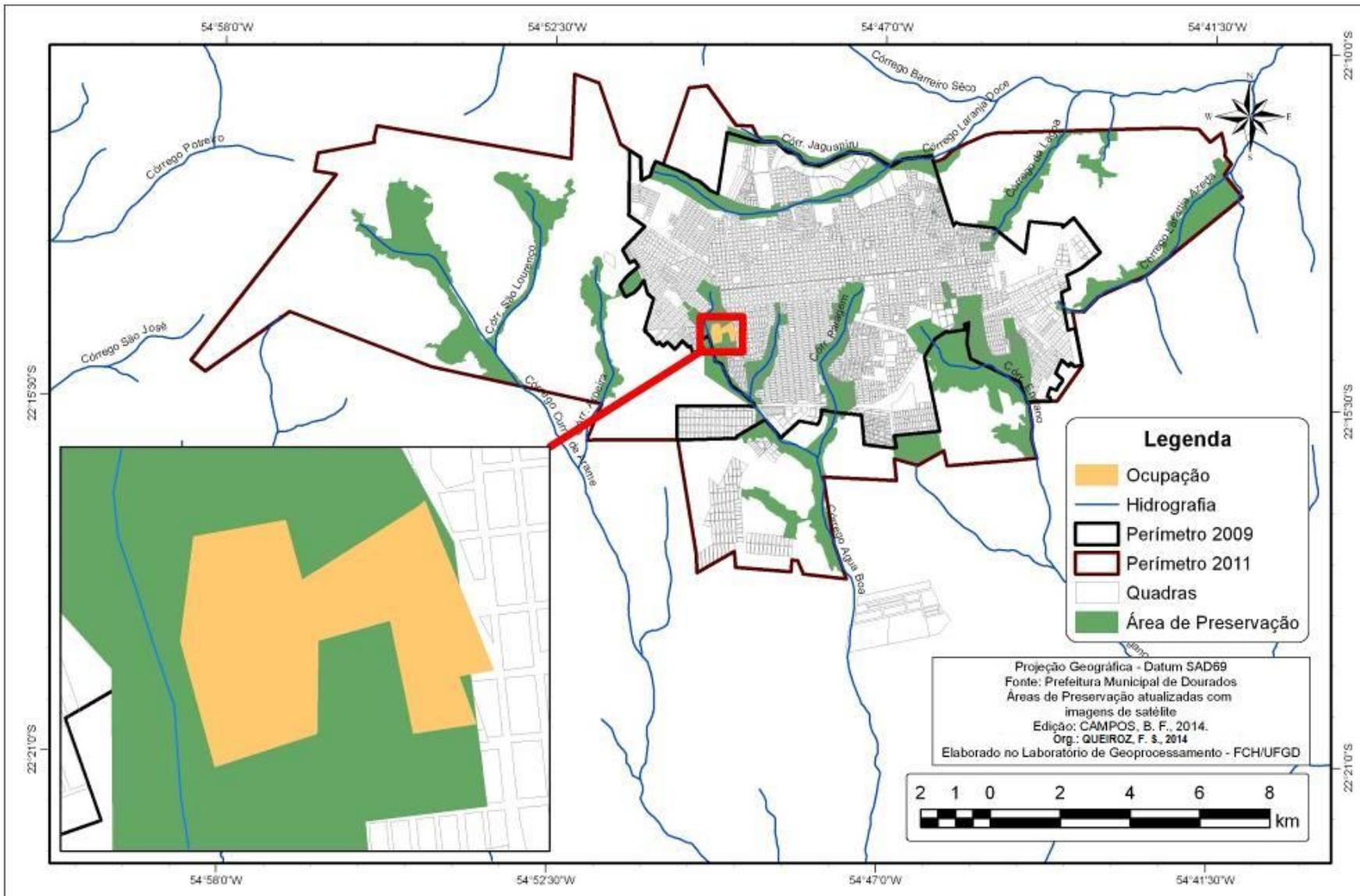


Figura 24: Acampamento “Estrela Guassu”, Dourados – MS (2014).



Foto 11: Acampamento “Estrela Guassu”.
QUEIROZ, 2014.

Dentre outras contradições referentes ao programa habitacional do município, os ocupantes relataram que, a maior indignação é saber que várias pessoas contempladas pelo programa, não se encontram em condições de extrema necessidade, como muitos dos que estão ocupando esta área. E que a seleção do programa deve se preocupar primeiramente com as famílias mais necessitadas.

Dias após a ocupação, cientes da possibilidade de despejo e de reintegração de posse, os ocupantes se organizaram e seguiram em marcha até a prefeitura de Dourados, munidos com faixas e fazendo muito barulho, protestaram reivindicando o apoio da prefeitura e da população douradense.

O surgimento de uma nova ocupação na cidade de Dourados, no ano de 2014, no mínimo legítima e reforça nossa análise frente a essa realidade urbana. Ou seja, o número de moradias oferecidas pelos programas de habitação não são suficientes e centenas de famílias, por não terem outra alternativa, se encontram obrigados a ocupar “irregularmente” áreas, até então, abandonadas, sem cumprir a função social da propriedade.

Os moradores ocupantes não se organizam para ocupar uma área por acaso. Chegam a essa medida, segundo eles, por não terem mais como esperar. Afinal,

segundo os relatos obtidos durante a ocupação do loteamento social “Estrela Guassu”, por exemplo, são anos e anos de luta para conseguir uma moradia. Alguns estão há décadas cadastrados nos programas, e a revolta é ainda maior, quando verificam que os mais necessitados são os que menos são contemplados pelos programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cidades, os lugares não são pensados para as pessoas, mas para o consumo. Carros, avenidas, casas, prédios, praças e parques, correspondendo ao fluxo das coisas, do quantitativo, da mercadoria. Pessoas se limitam a locais privados, privatizando, até mesmo, as áreas públicas.

Assim, o espaço urbano se (re)produz sob a lógica do capital. As construções ditam os caminhos, pessoas se *perdem* no encontro com elas mesmas. O *outro* é o estranho, tido como incerto, oferecendo risco e desarmonia ao encontro.

As ruas das cidades são ocupadas por pessoas que “[...] *se olham e não se falam - Se esbarram na rua e se maltratam [...]* As pessoas não são más, elas só estão *perdidas*¹⁶” (Grifo nosso).

O músico “Criolo” traz uma reflexão sobre o *tempo* em que construímos nossas relações socioespaciais baseando-se no distanciamento do outro e no consumo perverso das coisas, fundamentando-se no valor de troca em detrimento das possibilidades de uso. O estranhamento dita as fronteiras entre o *eu* e o *outro*, propiciando o distanciamento, numa sociedade pautada pelo individualismo.

Ainda há tempo? (uma pergunta feita num trecho da música). Tempo de construirmos a cidade para além das construções e da materialização perversa, em que pessoas “perdidas” acreditam se realizar a partir da ascensão material, *dobrando-se* ao consumo, ao desdém do humano, transformando-se em coisas que produzem coisas, para *serem* coisas que consomem.

Ainda há tempo? (idem). Tempo de construirmos uma cidade como obra, uma poesia, uma arte, uma criação para servir essencialmente às necessidades humanas, menos vinculadas ao lucro, ao mercado, ao capital.

Nesse sentido, as formas de ocupações consideradas “irregulares”, as desigualdades na distribuição e acesso à moradia, coloca-se como paisagem reveladora das condições de desigualdade socioespacial. Colocam-se como formas que simbolizam o *avesso* da norma, em que a lógica capitalista de apropriação privada da terra “determina” que pessoas morem em condições subumanas. Ou seja, o urbano, expresso nas ocupações “irregulares”, revela a situação cotidiana dos que sobrevivem à *margem* da cidade, subjugados à condição de fragilidade socioespacial.

¹⁶ Música: “Ainda há tempo” – Criolo.

Nossa análise se coloca como uma tentativa de apreender o universo dos que vivem um cotidiano marcado pela exclusão e pela desigualdade socioespacial. Em ocupações “irregulares”, os ocupantes vêem a terra urbana essencialmente como possibilidade de uso, de estar, de pertencer, o que entra em conflito com a lógica dominante e perversa de propriedade privada da terra.

Essa realidade envolve centenas de famílias que sobrevivem na cidade, subjogados, desde sempre, pela lógica capitalista da troca, que transforma a terra urbana em mercadoria. A casa, como bem de uso, ultrapassa a racionalidade econômica. A importância do habitar envolve os referenciais subjetivos dos sujeitos, sendo a casa o lugar “sagrado”, de chegada, de descanso, de conforto e de encontro, como parte da vida cotidiana de cada um, sobretudo o ambiente das relações mais próximas. O lugar do endereço, do abrigo dos familiares e principais pertences, enfim, o lugar do destino.

A lógica materialista, do consumo, no modo de produção capitalista, permite que a casa, lugar de morada, se transforme num bem material de troca, ocultando os referenciais de uso, inserindo-se como mais um objeto funcional no “mundo da mercadoria”.

Este trabalho vem se somar a várias outras pesquisas em Geografia, que propõem pensar a produção e reprodução socioespacial. Traz, em particular, mais uma reflexão com relação à questão da moradia. Processo que compõe a produção desigual e capitalista do espaço, que desdenha as condições de sobrevivência humana, reforçando e contribuindo para reproduzir a acumulação material, dos lucros e das riquezas.

Há pelo menos quatro décadas, centenas de famílias transitam na cidade de Dourados morando em áreas de ocupações “irregulares”, muitas dessas em condições que podem ser consideradas subumanas.

O contato com essa realidade nos permitiu uma experiência ímpar. Observamos na prática o quanto as formas privadas de apropriação da terra urbana, lançam tais famílias em enormes limitações e conflitos.

A moradia se coloca como bem material “raro”, sua aquisição está vinculada a lógica do mercado, o que limita o acesso da população de menor poder aquisitivo. Portanto, um bem primordial, necessário à reprodução humana, se restringe a uma mercadoria, onde a distribuição está intrinsecamente ligada à capacidade financeira.

Os mapeamentos realizados, a partir dos setores censitários, revelam a concentração das áreas de maior exclusão social no interior da cidade. Nos setores de maior densidade habitacional, também é maior a presença de chefes de família sem

rendimento mensal, analfabetos e com baixa escolaridade. São ainda nestes setores, que estão presentes os maiores problemas de infraestrutura e saneamento, como domicílios sem banheiro e/ou não ligados à rede de esgoto.

Corroborando essa realidade, o mapeamento também nos permitiu perceber que as áreas que concentram, de forma mais significativa, situações referentes à exclusão são justamente as áreas onde se concentram as ocupações “irregulares”, expressando a configuração da desigualdade socioespacial no interior da cidade.

Finalizamos essa etapa da pesquisa com a intenção de continuarmos, haja vista que a pesquisa não se esgota, pois a desigualdades socioespaciais tem se reproduzido na proporção com que se reproduz o território urbano.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMORIM FILHO, Osvaldo B. **Cidades médias e organização do espaço no Brasil.** Revista Geografia e Ensino. Belo Horizonte: IG/UFMG, ano II, n. 5, p. 5-35, 1984.

_____. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional.** In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs.). *Cidades Médias Brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo:** o problema e o falso problema. Estudos apresentado na 27 * Reunião Anual da SBPC, 1975.

BRANCO, M.L.G.C. **Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CALIXTO, M.J.M. (Org.). **Análise dos agentes econômicos e da reestruturação urbana e regional em Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul.** (Relatório da ReCiMe). Dourados-MS: UFGD, 2010.

_____. **O papel exercido pelo poder público, local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS.** Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP - Presidente Prudente, 2000.

_____. **O espaço urbano em redefinição:** cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. UFGD. Dourados – MS, 2008.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela:** a produção do “espaço criminalizado”. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CAMPOS, P.A. **A Dinâmica imobiliária:** Elementos para o entendimento da espacialidade Urbana. Cadernos IPPUR/UF RJ.1999. p. 47-70.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **A produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. In: CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L., SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Espaço-Tempo na Metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O espaço urbano.** Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O consumo do espaço.** In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999, p. 173-186.

CORRÊA, R.L. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A rede urbana brasileira e a sua dinâmica**: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.359-367.

_____. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades Médias: Espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

_____. **Interações espaciais**. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

COSTA, D. Integrar é desenvolver a América do Sul. In: _____ **Integração da América do Sul**. Palácio Itamaraty. Brasília: FUNAG, 2010, p.47-69.

DAVID, Harvey. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

DAVIDOVICH, Fany. **Urbanização brasileira**: tendências, problemas e desafios. *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 13, p. 12-29, 1984.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Biotempo, 2006.

DEMO, P. **Charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2002.

ELIAS, Denise, PEQUENO, Renato. Mossoró: O novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria E. B.; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz R. (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**. Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HISSA, Cássio E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserção da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

JORNAL. **DIÁRIO MS**, 21 de fevereiro de 2008.

JORNAL. **DOURADOS AGORA**, 18 de abril de 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*). 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início - fev.2006.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Erminia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARTINS, J. S. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **O vôo das andorinhas**: migrações temporárias no Brasil. In: Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986. p 43-61.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009, p.09-77 e 145-203.

MELAZZO, E. S. **Problematizando o conceito de políticas públicas**: Desafios à análise e à prática do Planejamento e da Gestão. Rev. Tópos, v.4, n.02, 2010.

MELAZZO, E. S. & GUIMARÃES, R. B. **Exclusão social em cidades brasileiras**: um desafio para políticas públicas. São Paulo: UNESP, 2010, p. 11-31.

OLIVEIRA, A.U. **Para onde vai o ensino da geografia?** São Paulo: Contexto, 1998.

PELUSO, M.L. **A Casa Própria e o sonho**. In: SILVA, José Borzacchiello da (Org.) A Cidade e o Urbano. Fortaleza: EUFC, 1997.

PEQUENO, L.R.B. Favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: mudanças e tendências nas políticas. In: BELLET, Carmen; SPOSITO, Maria Encarnação B. (Orgs.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009. p. 203-226.

QUEIROZ, F. S. **As fronteiras do caminho**: ocupação de áreas urbanas e desigualdade socioespacial em Dourados-MS. Dourados, 2010. Monografia (Bacharelado em Geografia) – FCH/UFGD.

RAMOS, M.H.R. (Org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, W. S. O papel das cidades médias diante da reestruturação urbana. Escalas e agentes econômicos. In: BICALHO & GOMES. (Orgs). **Questões Metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p.125-139.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade**. Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em Geografia) – USP.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.

ROCHA, Y. T. **Paisagens urbanas brasileiras e a teoria geográfica da paisagem**. In: Terra, C. G. & Andrade, R. (Org.). Paisagens culturais: contrastes sul – americanos. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/ UFRJ, 2008, p. 123-141.

SADER, E. A trajetória dos migrantes na cidade. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p. 88-99.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. 1978

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.609-643.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Territorio**, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n.4, jan./ jun., 1998, p.27-37.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: DAMIANI, A.L. *et al* (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13-29.

_____. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu S. **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente – SP: UNESP/FCT: GASPERR, 1999, p. 13-29.

_____. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados-MS: AGB, 1996, p. 71-85.

VIEIRA, A. B.; NUNES, M. & GUIMARÃES. Desigualdade e exclusão em cidades médias brasileiras. In: MELAZZO, E. S. & GUIMARÃES, R. B. (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras: Um desafio para políticas públicas**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 59-71.

Sites consultados:

<http://letras.mus.br/criolo-doido/977336/>

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/familias-dizem-que-nao-va-se-retirar-de-area-invadida-no-climax>

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/justica-determina-que-sem-tetos-terao-cinco-dias-para-sair-de-terreno-ocupado-proximo-a-via-parque>
<http://www.douradosagora.com.br>

APÊNDICE

APÊNDICE I

ACAMPAMENTO PRÓXIMO AO JARDIM GUAICURUS (RODOVIA QUE DÁ
ACESSO AO DISTRITO INDUSTRIAL)



Fotos: QUEIROZ, 2010.

ACAMPAMENTO PRÓXIMO À SITIOCA CAMPINA VERDE



Fotos: QUEIROZ, 2010.

ASSENTAMENTO CONQUISTA PRÓXIMO AO JARDIM PELICANO

Localização: **Favela do Pelicano**



Org: QUEIROZ, 2013.

Localização: 22°12'37.33"S
54°46'29.34"O



Fotos: QUEIROZ, 2010



Fotos: QUEIROZ, 2013.

OCUPAÇÃO PRÓXIMA AO JARDIM DOS BEM-TE-VIS, FUNDOS DO CANAÃ
III



Fotos: QUEIROZ, 2010.

ASSENTAMENTO BRASIL 500 (PRÓXIMO A VILA BELA)



Fotos: QUEIROZ, 2010.

OCUPAÇÃO DA “WANILTON FINAMORE”, JARDIM DOS ESTADOS



Fotos: QUEIROZ, 2010.

ACAMPAMENTO “PORTELINHA”, APÓS O PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO
DE POSSE (FAMÍLIAS MORANDO NA RUA)



Fotos: QUEIROZ, 2009



Fotos: QUEIROZ, 2009

CONSTRUÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO CONJUNTO “ESTRELA TOVY”



Fotos: QUEIROZ, 2010.

APÊNDICE II
Acampamento “Estrela Guassu” Dourados- MS (2014)



Fotos: QUEIROZ, 2014.



Fotos: QUEIROZ, 2014.



Fotos: QUEIROZ, 2014.

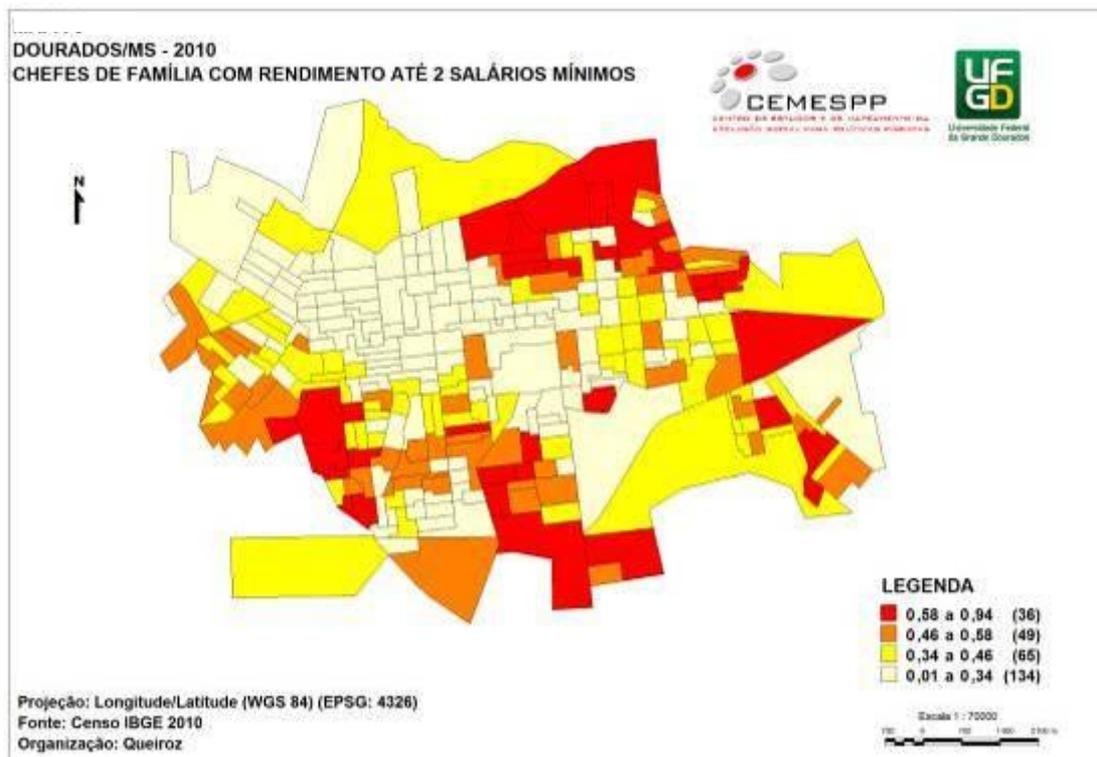
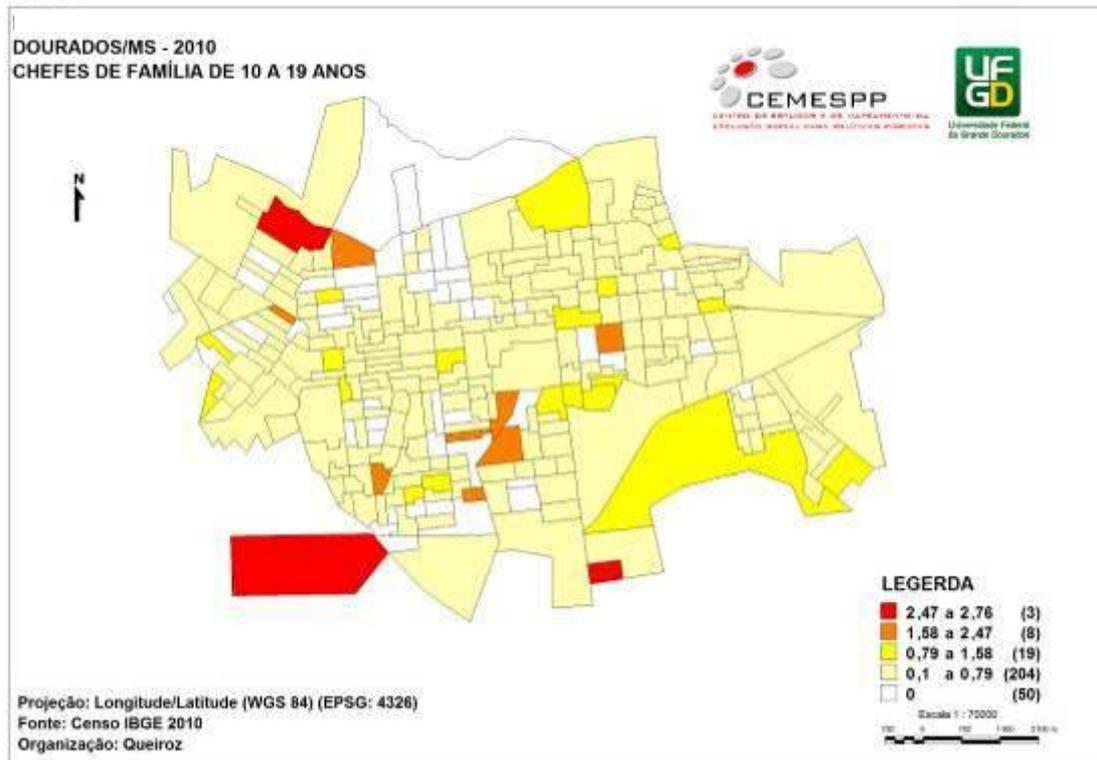


Fotos: QUEIROZ, 2014.



Fotos: QUEIROZ, 2014.

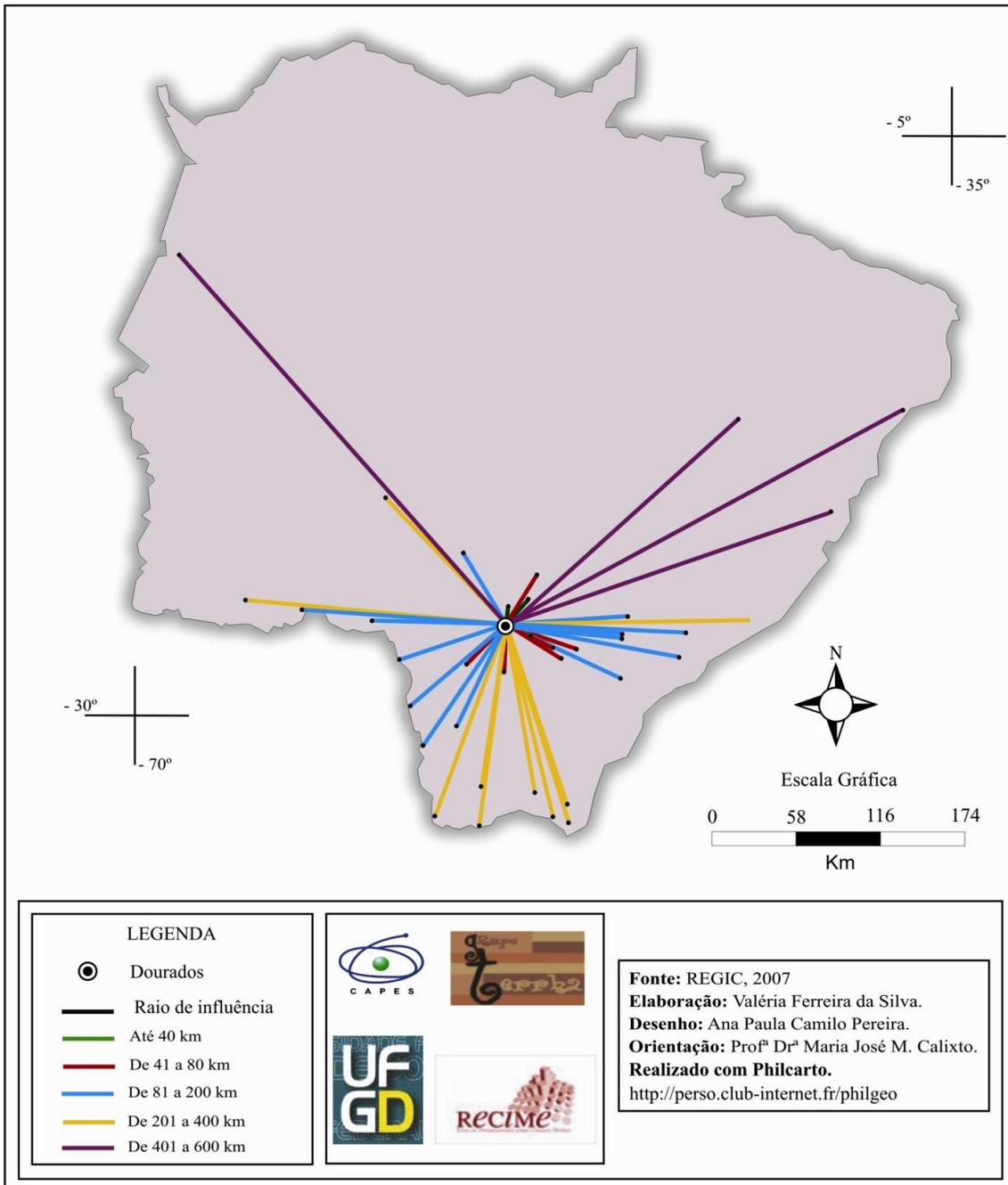
APÊNDICE III



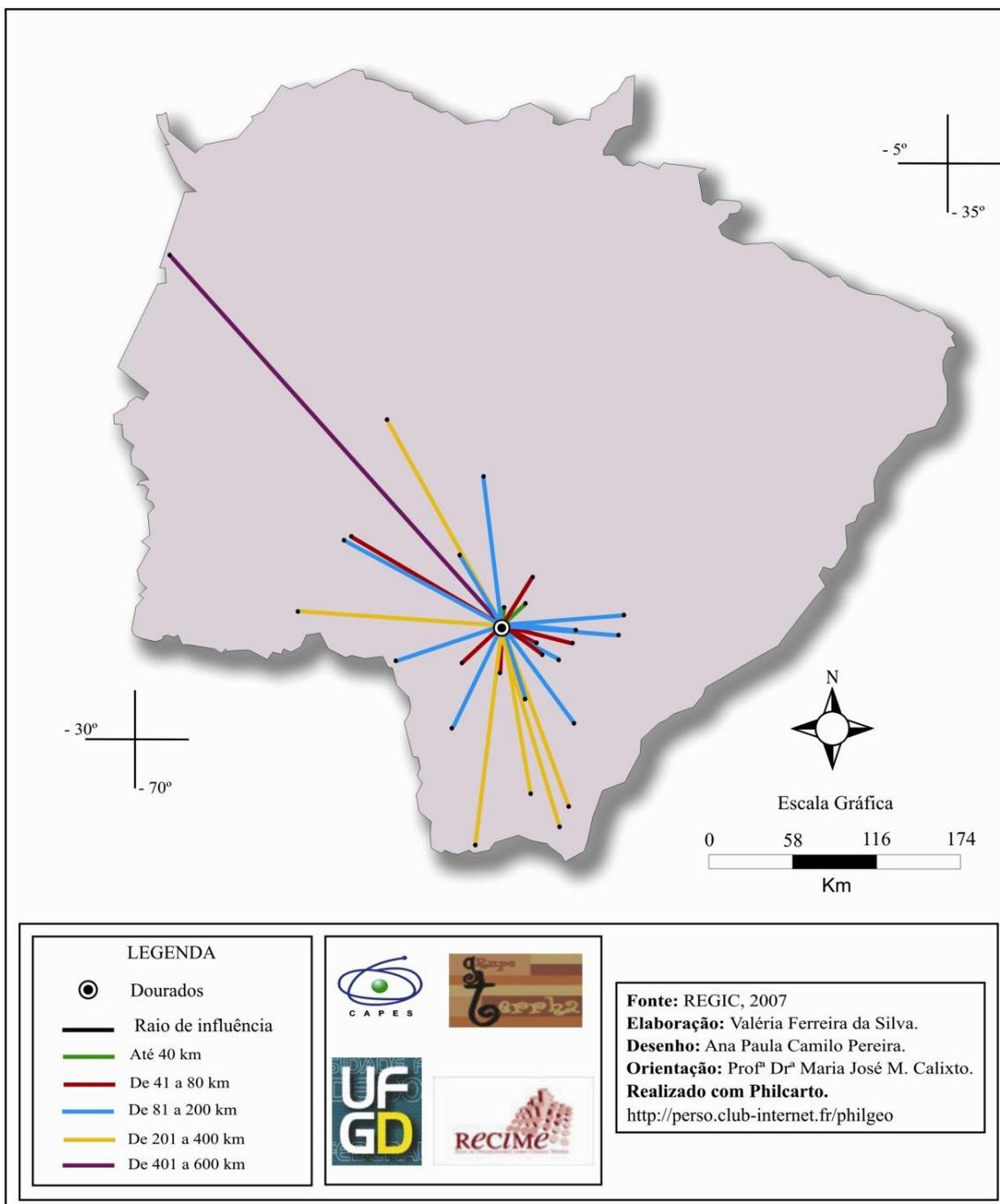
ANEXOS

ANEXO I

DOURADOS (2000) INTERAÇÕES REGIONAIS



DOURADOS (2007) INTERAÇÕES REGIONAIS



LEGENDA	
	Dourados
	Raio de influência
	Até 40 km
	De 41 a 80 km
	De 81 a 200 km
	De 201 a 400 km
	De 401 a 600 km



Fonte: REGIC, 2007
Elaboração: Valéria Ferreira da Silva.
Desenho: Ana Paula Camilo Pereira.
Orientação: Prof^ª Dr^ª Maria José M. Calixto.
Realizado com Philcarto.
<http://perso.club-internet.fr/philgeo>

ANEXO II
FAVELA DO JARDIM CLÍMAX (ESGOTO A CÉU ABERTO)



Fotos: MARIN, 2008.

ANEXO III

Renda, Pobreza e Desigualdade - Dourados – MS			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	442,68	615,48	866,40
% de extremamente pobres	8,20	5,17	1,57
% de pobres	29,83	19,48	5,96
Índice de Gini	0,58	0,61	0,52

Porcentagem da Renda Apropriada por Estratos da População - Dourados – MS			
	1991	2000	2010
20% mais pobres	3,26	2,95	3,98
40% mais pobres	9,64	8,84	11,83
60% mais pobres	19,72	18,11	23,65
80% mais pobres	36,58	33,87	42,07
20% mais ricos	63,42	66,13	57,93

Fonte: Pnud, Ipea e FJP. 2010

Indicadores de Habitação - Dourados - MS

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	76,54	93,56	98,57
% da população em domicílios com energia elétrica	96,18	97,87	99,49
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana.	91,01	94,02	99,13

Fonte: Pnud, Ipea e FJP. 2010.

Vulnerabilidade Social - Dourados – MS

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	31,20	24,20	17,00
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	69,69	31,21
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	17,43	5,67	2,92
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	14,01	6,84
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,20	0,57	0,64
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	6,59	9,64	8,73
Taxa de atividade - 10 a 14 anos (%)	-	8,61	5,86
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	12,13	14,09	15,13
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1,79	2,32	1,12
% de crianças extremamente pobres	12,23	8,71	2,90

Trabalho e Renda

% de vulneráveis à pobreza	56,33	45,44	19,88
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	44,97	28,43
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,94	3,71	3,09
Fonte: Pnud, Ipea e FJP. 2010			

ANEXO IV

Famílias dizem que não vão se retirar de área invadida no Clímax

Thalyta Andrade

Cerca de 50 famílias que invadiram ontem (8) a noite um terreno onde seria instalado o residencial Estrela Guassú, próximo à Via Parque, na região do bairro Jardim Clímax, se mantêm acampadas na área destinada à construção de casas populares, obra que está parada há pelo menos um ano.

No local, onde há apenas algumas estruturas das casas em uma área tomada pelo mato e a lama, o grupo começou hoje (9) pela manhã a organizar o acampamento, montando barracas e carpindo. As estruturas inacabadas tiveram as paredes de tijolo marcadas com os nomes das pessoas que tomaram para si o espaço.

A reportagem do **Dourados News** conversou com algumas das famílias acampadas, como a de Patrícia dos Santos Silva, 31. Junto dos quatro filhos, com idades entre nove e 14 anos – sendo o de nove anos, uma menina portadora da síndrome de down – e também do marido, ela montava uma barraca de lona em um espaço do terreno.

“A gente resolveu invadir aqui porque não tem mais condição de ficarmos esperando uma solução que não vem. Faz nove anos que estou à espera de uma casa da prefeitura, me inscrevi certinho, tenho prioridade porque tenho uma filha especial e ainda assim nada mudou. Não tenho condições de pagar aluguel”, disse ela, que morava em uma casa na Vila Cachoeirinha, onde pagava R\$ 250.

Desempregada, Patrícia diz que resolveu se juntar ao grupo que invadiu a área pela impaciência. “Queremos uma satisfação, já esperamos demais. A gente precisa da casa e vê gente ganhando até mais de uma, vendendo, alugando, gente que não precisa e é sorteada”, acusou.

Também vinda da Vila Cachoeirinha, a cunhada de Patrícia, Karina Dias, 25, foi para o local com o marido e os dois filhos, de um ano e meio e cinco anos. Ela disse que está há pelo menos cinco anos inscrita no programa de habitação, e reclamou da demora. “Se não for assim, invadindo, não vão resolver nunca. A gente precisa e fica sofrendo com uma espera que nunca acaba”.

“Só vamos sair se for para uma casa”

O servente de obras Jeferson Cano Mariano, 22, também é um dos acampados, junto da esposa de 17 anos e da filha de um ano e seis meses. Ele também morava na Vila Cachoeirinha, pagando um aluguel de R\$ 500, e disse estar inscrito no programa de habitação há quase dois anos.

Mariano afirmou à reportagem que nenhuma das famílias que estão no local está disposta a sair, e que outras estão chegando desde ontem à noite.

“Ninguém vai sair daqui, pode vir quem for. Só vamos sair daqui para uma casa, ou queremos que a prefeitura nos deixe ficar aqui que nós mesmos nos viramos para construir. Não dá mais para ficar do jeito que está”, disse ele, que também foi um dos que reclamou da política municipal de sorteio de casas populares. “Todo mundo sabe que tem gente ganhando que não precisa, e nós aqui nada”.

Criscyelly Espíndola Medeiros, 18, foi uma das que conseguiu ficar com um dos espaços com estrutura inacabada. Natural de Nioaque, mas moradora da Vila Cachoeirinha, ela diz que nem ela nem o marido estão dispostos a sair com o filho de 11 meses.

“Não dá mais para esperar, estamos passando fome, não tem condições de pagar aluguel. É uma demora infinita para darem a casa para a gente, que precisa, e enquanto isso tem gente não precisando que recebe. Com a gente aqui, acampado, quero ver eles não darem uma solução”.

“Segundo prefeitura, famílias terão que sair”

Procurado pela reportagem do **Dourados News**, o secretário municipal de planejamento, Gerson Schaustz, que responde pelo setor de habitação, informou que a obra para construção de casas populares está paralisada porque a construtora responsável pelo empreendimento, que é fruto de uma parceria entre governo federal e municipal, abandonou o projeto.

“Essa obra está parada desde fevereiro de 2013 por causa deste impasse criado pelo abandono da construtora. Desde então, a prefeitura têm buscado uma solução para conseguir dar continuidade ao trabalho”, justificou Schaustz.

Ainda de acordo com o secretário, as famílias não poderão permanecer na área, e deverão ser retiradas – sem prazo definido – pela Guarda Municipal. “Elas vão ter que sair de lá, porque essa é uma ocupação irregular. Além disso, é importante dizer que essas famílias, caso realmente estejam cadastradas, também estão sujeitas a serem penalizadas dentro do programa de habitação, podendo ser retiradas por terem invadido uma área”, ressaltou Shcuatz.

Site:

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/familias-dizem-que-nao-vaio-se-retirar-de-area-invadida-no-climax> em: 09/01/2014 10h21.

Justiça determina que sem-tetos terão cinco dias para sair de terreno ocupado próximo a Via Parque

Maryuska Pavão

No início da tarde desta segunda-feira (20) o juiz da 6ª Vara Cível de Dourados, José Domingues, determinou que as 50 famílias que invadiram uma área em construção, no Residencial Estrela Guassú, próximo à Via Parque, na região do bairro Jardim Clímax, deixem o local.

Às famílias ocuparam a área na noite do dia 8 deste mês e aproveitaram a estrutura já existente nas residências para montar seus barracos.

Na determinação do juiz, as famílias têm cinco dias para deixarem o local e 15 dias para apresentarem defesa.

Segundo o procurador geral do município, Alessandro Fernandes Dias, a obra está parada devido à invasão dos sem-teto.

“A prefeitura entrou com pedido de reintegração de posse, e o juiz entendeu que a invasão estava prejudicando a continuidade da obra, e que a permanência no local pode causar prejuízo de até R\$ 1 milhão aos cofres públicos” disse o procurador.

Um dia após a invasão, a reportagem do **Dourados News** conversou com algumas das famílias acampadas, a maioria disse que resolveu invadir o local, pois está na fila de espera por uma casa há anos.

Segundo determinação do juiz se houver resistência das famílias será usada força policial para a desocupação da área.

Site:

<http://www.douradosnews.com.br/dourados/justica-determina-que-sem-tetos-terao-cinco-dias-para-sair-de-terreno-ocupado-proximo-a-via-parque> em: 21/01/2014 10h43.

ANEXO V

10- PROGRAMAS E AÇÕES

Nos últimos sete anos, a Administração Municipal, em parceria com os governos Federal e Estadual, investiu em diversos programas, quais sejam:

PSH – PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO



Programa PSH – 2002



Programa PSH – 2002



PSH – 2002

PSH RURAL



PSH Rural – Reserva Indígena – Dourados - 2004



PSH Rural – Reserva Indígena – Dourados - 2004



PSH Rural – Reserva Indígena – Dourados – 2004

TIJOLO POR TIJOLO



Brasil 500 – 2002



Jardim Porto Belo – 2002

PROGRAMA CASA NOS DISTRITOS



PSH Distritos - 2002

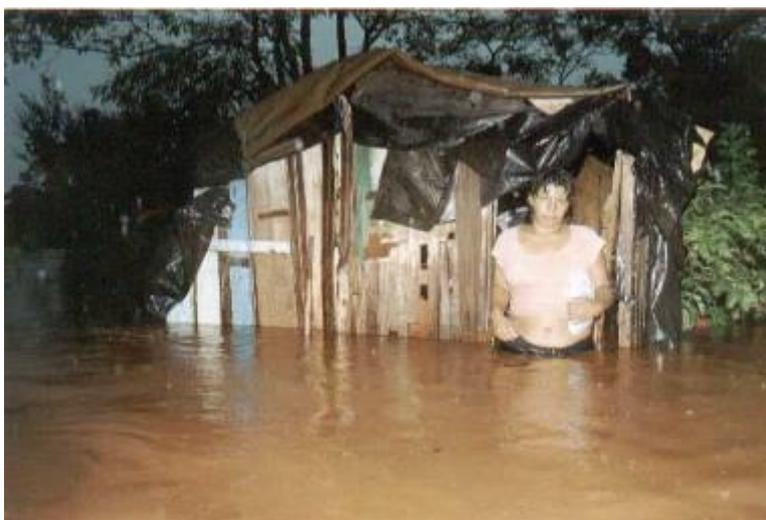


PSH Distritos- 2002

PROGRAMA HABITAR BRASIL BID



Vila Cachoeirinha– Área de intervenção Programa HBB - 2002



Vila Cachoeirinha – Área de intervenção Programa HBB - 2002



Estrela Porã I – Programa HBB - 2005



Estrela Porã I Programa HBB - 2005

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO



Área de intervenção Jardim Climax – PAC - 2007



Área de intervenção Vila Bela – PAC - 2007



Área de intervenção Vila Bela – PAC - 2007



Estrela Tovy – PAC 2007 (casas a serem entregues)



Estrela Tovy – PAC (casas a serem entregues)

PAR - PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL



Estrela Pytã – PAR – 2004



Residencial kairós I e II Programa PAR - 2005



Ponte Branca – PAR - 2008

MINHA CASA MINHA VIDA



MCMV – Estrela do Leste - 2010



MCMV Altos do Alvorada - 2010

11- RECURSOS PARA FINANCIAMENTOS

Os recursos aplicados a partir do ano de 2005 são apresentados na Tabela 5, com a discriminação das três fontes de recursos do município que captaram os recursos Federal e/ou Estadual, aplicados na habitação de interesse social.

Tabela - Valores dos recursos aplicados em habitação de interesse social no Município de Dourados a partir do ano de 2005.

Recurso	Ano	Valor (em R\$)
Fundo Municipal de Investimento Social	2005	2.217.424,83
	2006	1.484.425,97
	2007	859.746,32
	2008	1.865.250,89
	2009	1.325.946,75
Fundo Municipal de Habitação	2005	1.536.159,92
	2006	1.859.552,55
	2007	1.598.667,43
	2008	3.469.186,32
	2009	5.673.631,54
Receitas do Município – Valores aplicados em Habitação	2005	1.536.159,02
	2006	416.185,81
	2007	1.389.866,91
	2008	1.334.958,05
	2009	1.443.656,51

A produção de Unidades Habitacionais de Interesse Social no Setor Público é feita com base em normas dos Organismos Financiadores. Cada Programa tem valores diferenciados no custeio dessas Unidades, que variam de acordo com diversos fatores, tais como infraestrutura, valor da área, exigências de projetos, tipologia do imóvel. Na Tabela 6 são apresentados os custos para os Programas em andamento no biênio 2009/ 2010.

Tabela – Custos para a produção de unidades habitacionais novas e urbanização de assentamentos precários - Dourados-MS 10 de novembro de 2010

Tipo de Ação	Custo Médio Unitário (R\$)	Observação
Unidades habitacionais novas (horizontal)	19.536,47	Programa PAC – 2ª etapa (2009) – com recursos do FNHIS , unidade habitacional sem projeto, terreno e urbanização.
Unidades habitacionais novas (vertical)	42.000,00	Programa MCMV (2010), unidades habitacional com terreno e urbanização.
Unidades habitacionais novas (horizontal) no Programa PAR	28.000,00	Programa PAR (2009), unidades habitacional completa.